

3

v.1

ISSN 1414-6908

CIBEC/INEP



B0014762

Série Documental

ESTUDOS DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

MEC

Ministério da Educação e do Desporto

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL
E ENSINO FUNDAMENTAL

REGIÃO NORTE

014.542 (811)

s
2

MEC

Ministério da Educação e do Desporto

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO

**PLANO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO**

EDUCAÇÃO INFANTIL
E ENSINO FUNDAMENTAL

REGIÃO NORTE

Brasília
1997

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Fernando Luís Oliveira Brandão

EDITORAÇÃO DA CAPA
Rodrigo Godinho A. da Silva

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA
Regina Helena Azevedo de Mello
Rejane Dias Ferreira Ribeiro

REVISÃO
Antonio Bezerra Filho

TIRAGEM: 700 exemplares

INEP — SGAS, Quadra 607, Lote 50 — 70200-670 Brasília-DF
Fone: (061) 244-2612, 242-0822 — Fax: (061) 244-4712

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Educação: educação infantil e ensino fundamental: Região Norte / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. - Brasília: O Instituto, 1997.

127 p. : il. ; tabs. (Série Documental. Estudos de Políticas Governamentais, ISSN 1414-6908; n. 3, v. 1).

1. Educação - planejamento - Região Norte - Brasil. 2. Educação infantil. 3. Ensino fundamental. I. Título. II. Série.

CDU 37.014.542

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO | 5 |
| OF. CIRCULAR/MEC/GM/GAB/Nº 140 | 7 |
| PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PNE | |
| INTRODUÇÃO | 11 |
| FUNDAMENTAÇÃO LEGAL | 11 |
| ESTRATÉGIA PARA ELABORAÇÃO DO PNE | 13 |
| SISTEMÁTICA DE TRABALHO | 14 |
| CRONOGRAMA PREVISTO | 18 |
| GLOSSÁRIO | 19 |
| PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 1993-2003 | |
| ESTRATÉGIAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO | 23 |
| Objetivos Gerais de Desenvolvimento da Educação Básica | 23 |
| Metas Globais | 26 |
| Linhas de Ação Estratégica | 27 |
| MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO | 33 |
| Consolidação de Alianças e Parcerias | 33 |
| Eficiência e Equalização no Financiamento | 34 |
| Desenvolvimento da Cooperação e Intercâmbio Internacional | 35 |
| Intensificação das Ações Governamentais em Curso | 35 |
| COMPROMISSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS | 41 |
| ANAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS 1994 | |
| APRESENTAÇÃO | 45 |
| Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese ACRE | 47 |
| Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese AMAPÁ | 55 |
| Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese AMAZONAS | 63 |
| Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese PARÁ | 71 |
| Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese RONDÔNIA | 87 |
| Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese RORAIMA | 95 |
| Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese TOCANTINS | 105 |
| Plano Decenal de Educação para Todos - Relatório-Síntese REGIÃO NORTE | 109 |

APRESENTAÇÃO

O processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), ora iniciado, oferece uma grande oportunidade de mobilizar todos os agentes do Poder Público e os diversos segmentos sociais em torno de uma agenda de reformas que assegure ao sistema educacional brasileiro um novo perfil de eficiência e equidade. Mas, para alcançar esta amplitude, será necessário transcender o simples cumprimento de uma exigência legal e fazer do PNE verdadeira síntese dos compromissos assumidos pelas três esferas de governo e expressão maior das aspirações democráticas da sociedade brasileira por uma educação de qualidade para todos.

Este Plano, o primeiro a ser elaborado sob a égide da Constituição de 1988 e da nova LDB, deverá fixar os objetivos e metas da educação nacional para os próximos dez anos. Portanto, terá a importância histórica de delinear e instruir a política educacional do País até as vésperas do final da primeira década do próximo século. Dentro desta perspectiva, é função do PNE hierarquizar prioridades, a partir de um diagnóstico realista do quadro atual, e propor estratégias adequadas à realização das metas estabelecidas. Como resultado do planejamento público setorial, deve responder às demandas e carências educacionais da sociedade.

Com a responsabilidade precípua de liderar este esforço, o MEC está convidando as secretarias estaduais e municipais de educação para cooperar na elaboração do PNE, ao mesmo tempo que lança uma ampla convocação às organizações, associações, entidades sindicais e ONGs representativas dos setores sociais ligados à área educacional. Trata-se, portanto, de uma tarefa complexa que envolve múltiplos interlocutores e requer a colaboração de todos para ser cumprida com êxito.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) recebeu do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, delegação para coordenar este processo. Cabe-lhe, portanto, seguindo orientação dada pelo ministro, a tarefa de articular e promover a participação efetiva das três esferas de governo e dos segmentos representativos da sociedade civil na construção do PNE. Compete ainda ao INEP oferecer subsídios aos diferentes interlocutores, de forma a auxiliá-los na formulação das suas propostas e sugestões.

Esta publicação, compilada de forma a atender as cinco regiões do País, é a primeira dentre os materiais de apoio que serão elaborados e distribuídos pelo INEP para orientar a discussão da educação infantil e do ensino fundamental. Além do documento que apresenta a metodologia e as estratégias de elaboração do PNE definidas pelo MEC, estão sendo divulgados os relatórios estaduais e as sínteses regionais e nacional resultantes dos debates realizados ao longo do processo de consultas ensejadas pelo Plano Decenal de Educação para Todos, no período de junho de 1993 a agosto de 1994.

Tais relatórios, produzidos num ambiente de grande mobilização do setor educacional, são abrangentes e concentram informações da maior importância, servindo como ponto de partida para o PNE. Com a iniciativa de republicá-los, o MEC pretende valorizar os esforços de

todos aqueles que tomaram parte naquela rica experiência. Ao mesmo tempo, a revisão das metas fixadas pelo Plano Decenal de Educação para Todos permitirá avaliar os avanços realizados pelos sistemas de ensino nos últimos anos, o que deve estimular a proposição de metas ainda mais eficazes no novo plano.

O INEP publicará, na sua série **Políticas Governamentais**, vários textos, conforme previsto no roteiro sobre os *Procedimentos de Elaboração* do PNE, enviando aos vários interlocutores informações destinadas a subsidiar a elaboração das propostas dos ensinos fundamental, médio e superior. Também serão disseminados subsídios úteis à discussão de temas específicos que perpassam diferentes níveis de ensino, como educação tecnológica, educação especial, educação indígena, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação a distância.

Por fim, é compromisso do INEP atuar como facilitador da participação de todos os agentes do Poder Público e de todos os setores sociais que tenham contribuições relevantes a dar na elaboração do PNE. O MEC espera que a proposta a ser enviada ao Congresso Nacional, como corolário deste processo, esteja legitimada num amplo consenso dos segmentos representativos da área educacional.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Presidente do INEP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

OF. CIRCULAR/MEC/GM/GAB/Nº 140

Brasília, 12 de agosto de 1997

Senhor(a) Secretário(a):

O Ministério da Educação e do Desporto, em cumprimento ao disposto no artigo 87, § 1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), está deflagrando o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Como estratégia básica para a realização desta tarefa, consoante com o espírito da nova LDB, deverá prevalecer o regime de colaboração entre os três níveis de governo.

Neste sentido, convocamos todas as instâncias da gestão educacional e todos os segmentos da sociedade civil engajados na causa da educação para participar do esforço de discussão e formulação do projeto de PNE, a ser encaminhado ao Congresso Nacional até o final de dezembro. É nosso entendimento que o vigor e a legitimidade desta iniciativa dependerão da base de consenso e representividade que será alcançada no processo de consulta ora iniciado. Por isso, é indispensável que todos nós, dirigentes e educadores, reservemos a esta atividade um lugar de destaque entre as prioridades com as quais estaremos envolvidos neste segundo semestre de 1997.

Ao definir as responsabilidades educacionais das três esferas do Poder Público, a Lei nº 9.394/96 destacou entre as competências da União *“elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”*. Os Estados, por sua vez, receberam, entre outras, a atribuição de *“elaborar e executar políticas educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios”*. Completando o círculo federativo, os Municípios foram incumbidos da tarefa de *“organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”*.

Portanto, o PNE deverá garantir a coerência das políticas educacionais, promovendo uma ação coordenada e solidária das instâncias de governo - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - em torno dos grandes objetivos e metas da educação nacional, em todos os níveis e modalidades de ensino. Além disso, o PNE deverá atualizar e convalidar os compromissos assumidos pelo Brasil nas conferências internacionais promovidas pela UNESCO, especialmente com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) terá um papel central neste processo de elaboração do PNE. As estratégias que estão sendo propostas pelo MEC aos Estados e Muni-

cípios foram discutidas, previamente, com o CNE, a quem compete, de acordo com as atribuições conferidas pela Lei nº 9.131/95, “*subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação*”. Portanto, suas câmaras de Educação Básica e de Educação Superior deverão prestar imprescindível colaboração na formulação de propostas no âmbito da sua atuação. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) também já foram consultados e são parceiros fundamentais do MEC nesta empreitada.

Por fim, delegamos ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) a tarefa de coordenar o processo de elaboração do PNE, com a recomendação expressa de que sejam adotadas as providências necessárias para assegurar e incentivar ampla participação dos sistemas estaduais e municipais de ensino e de todos os setores da área educacional. Obviamente, esta colaboração não se esgotará nesta fase inicial de concepção do PNE; ao contrário, deverá corresponder a um compromisso efetivo com a sua implementação.

PAULO RENATO SOUZA

Ministro de Estado da Educação e do Desporto

PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PNE

INTRODUÇÃO

A formulação de um Plano Nacional de Educação - PNE, a ser apresentado ao Congresso Nacional, cumpre exigência prevista na Constituição de 1988 e reforçada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, a qual estabeleceu, simultaneamente, a Década da Educação e o dever, atribuído ao Ministério responsável por esta área, de elaborar, com a colaboração das demais esferas de governo, um plano que orientará as ações educativas nesse período.

De acordo com o disposto no art. 87, § 1º, da referida lei, o PNE deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, impreterivelmente, até 23 de dezembro deste ano. Portanto, essa tarefa terá que ser cumprida no prazo de seis meses, o que representa um grande desafio para o MEC e para todos os segmentos que serão convidados a dar sua parcela de contribuição.

É definitivamente intenção do MEC desencadear um amplo processo de consultas e debates, envolvendo diferentes instâncias e segmentos da área educacional. Porém, dada a rigidez dos prazos, dificilmente será possível repetir, com o mesmo grau e intensidade, a mobilização e participação que acompanharam a discussão do Plano Decenal, entre junho de 1993 e agosto de 1994. Exatamente em face dessa limitação, pretende-se recuperar aquela rica experiência como subsídio básico para a elaboração do PNE.

Este documento estabelece o roteiro dos procedimentos a serem seguidos, apresenta a legislação básica concernente à elaboração do Plano e identifica os principais interlocutores a serem consultados.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

São as seguintes as disposições legais - constitucionais e infraconstitucionais - que definem a natureza do PNE, balizam seu conteúdo e abrangência, atribuem a responsabilidade pela sua elaboração e fixam o prazo da sua vigência:

I - Constituição Federal

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

.....

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

.....

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

II - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9.394/96)

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

III - Lei n.º 9.131, de 24/11/95 (Altera dispositivos da Lei nº 4.024/61)

Art. 1º Os arts. 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 7º O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional.

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;

“ Art. 9º As Câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Conselho Pleno.

§ 1º São atribuições da Câmara de Educação Básica:

d) colaborar na preparação do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

f) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação;

.....
§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior:

.....
b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;

.....”
2. ESTRATÉGIA PARA ELABORAÇÃO DO PNE

O simples exame da legislação compilada neste documento já demonstra que o PNE deverá perpassar os sistemas de ensino como elemento de articulação das suas políticas, hierarquizando as prioridades nacionais e comprometendo as diferentes esferas de governo com seus objetivos e metas. Nessa perspectiva, pretende-se que o projeto a ser apresentado no Congresso Nacional expresse os compromissos assumidos por todas as instâncias administrativas - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - e por todos os agentes da ação educativa - professores, dirigentes, famílias e organizações da sociedade civil.

Um plano como este, para se constituir realmente um instrumento eficaz de enquadramento e resolução dos múltiplos problemas da educação brasileira, precisa basear-se num sólido diagnóstico da situação atual, construído a partir de uma série de informações estatísticas e de indicadores, detalhando a situação educacional de cada Estado e de cada Município.

Com este objetivo, o MEC vai preparar e enviar a todos os interlocutores um conjunto de informações, acompanhado de um roteiro básico para estruturação das sugestões a serem apresentadas. Além disto e paralelamente, o INEP, com o auxílio de especialistas, deverá elaborar um diagnóstico nacional geral, que servirá para embasar a formulação do documento final.

Trata-se, como se vê, de um processo verdadeiramente cooperativo, uma vez que a elaboração do PNE exige a participação e o compromisso dos principais atores responsáveis pela ação educativa, assim como, na medida do possível, da própria sociedade. Sem isso, qualquer Plano se reduziria a um documento burocrático formal, incapaz de orientar e organizar a ação conjunta necessária para melhorar a educação no País.

Seguindo o delineamento estabelecido pela LDB, ao assumir a responsabilidade que lhe cabe de coordenar o processo de elaboração do PNE, o MEC está propondo uma metodologia e estratégias para que seja assegurada ampla participação de todos os segmentos representativos da área educacional.

Os atores são múltiplos e diferenciados. Por esta razão, sugere-se um calendário de reuniões, precedidas da elaboração de propostas e metas concretas de todos os setores envolvidos, cabendo ao MEC, com a colaboração do CNE, a consolidação das sugestões apresentadas e a formulação do documento final.

Consideramos também que os agentes e os atores do processo educativo diferenciam-se de acordo com cada nível de ensino. Por isso mesmo, as consultas devem ser organizadas por nível de ensino, o qual definirá os interlocutores a serem ouvidos. Além dos níveis (educação infantil, ensino fundamental, médio e superior), devemos considerar ainda temas e

problemas específicos que incluem ou perpassam diferentes níveis, a saber: educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos, erradicação do analfabetismo, formação de professores, educação profissional e educação a distância.

No que diz respeito à educação infantil e ao ensino fundamental, já existe um documento básico, resultado de um longo e amplo processo de consultas: trata-se do Plano Decenal de Educação para Todos, o qual decorreu da reunião realizada pela UNESCO em Jomtien, Tailândia, em 1993, e corresponde a compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Além do mais, resultou de amplo consenso nacional. Para estes níveis de ensino, portanto, trata-se apenas de atualizar o referido Plano. Além disto, a série de seminários regionais, nacionais e internacionais realizada durante 1996-1997, como parte dos procedimentos preparatórios da participação do Brasil nas conferências da UNESCO, constitui subsídio importante para a proposição de objetivos e metas relativas à educação infantil, à formação de professores e à educação de jovens e adultos.

Neste processo de consultas, particularmente importante é a participação do Conselho Nacional de Educação - CNE: em primeiro lugar, como Conselho de Especialistas, o CNE é órgão consultivo do Ministério da Educação; simultaneamente, coloca-se como representante da sociedade civil em matéria educativa; além disso, constitui atribuição específica do CNE o contato permanente com os conselhos estaduais e municipais de educação, os quais se destacam como interlocutores importantes neste processo.

Também são interlocutores privilegiados o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que representam as instâncias governamentais às quais caberá, em grande parte, a execução do Plano.

Além destes, as diferentes organizações, associações e sindicatos que congregam os setores sociais envolvidos com o processo educativo também deverão participar da elaboração do PNE.

Finalmente, a sociedade deve ser informada sobre o PNE, sendo relevante a contribuição que os meios de comunicação social poderão dar neste sentido. Emissoras de rádio deverão ser mobilizadas para este fim, sob a coordenação da Rádio MEC. O mesmo poderá ser feito com as emissoras de televisão, especialmente contando com a veiculação de programas dedicados a este tema pelo sistema de TVs Educativas, pela TV Escola e pela TV-Executiva MEC. Os jornais e revistas, por outro lado, podem muito contribuir para generalizar as discussões sobre o Plano entre os formadores de opinião.

Para a elaboração do projeto de PNE é necessário, portanto, trabalho complexo de consultas e negociações, para que se possa atingir a consolidação de um documento final que esteja apoiado em amplo consenso nacional. Além disso, após esta fase, o Executivo enviará a proposta ao Congresso Nacional, ao qual caberá, legitimamente, o papel de ampliar o debate, de forma a abranger o conjunto da sociedade brasileira.

3. SISTEMÁTICA DE TRABALHO

O presente documento propõe a sistemática e a pauta dessas discussões, discriminando os participantes a serem consultados.

I - Educação Infantil e Ensino Fundamental

Embora se caracterizem como níveis separados, a discussão deve ser integrada, uma vez que ambos estão contidos no Plano Decenal de Educação para Todos.

Os principais interlocutores são os seguintes:

- UNDIME
- CONSED
- Câmara de Ensino Básico do CNE
- CNTE
- ANPED
- Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação

Já houve uma reunião prévia com os presidentes do CONSED e da UNDIME, a fim de integrar a participação de Estados e Municípios. Acordou-se, nessa reunião, que as Secretarias Estaduais de Educação se responsabilizariam pela organização da sua colaboração com os seus municípios. Desta integração deverá resultar um documento de cada unidade da Federação, no qual serão revistos os objetivos, metas e compromissos firmados por ocasião da apresentação do Plano Decenal de Educação para Todos.

O material a ser enviado aos Estados e Municípios inclui os dados do Censo Escolar/96 que lhes são pertinentes, assim como subsídios do Plano Decenal de Educação para Todos, incluídos os preparados naquela ocasião pelas unidades da Federação. O roteiro das questões a serem discutidas estará baseado na proposta de metas nacionais a serem apresentadas pelo MEC. A mesma documentação referente às unidades da Federação será enviada aos demais interlocutores, os quais elaborarão seus próprios documentos.

O INEP coordenará a análise e consolidação dos documentos. A síntese assim obtida será discutida numa reunião geral coordenada pela Secretaria de Educação Fundamental - SEF/MEC, para a qual deverão ser convidados os interlocutores já citados e outros colaboradores relevantes. As recomendações da reunião serão incorporadas ao documento final a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Para os demais níveis e temas serão seguidos os mesmos procedimentos de envio pelo MEC de roteiro básico e de documentos de apoio; elaboração de recomendações pelos interlocutores; consolidação das recomendações pelo MEC; realização de reunião geral e incorporação dos seus resultados no documento final.

II - Ensino Médio

Principais interlocutores:

- Câmara de Ensino Básico do CNE
- CONSED
- CNTE
- ANPED
- UBES

Coordenação da reunião: **SEMTEC**

III - Ensino Superior

Principais interlocutores:

- Câmara de Ensino Superior do CNE

- CRUB: ANDIFES, ABRUEM, ABRUC e ABM
- CNPq e FINEP
- ANPED
- ANDES
- FASUBRA
- UNE
- SBPC e ABC
- Representação das FAPs
- Secretarias Estaduais de Educação ou Secretarias de Ciência e Tecnologia responsáveis por instituições de ensino superior estaduais e municipais

No caso do ensino superior, estão previstas reuniões setoriais, coordenadas pela **SESu** e pela **CAPEB**.

IV - Educação Tecnológica e Formação Profissional

Principais interlocutores:

- Comissão Especial do CNE
- Ministério do Trabalho
- Serviços Nacionais de Aprendizagem
- Representantes das Confederações Nacionais de Trabalhadores
- Representantes de órgãos patronais nacionais
- Representante das Escolas Técnicas Federais
- Secretários de Educação ou de C&T envolvidos com educação profissional

Coordenação da reunião : **SEMTEC**

V - Educação Especial

Principais interlocutores:

- Federação das APAEs
- CONSED
- UNDIME
- Sociedade Pestalozzi

Coordenação da reunião: **SEESP**

VI - Educação Indígena

A Comissão de Educação Indígena da SEF será o interlocutor principal, cabendo a ela designar outros participantes, se necessário.

Coordenação da reunião: **SEF**

VII - Formação de Professores

Principais interlocutores:

- Representantes do CNE
- Representantes do CONSED
- CNTE
- Fórum dos Diretores de Faculdades e Centros de Educação das Universidades Públicas
- ANFOP

Coordenação da reunião: **INEP**

VIII - Educação de Jovens e Adultos e Erradicação do Analfabetismo

Principais interlocutores:

- Câmara de Educação Básica do CNE
- CONSED
- UNDIME
- Representação do empresariado
- Representações das Centrais Sindicais
- Comissão de EJA da SEF

Coordenação da reunião: **SEF**

IX - Educação a Distância

Principais interlocutores:

- CNPq/RNP Ministério da Ciência e Tecnologia
- CNE
- ABED
- Fundação Roquete-Pinto
- FIA/USP
- ABT
- Cátedra Unesco de Educação a Distância
- Ministério das Comunicações
- Representante do Setor Privado de Educação a Distância

Coordenação da reunião: **SEED**

3.1 - Reuniões Auxiliares

Além das reuniões gerais, os Estados e Municípios poderão alargar, na medida do possível, as consultas à sociedade civil. Do mesmo modo, o INEP e as Secretarias do MEC poderão promover pequenas reuniões especializadas para auxiliar na formulação das questões referentes aos temas que perpassam diferentes níveis de ensino ou se referem a problemas especificamente mencionados pela LDB. Assim, durante o processo de consultas, poderão ser integrados também, nas reuniões gerais, outros interlocutores relevantes.

3.2 - Documento Final

Após as reuniões, o INEP coordenará a consolidação das sugestões e propostas que serão apresentadas para discussão à SEF, SESu/CAPES, SEMTEC, SEESP, SEED, Gabinete do Ministro, FNDE, Presidentes do CNE e das suas Câmaras, antes da elaboração do documento final a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

4. CRONOGRAMA PREVISTO

Período: julho a dezembro de 1997

- ◆ Julho - Consulta preliminar ao CNE, CONSED e UNDIME e preparação do documento sobre procedimentos para elaboração do PNE.
- ◆ Agosto - Envio, pelo INEP, do roteiro e documentos de apoio aos principais interlocutores.
- ◆ Setembro e outubro - Preparação das propostas e sugestões pelos interlocutores, as quais deverão ser encaminhadas ao INEP, impreterivelmente, até 15 de outubro.
- ◆ Novembro - Realização das reuniões gerais e consolidação de documentos por nível de ensino e temas específicos.
- ◆ Dezembro - Consolidação do documento final e seu envio ao Congresso Nacional até 23 de dezembro.

GLOSSÁRIO

ABC - Academia Brasileira de Ciência

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância

ABM - Associação Brasileira das Mantenedoras

ABRUEM - Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais

ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias

ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANFOP - Associação Nacional para Formação de Professores

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APAEs - Associações de Pais e Amigos de Excepcionais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

FAPs - Fundações de Amparo à Pesquisa

FASUBRA - Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras

FIA/USP - Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e do Desporto

PNE - Plano Nacional de Educação

RNP - Rede Nacional de Pesquisa

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEESP - Secretaria de Educação Especial

SEED - Secretaria de Educação a Distância

SEF - Secretaria de Educação Fundamental

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SESu - Secretaria de Ensino Superior

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE - União Nacional dos Estudantes

**PLANO DECENAL
DE EDUCAÇÃO PARA TODOS
1993 - 2003**

(Documento de subsídio I)

ESTRATÉGIAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO*

A - Objetivos Gerais de Desenvolvimento da Educação Básica

Em resposta às determinações constitucionais e legais, às legítimas demandas sociais ao sistema educativo, ao Compromisso Nacional firmado na Semana Nacional de Educação para Todos e às Recomendações e Acordos assumidos no âmbito internacional, estabelecem-se os seguintes objetivos:

1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural do País, especialmente as necessidades do mundo do trabalho:

- a) definindo padrões de aprendizagem a serem alcançados nos vários ciclos, etapas e/ou séries da educação básica e garantindo oportunidades a todos de aquisição de conteúdos e competências básicas:
 - » no domínio cognitivo: incluindo habilidades de comunicação e expressão oral e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, estimulando a criatividade, a capacidade decisória, habilidade na identificação e solução de problemas e, em especial, de saber como aprender;
 - » no domínio da sociabilidade: pelo desenvolvimento de atitudes responsáveis, de autodeterminação, de senso de respeito ao próximo e de domínio ético nas relações interpessoais e grupais;
- b) estabelecendo, em nível apropriado, os objetivos e metas de desempenho dos respectivos planos curriculares, correspondentes aos objetivos socioculturais, antes mencionados, e que deverão ser alcançados pelas unidades escolares;
- c) adequando, no plano normativo e curricular, as articulações entre o ensino fundamental e médio e entre modalidades escolares e extra-escolares de educação;
- d) revisando e atualizando as concepções e normas de organização e estruturação do ensino médio de modo a constituir-lo como continuidade do processo de educação básica e aprofundamento da aquisição de competências cognitivas e sociais, e integralmente às várias modalidades de educação no e para o trabalho;
- e) melhorando a qualidade do livro didático e o desempenho e formação dos docentes.

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p.35-50, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

2. Universalizar, com eqüidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento:

- a) assegurando a todas as unidades de ensino padrões básicos de provisão de ambiente físico, de recursos e tecnologias instrucionais, de competências pedagógicas e de gestão, para o desenvolvimento de processos de ensino de boa qualidade;
- b) reduzindo os diferenciais de progressão escolar e de desempenho cognitivo e social entre regiões, locais de domicílio e grupos sociais em situações específicas;
- c) oferecendo a estudantes de dez a 14 anos, em risco de deserção escolar, oportunidades apropriadas para mantê-los no sistema até à conclusão da educação fundamental, com eficaz educação no e para o trabalho;
- d) oferecendo ao trabalhador oportunidades educacionais no próprio local de trabalho, ou próximo a ele, de preferência antes da jornada de trabalho;
- e) implementando estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de aprendizagem de cada aluno, assegurando a todos uma educação de qualidade que respeite e promova a construção da identidade da criança e do adolescente;
- f) diferenciando modalidades, métodos e estratégias educativas apropriadas às necessidades de aprendizagem de indígenas, crianças de áreas rurais pobres e de expansão de fronteiras, bem como de trabalhadores de setores informais;
- g) ampliando a jornada escolar e o ano letivo.

3. Ampliar os meios e o alcance da educação básica:

- a) situando a escola como espaço privilegiado e autônomo de gestão e desenvolvimento da aprendizagem e da formação do cidadão, incentivando-lhe a criatividade, a capacidade de inovação e de ajustamento cultural ao seu entorno social;
- b) proporcionando atenção integral à criança e ao adolescente, especialmente nas áreas de concentração de pobreza e fortalecendo as redes de educação infantil;
- c) enriquecendo o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes;
- d) provendo modalidades diversificadas de educação continuada a jovens e adultos subescolarizados, incluindo capacitação socioprofissional, educação para a saúde e nutrição, o fortalecimento familiar e a integração ambiental;
- e) disseminando meios de informação, comunicação e ação social, em apoio às redes escolares locais, incluindo, entre outros, programas de educação aberta e a distância, centros de difusão cultural, bibliotecas, núcleos de multimeios e espaços de ação comunitária.

4. Favorecer um ambiente adequado à aprendizagem:

- a) adequando e articulando equipamentos sociais existentes para desenvolvimento de estratégias de atenção integral à criança e ao adolescente;

- b) consolidando a apropriação dos espaços socioculturais e os recursos das unidades de serviço do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente pelas comunidades locais e organizações da sociedade civil, a fim de concretizar ações relativas à pedagogia da atenção integral;
- c) estimulando experiências de organização escolar que ampliem a jornada escolar e o acesso a meios e processos de enriquecimento curricular, e que se destinem prioritariamente a crianças carentes;
- d) incentivando e apoiando experiências alternativas de integração de serviços de apoio ao educando, visando a integrá-las ao Sistema Nacional de Atenção Integral previsto na Lei nº 8.642/93;
- e) incrementando a participação da família e da comunidade no processo educativo.

5. Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso:

- a) consolidando as parcerias entre o Ministério, as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, para sistematizar e racionalizar os esforços e recursos para a educação fundamental;
- b) articulando a ação das universidades, dos Conselhos de Educação e de outras organizações governamentais e não-governamentais, dos políticos, dos empresários, trabalhadores e outros segmentos sociais, no sentido de alcançar os objetivos do Plano;
- c) articulando a ação das universidades, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no sentido de rever os cursos de formação do magistério, de definir mecanismos de aperfeiçoamento em serviço e de identificar formas de acesso ao ensino superior aos professores no exercício do magistério sem esse nível de formação;
- d) fortalecendo a gestão democrática da escola mediante a constituição e aperfeiçoamento de colegiados de pais e membros da comunidade escolar que participem ativamente da definição dos objetivos de ensino e da avaliação de seus resultados.

6. Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação:

- a) reestruturando o atual quadro de distribuição, entre níveis de governo, dos recursos fiscais e dos encargos de expansão e desenvolvimento e de manutenção e operação, para reduzir os efeitos dos diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa;
- b) criando fundos e mecanismos não convencionais de financiamento a programas e projetos inovadores em qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de médio porte e áreas rurais críticas);
- c) incrementando, em função das disparidades definidas, os gastos públicos acima dos níveis mínimos constitucionalmente determinados e ampliando mecanismos que assegurem amplo controle social de sua aplicação;
- d) definindo instrumentos para controle dos gastos públicos em educação de forma a evitar que os recursos que, legal e constitucionalmente, são destinados a essa área sejam aplicados em outros programas. Para tanto, deve-se recorrer a todas as instituições que podem contribuir nesse processo, inclusive as universidades.

7. Estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional:

- a) ampliando a aquisição, transferência e adaptação de conhecimentos, informações e experiências institucionais;
- b) expandindo e redirecionando os programas de formação e capacitação, inclusive no exterior, de recursos humanos para a educação básica;
- c) intensificando os mecanismos de interação e cooperação educacional e cultural com países latino-americanos;
- d) estreitando a cooperação com organismos internacionais, de forma a viabilizar um intercâmbio permanente sobre os avanços e tendências da política de educação básica.

B - Metas Globais

As metas a serem alcançadas nos próximos dez anos, ou em períodos intermediários, deverão atender aos seguintes escopos mínimos:

- » incrementar, em cerca de 50%, os atuais níveis de aprendizagem nas matérias do núcleo comum, tomando como referência os novos padrões de conteúdos mínimos nacionais e de competências básicas a serem nacionalmente determinadas com a participação dos sistemas de ensino;
- » elevar a, no mínimo, 94% a cobertura da população em idade escolar;
- » assegurar a melhoria do fluxo escolar, reduzindo as repetências, sobretudo na 1ª e 5ª séries, de modo que 80% das gerações escolares, no final do período, possam concluir a escola fundamental com bom aproveitamento, cumprindo uma trajetória escolar regular;
- » criar oportunidades de educação infantil para cerca de 3,2 milhões de crianças do segmento social mais pobre;
- » proporcionar atenção integral a crianças e adolescentes, sendo que 1,2 milhão através do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), em áreas urbanas periféricas;
- » ampliar o atendimento de jovens e adultos de modo a oferecer oportunidades de educação básica equivalente ao ensino fundamental para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados;
- » ampliar progressivamente a participação percentual do gasto público em educação no PIB brasileiro, de modo a atingir o índice de 5,5%;
- » implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica;
- » promover a revisão crítica dos cursos de licenciatura e da escola normal de forma a assegurar às instituições formadoras um novo padrão de qualidade, compatível com os requerimentos atuais da política de educação para todos;
- » dotar todas as escolas de ensino fundamental, urbanas e rurais, estaduais e municipais, de condições básicas de funcionamento;

- » aumentar progressivamente a remuneração do magistério público, através de plano de carreira que assegure seu compromisso com a produtividade do sistema, ganhos reais de salários e a recuperação de sua dignidade profissional e do reconhecimento público de sua função social;
- » descentralizar progressivamente os programas de livro didático e de merenda escolar.

C - Linhas de Ação Estratégica

O alcance dos objetivos e metas propostos requer o desenvolvimento de duas linhas de atuação, a partir das quais podem ser geradas condições de reversão do quadro educacional.

A primeira diz respeito à atuação sobre a demanda, correspondendo ao esforço empreendido, junto aos vários setores sociais, de elevar o reconhecimento da importância política e estratégica da educação fundamental, tanto na construção da ética e da cidadania quanto na condução de um desenvolvimento sustentado, socialmente justo.

O desenvolvimento que se pode imprimir à educação básica depende da importância que a Sociedade Civil e o Estado atribuam ao projeto educacional do País. Torna-se, assim, necessária a criação de espaços para que todos os movimentos organizados, associações de pais e ex-alunos, grupos empresariais e sindicatos possam contribuir e desempenhar um papel ativo na melhoria da educação oferecida em todo o País.

Torna-se imperioso, ainda, que os poderes públicos - Executivo, Legislativo e Judiciário - assegurem eficaz cumprimento dos mandatos constitucionais e legais e dos compromissos assumidos para a implementação do Plano Decenal de Educação.

Do mesmo modo, configura-se como essencial um amplo e consciente engajamento político dos profissionais de educação neste esforço, seja pela efetiva inserção de suas representações nos processos decisórios e de controle e avaliação do desempenho do sistema, seja pelo estabelecimento de acordos para sua valorização social e profissional.

A mobilização social em torno da qualidade e equidade da educação básica exige, ainda, participação organizada dos meios de comunicação de massa, na difusão dos debates públicos sobre o tema e na criação de clima favorável às mudanças educacionais que o País requer.

A segunda linha corresponde à atuação sobre a oferta. Seu eixo norteador é o reordenamento do binômio QUALIDADE E EQUIDADE, visando a atingir novos padrões educacionais compatíveis com o direito social de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Nesta dimensão, constitui prioridade consensual o atendimento à população em idade escolar, na educação fundamental, tendo em vista a necessidade de concentrar energias, meios e recursos na melhoria do ensino, propiciando escolaridade básica completa para eliminar o analfabetismo e a subescolarização dos jovens e adultos.

Para tanto, serão enfatizadas as seguintes ações:

1 - Estabelecimento de padrões básicos para a rede pública

Todas as escolas deverão ter garantidas as condições básicas de oferta, a serem definidas e pactuadas pelos diversos níveis de governo, para assegurar ambiente apropriado ao desenvolvimento do processo de ensino.

2 - Fixação dos conteúdos mínimos determinados pela Constituição

O MEC, com o concurso das representações educacionais e da sociedade, deverá propor e especificar os conteúdos nacionais capazes de pautar a quantidade de educação socialmente útil e de caráter universal a ser oferecida a todas as crianças, consideradas suas diferenças. Complementações curriculares serão propostas em cada sistema de ensino e escola, respeitando a pluralidade cultural e as diversidades locais. Igualmente pesquisas serão desenvolvidas para fundamentar avanços no âmbito das competências sociais, visando a enriquecer o processo curricular da escola.

3 - Profissionalização e reconhecimento público do magistério

A fixação e implementação de política de longo alcance para o magistério é condição precípua para que se atinja os objetivos de elevação dos padrões de qualidade educacional. Sendo uma questão complexa, sua elaboração deverá ser objeto de agenda especial de acordos e compromissos de co-responsabilidade, entre as administrações educacionais, econômico-financeiras e de relações de trabalho dos três níveis de governo (União, Estados e Municípios), com o envolvimento de instituições formadoras, sindicatos, associações profissionais e demais segmentos sociais interessados.

Paralelamente, devem ser intensificadas as ações voltadas para a reestruturação dos processos de formação inicial e continuada, abrangendo a revisão dos currículos dos cursos médios e superiores do magistério e dos programas de capacitação dos profissionais em exercício. Esse processo deve se estender a todas as categorias, destacando-se, inclusive, a dos dirigentes escolares, agentes importantes na melhoria da gestão do ensino.

Devem ser adotadas medidas legislativas e administrativas para tornar realidade o dispositivo constitucional que determina a valorização dos profissionais da educação. Planos de carreira capazes de promover a efetiva profissionalização do magistério, com base em referencial comum de padrões de remuneração e qualificação, devem ser assegurados.

4 - Desenvolvimento de novos padrões de gestão educacional

O sucesso do Plano Decenal pressupõe o reordenamento da gestão educacional, conferindo à escola a importância estratégica que lhe é devida como espaço legítimo das ações educativas e como agente de prestação de serviços educacionais de boa qualidade. Fortalecer a sua gestão e ampliar sua autonomia constituem, portanto, direção prioritária da política educacional.

Ao mesmo tempo, faz-se necessária uma ampla redefinição das funções, competências e responsabilidades de cada nível da administração educacional, buscando descentralizar e integrar suas ações e possibilitar gestão articulada dos programas de educação fundamental.

A União, através do MEC, desempenhará papéis de coordenar e articular a formulação e avaliação das políticas nacionais, a indução de inovações e o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para corrigir diferenças e garantir a prevalência do princípio da equidade no atendimento à escolaridade obrigatória.

Dentro do espírito federativo e de acordo com as responsabilidades constitucionais, aos Estados e Municípios cumprirá explicitar seus respectivos encargos e compromissos em Planos Estaduais e Municipais de Educação, conforme as especificidades e características regionais e locais.

Estados e Municípios, através de seus órgãos representativos (Conselhos de Secretários de Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), com o apoio e coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, definirão uma metodologia de atuação integrada, de forma a permitir uma consistente integração da rede física e dos recursos, com vistas a possibilitar a unificação de ofertas de vagas (chamada escolar) e do atendimento escolar a todas as crianças.

Da mesma forma, em nível da normalização das ações educacionais, procurar-se-á definir com maior clareza o papel e a competência dos Conselhos, com o objetivo de desburocratizar a função educativa e ampliar o papel da escola.

5 - Estímulo às inovações

As diferentes clientela a serem atendidas trazem consigo necessidades de aprendizagem igualmente variadas, exigindo das escolas grande flexibilidade e capacidade de adaptação em seus planos de ensino e métodos de gestão. Para incentivar estas qualidades da escola, experiências inovadoras serão objeto de acompanhamento, avaliação, apoio e disseminação, tendo em vista estimular seu efeito de demonstração para o desenvolvimento de estratégias educativas aptas a suplantar as questões críticas do sistema, especialmente as que dizem respeito à “cultura da repetência”, à avaliação da qualidade e à eficiência e democratização da gestão escolar. Atenção deve ser dada ao resgate das experiências bem sucedidas, muitas vezes abandonadas em decorrência da descontinuidade administrativa.

6 - Eliminação das desigualdades educacionais

O princípio de equalização de oportunidades educacionais com qualidade requer especiais cuidados no planejamento e na administração de recursos do sistema. Será preciso criar mecanismos de discriminação positiva entre regiões, redes e escolas mais carentes, visando a compensar as diferenças nas disponibilidades e programação de insumos e nos resultados de aprendizagem. Assim, o MEC deverá dar continuidade às políticas, já em curso, de aperfeiçoamento dos critérios de distribuição de recursos aos Estados e Municípios, de implementação do Projeto Nordeste de Educação e do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), bem como de estímulo aos programas de capacitação docente em áreas críticas de baixo desempenho em aprendizagem.

7 - Melhoria do acesso e da permanência escolar

Do conjunto de esforços sobre a oferta de ensino, a permanência com sucesso na escola talvez constitua o maior desafio a ser enfrentado neste final de século, pois, além de elevar o nível de produtividade escolar, terá amplo impacto sobre o acesso. O desenvolvimento de medidas de melhoria da qualidade da iniciação escolar (quatro séries iniciais), associado a avanços resultantes de programas curriculares inovadores, permitirá ganhos progressivos no fluxo escolar.

Contribuirá para este resultado, também, o aperfeiçoamento dos processos de avaliação escolar, estimulando o progresso do aluno e superando a “cultura da repetência”, que constitui um considerável obstáculo a ser vencido.

De outra parte, a implementação de programas de enriquecimento curricular da 5ª à 8ª série, para atendimento aos alunos com atraso escolar, poderá ser combinada com a educação para o trabalho, ajudando a evitar a evasão precoce e aumentando a escolaridade média dos jovens.

Estas medidas, aliadas às anteriormente mencionadas (padrões de qualidade, currículo, magistério, gestão), permitirão obter impactos positivos sobre os níveis gerais de desempenho e rendimento. No entanto, esforços adicionais deverão ser empreendidos para determinados segmentos da clientela escolar (indígenas, crianças de áreas rurais pobres, meninos de rua, trabalhadores por conta própria, entre outros), mediante adoção de planos, métodos e instrumentos apropriados à satisfação de suas necessidades específicas de aprendizagem.

Destacam-se, neste caso, os que visem:

- a) ao atendimento da educação infantil a crianças provenientes de famílias em situação de pobreza, tendo em vista evidentes impactos que isto exerce sobre as oportunidades posteriores de educação fundamental. Em sua operacionalização será indispensável a participação de entidades não-governamentais, bem como aperfeiçoamentos na legislação que regula a participação de empresas na assistência aos filhos de seus empregados;
- b) à atenção integral à criança e ao adolescente, em unidades do PRONAICA e/ou em associação com outras organizações governamentais e não-governamentais;
- c) à integração à escola de crianças e jovens portadores de deficiência e, quando necessário, o apoio a iniciativas de atendimento educacional especializado;
- d) à oferta de programas diferenciados de avanço escolar para alunos já integrados ao mercado de trabalho, com regimes especiais de frequência, alternância pedagógica, educação a distância, entre outros;
- e) ao atendimento da criança indígena, com programa de ensino bilíngüe e pluricultural.

8 - Sistematização da educação continuada de jovens e adultos

Faz-se necessário estruturar e institucionalizar programas alternativos de educação continuada, com o objetivo de reduzir o contingente atual de analfabetos e elevar os níveis médios de escolaridade dos jovens e adultos subescolarizados. Entretanto, eles deverão resultar de amplos acordos de articulação entre as administrações estaduais e municipais de ensino, instituições especializadas de formação profissional e organizações não-governamentais aptas a operá-los em sistemas descentralizados, com elevada flexibilidade e versatilidade. Nesses acordos é necessária a participação de associações representativas das clientelas a serem atingidas, sobretudo as de trabalhadores e as patronais.

A variedade de contextos da clientela requer grande mobilidade de meios de atendimento e constantes ajustamentos às disponibilidades de tempo e possibilidades dos educandos. Diante disso, a alternância entre atendimento presencial – em tempo e locais determinados, especialmente nos de trabalho ou próximo a ele – e atendimento a distância deve ser largamente adotada, com utilização intensa de programas de teleducação.

A variedade da clientela e de contexto requer também a disponibilidade de pessoal especialmente capacitado, principalmente alfabetizadores.

9 - Produção e disseminação do conhecimento educacional e das informações em educação

Os sistemas de ensino serão mais efetivos e relevantes na medida em que melhor dominem os processos de desenvolvimento e de aprendizagem de suas diferenciadas clientelas, os

recursos técnicos e científicos com que podem ser inovados e melhorados e as alternativas de constituição e gestão das unidades educacionais. Para tanto, faz-se necessário integrar e coordenar as políticas e mecanismos de estímulo e apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Educação, enfatizando a produção de investigações e de estudos voltados para a natureza e dinâmica dos processos de aquisição de competências humanas, para os métodos, técnicas, recursos didático-pedagógicos e estratégias de ensino e para o desenvolvimento de métodos e processos de gestão escolar. Bem assim, faz-se necessário ampliar a disponibilidade e a qualidade das informações sobre o desenvolvimento dos sistemas educativos, permitindo melhor monitoramento e avaliação de sua distribuição social e espacial, qualidade e eficiência.

Correspondentemente, cumpre fazer avançar os sistemas de disseminação destes conhecimentos e informações, de modo a torná-los francamente acessíveis a todos os segmentos da sociedade, em particular aos professores e demais agentes educativos atuantes nas bases dos sistemas, e, oportuna e agilmente, disponíveis em todos os níveis e setores da administração educacional.

10 - Institucionalização dos Planos Estaduais e Municipais

Dentro do espírito federativo e de acordo com as responsabilidades constitucionais, compete aos Estados e Municípios, articuladamente:

- » implantar e implementar seus Planos Decenais de Educação e seus desdobramentos, de acordo com as especificidades e características regionais e locais, tendo como referência os objetivos, metas e estratégias contidas no Plano;
- » institucionalizar as políticas públicas de ensino com perspectivas de médio e longo prazo, para superação da transitoriedade e descontinuidade de gestão e articulação cooperativa dos outros setores, de modo a tornar a Educação, de fato, a prioridade política demandada pela sociedade ao Poder Público;
- » engajar os mais amplos segmentos sociais na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, instituindo comissões permanentes de mobilização e acompanhamento do Plano Decenal de Educação para Todos.

11 - Profissionalização da administração educacional

A melhoria dos níveis de qualidade do ensino requer a profissionalização tanto das ações do Ministério da Educação e do Desporto e dos demais níveis da administração educativa como a ação nos estabelecimentos de ensino. Esta profissionalização implica a definição de competências específicas e a dotação de novas capacidades humanas, políticas e técnicas, tanto nos níveis centrais como nos descentralizados, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma gestão responsável. A profissionalização requer também a ampliação do leque de diferentes profissões envolvidas na gestão educacional, com o objetivo de aumentar a racionalidade e produtividade.

MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO*

A - Consolidação de Alianças e Parcerias

Impõe-se como medida prioritária de implementação do Plano Decenal a consolidação da aliança formada entre o MEC, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Fórum dos Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação.

A experiência obtida na formação dessa aliança, no seu processo de trabalho e na formulação do Compromisso firmado na Semana Nacional de Educação para Todos deve ser objeto de ação continuada visando à sua institucionalização. Sendo o Brasil uma República Federativa, esta parceria entre os níveis de governo é condição imprescindível para a eficiente condução do processo de implementação e a avaliação dos resultados do Plano. Encontra respaldo constitucional no princípio de competências legais concorrentes da União e das unidades da Federação e no mandato de integração entre Estados e Municípios para provimento de serviços sociais.

Nestes mesmos moldes devem ser criados e institucionalizados, no âmbito dos sistemas de ensino, mecanismos para a gestão colegiada do Plano, envolvendo não apenas as representações governamentais, mas também as da sociedade civil. Em nível federal, o fortalecimento e ampliação do Comitê Consultivo do Plano configura medida de repercussões positivas sobre a implementação e sustentação política do Plano Decenal.

Como desdobramento dessa política, esforço haverá de ser feito por todas as instâncias de governo no sentido de, colegiadamente, definir e especificar o papel de cada entidade representativa da sociedade civil e das entidades governamentais e não-governamentais. Esta definição ensejará maior clareza e poderá potencializar inúmeras oportunidades existentes, institucionalizadas ou não.

No âmbito das unidades federadas, as alianças e parcerias deverão resultar em melhor compartilhamento de encargos e responsabilidades dos processos estaduais e municipais na manutenção e desenvolvimento dos sistemas de ensino. Cumpre salientar o papel a ser desempenhado, neste processo, pelos Conselhos Municipais, cuja criação e implantação se reconhece necessária, em estreita articulação com os Conselhos Estaduais de Educação.

Avançando a descentralização, pela integração dos sistemas e a participação social em sua gestão, dar-se-á maior consistência e efetividade aos Planos Decenais, contemplando as parcerias entre Estados e Municípios.

Releva notar que medidas de caráter legislativo e administrativo se farão necessárias para viabilizar as competências institucionais e as reformas propostas no domínio curricular,

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p.51-65, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

na formação do magistério, nas políticas salariais, de carreira e de profissionalização. Do mesmo modo, serão requeridas agilidade e facilidades que permitam ajustes na legislação dos sistemas de ensino para as novas experiências curriculares, processos de avaliação de ensino e outras inovações pedagógicas, fortalecendo, para tanto, parcerias com os Conselhos de Educação e com as Comissões de Educação dos legislativos nacional, estaduais e municipais.

B - Eficiência e Equalização no Financiamento

A implementação deste Plano contará com os recursos legal e constitucionalmente previstos para o ensino fundamental, recursos externos e recursos que venham a ser adicionados através de parcerias. O cumprimento das metas exige a reestruturação, o fortalecimento e agilização desse sistema de financiamento da educação em duas direções essenciais.

A primeira, no sentido de, no mínimo, recuperar os níveis de investimentos públicos alcançados ao final dos anos oitenta, ou seja, de cerca de 4,3% do Produto Interno Bruto, elevando-o no correr da década a um patamar de 5,5%. Para isso, serão ampliados os controles sociais e institucionais, de modo a garantir que cada nível de governo aplique, efetivamente, na educação, os recursos constitucionalmente determinados.

Além disso, deve-se conduzir uma adequada política de captação de recursos externos, permitindo realizar, com rentabilidade, investimentos que, de outro modo, teriam que ser postergados. Será necessário, também, incrementar, de modo socialmente equitativo, os investimentos privados em educação, especialmente mediante o apoio de empresas, sociedades civis e organizações não-governamentais, a escolas e programas educacionais inovadores e de boa qualidade, dando prioridade àqueles que atendem às clientelas mais pobres.

A segunda direção terá o sentido de conferir maior eficiência e equidade aos processos de programação e gestão dos recursos públicos, eliminando o desperdício e a superposição de ações. Isto se fará, em especial, mediante firme coordenação dos programas de investimento e de manutenção, a cargo dos Estados e dos Municípios. Exigirá compromissos de atuação integrada, fundados em acordos prévios, institucionalizados mediante convênios ou outros instrumentos, em que as responsabilidades de cada parte sejam claramente definidas.

Para garantir eficiência e equalização na política de financiamento, mecanismos especiais de supervisão e fiscalização deverão ser criados, de forma a permitir que segmentos representativos da sociedade civil possam ter participação efetiva nos órgãos do Executivo responsáveis pela alocação e distribuição dos recursos.

O MEC, com os recursos de que dispõe, deve atuar como estimulador dessas parcerias e como instrumento de redução das desigualdades entre as redes, entre as regiões e entre as áreas urbanas e rurais, pautando suas transferências pela qualidade, caráter inovador e alcance social dos projetos a serem apoiados.

Medidas específicas deverão complementar tais ajustes, destacando-se:

- 1 - a revisão de critérios de transferências de recursos intergovernamentais, levando-se em conta os diferenciais de capacidade fiscal, institucional e administrativa;
- 2 - a redefinição, clara e precisa, das reais prioridades estratégicas e funcionais dos programas e projetos em curso ou a iniciar, e dos ciclos temporais em que poderão ser

realizados, em face do estado atual de crise fiscal e das perspectivas de recuperação econômica;

- 3 - a implantação de mecanismos legais e institucionais que assegurem agilidade e eficiência nos financiamentos compartilhados (intergovernamentais e entre fontes governamentais e não-governamentais) e equidade em sua distribuição e programação;
- 4 - a implantação de fundos e mecanismos não convencionais de financiamento de programas inovadores de melhoria de qualidade educacional e de equalização social de oportunidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas de pobreza (regiões metropolitanas, cidades de porte médio e áreas rurais críticas);
- 5 - a definição de mecanismos de controle da aplicação de recursos previstos, legal e constitucionalmente, para assegurar nível adequado de recursos para o setor;
- 6 - a retomada de propostas já aprovadas pelos países de que se organize fundo, com parte dos juros da dívida externa de países devedores, para o financiamento de programas de educação fundamental;
- 7 - melhoria e desenvolvimento da capacidade gerencial dos sistemas.

C - Desenvolvimento da Cooperação e Intercâmbio Internacional

A cooperação internacional é uma fonte de contribuições de inegável alcance para a formulação e implementação de uma política de educação para todos. Os conhecimentos e tecnologias acumulados internacionalmente são imprescindíveis para ampliar os horizontes de concepção e inovação dos processos de ensino e de administração educacional, requeridos para superar os obstáculos que o País enfrenta para universalizar com qualidade a educação básica.

Todavia, é importante fazer convergir os programas e ações de cooperação internacional na área da educação, para atender às necessidades básicas de aprendizagem da população brasileira, respeitando sua história e sua cultura.

Assim, deve-se buscar, através de acordos de cooperação, a transferência e a adaptação de métodos e tecnologias, por meio de intercâmbio de conhecimentos e informações. Para melhor assimilação e aproveitamento dessas transferências, serão direcionados para esses pontos de convergência, programas destinados à formação e atualização técnico-científica de recursos humanos, ampliando estas oportunidades a administrações educacionais nos Estados e Municípios.

Considera-se também relevante o intercâmbio de experiências administrativas, cujos avanços, em vários países, serão úteis aos processos de descentralização do sistema educacional e de democratização da gestão escolar.

D - Intensificação das Ações Governamentais em Curso

Não obstante o porte e complexidade dos problemas que se enfrentam e as dificuldades socioeconômicas e políticas apontadas, estão sendo desenvolvidas importantes ações corretivas e inovadoras. Uma das medidas de implementação do Plano Decenal consiste em intensificar essas ações e programas em andamento, compatibilizando-as com linhas de estratégias adotadas. Neste sentido, destacam-se:

1 - Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA)

O PRONAICA é um instrumento para alcançar os objetivos de atenção integral à criança e ao adolescente, compreendendo a defesa da criança e do adolescente, a promoção e defesa da saúde, creche, pré-escola e educação escolar, esporte e lazer, difusão cultural, educação para o trabalho, alimentação e teleeducação.

Esses subprogramas são executados em estruturas físicas especiais – os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – ou mediante adequação ou articulação de equipamentos sociais já existentes.

As estratégias do PRONAICA incluem mobilização das comunidades; administração compartilhada por União, Estados e Municípios e organizações comunitárias não-governamentais; participação de universidades e outras agências na formação e capacitação dos recursos humanos; e implantação de mecanismos nacionais e estaduais de acompanhamento, controle e avaliação.

2 - Projeto Nordeste de Educação

O Projeto tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação fundamental, com ênfase no segmento da 1ª à 4ª série, aumentando as taxas de aprovação e o nível de aprendizagem dos alunos, tornando mais eficiente a gestão educacional e o suprimento de materiais de ensino-aprendizagem e recuperando infra-estruturas escolares. O Projeto conta com o financiamento de US\$ 418,6 milhões do Banco Mundial e de US\$ 317,9 milhões do governo federal e estaduais da Região.

O Componente Nacional do Projeto visa a consolidar a capacidade institucional do MEC para formular e implementar políticas no âmbito da educação básica – com o desenvolvimento e consolidação de sistemas de informações gerenciais e de acervos bibliográficos e capacitação das equipes técnicas do Ministério –, bem como, desenvolver o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e reestruturar os sistemas de distribuição do livro didático e da merenda escolar.

Suas metas – beneficiando a 6 milhões de alunos do ensino fundamental – incluem a capacitação de 625 mil professores, a distribuição de 100 milhões de exemplares de livros didáticos e a recuperação e/ou construção de 119 mil salas de aula. Para tanto, deverão ser implementados novos padrões de administração em nove Secretarias de Educação e aproximadamente duas centenas de projetos de inovação pedagógica e educacional nos Estados dessa Região.

3 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Articulando a Secretaria de Educação Fundamental (SEF), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a Coordenação de Planejamento Setorial (CPS) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vem sendo desenvolvido e implementado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, com a finalidade de aferir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de primeiro grau e prover informações para avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional.

Seus objetivos compreendem a pesquisa e desenvolvimento de métodos e instrumentos de avaliação escolar, a implementação, em universidades e centros de pesquisa, de núcleos ou centros regionais de estudos em avaliação, a formação e capacitação de recursos humanos para a área e, por fim, a produção de pesquisa aplicada para subsidiar políticas públicas de qualidade educacional.

O projeto congrega a cooperação técnica internacional, além do Componente Nacional do Projeto Nordeste de Educação, que financiará, com US\$ 5 milhões, parte das operações do sistema. Isto permitirá realizar avaliação de desempenho da educação básica em diferentes níveis e segmentos do sistema escolar.

4 - Programa de Capacitação de Professores, Dirigentes e Especialistas

O programa tem como objetivo promover mudanças substantivas na qualificação técnico-profissional dos docentes e especialistas, bem como dos métodos de gestão e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares. Inclui duas dimensões: (1) reestruturar a formação inicial dos profissionais; e (2) rever, sistematizar e expandir a formação continuada dos profissionais da educação básica.

A implementação dessas linhas de ação envolve projetos de iniciativa do próprio Ministério da Educação e do Desporto e, sobretudo, aqueles propostos pelos sistemas de ensino e financiados Pelo MEC. As universidades brasileiras e outras agências de formação estão sendo estimuladas a se integrarem ao programa, por meio de projetos de alta efetividade e com custos compatíveis com as necessidades e possibilidades das administrações dos sistemas de ensino.

Destaca-se, entre as ações em curso, o Programa Um Salto para o Futuro, dirigido a professores das quatro primeiras séries. O programa é produzido pela Fundação Roquette Pinto e veiculado pela Televisão Educativa, via satélite, contando com uma rede de telepostos aparelhados com telefone e fac-símile, o que permite integração e resposta imediata às questões dos professores. O Ministério também vem articulando ações de cooperação educativa internacional na área de formação e capacitação docente.

5 - Programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais

A consciência do agravamento da crise educacional gerou um amplo movimento, em administrações locais e em escolas, para superar a limitação dos meios, melhorar a gestão e o desempenho das unidades escolares e obter qualidade e equidade de oportunidades de aprendizagem. Para estimular e suprir recursos a tais iniciativas, o MEC criou o programa de Apoio a Inovações Pedagógicas e Educacionais, coordenado pela SEF e o INEP, no âmbito federal, articulando Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, organismos internacionais, organizações não-governamentais e centros especializados de estudos e pesquisas.

O Programa envolve um amplo levantamento nacional de ações inovadoras em gestão e processos pedagógicos escolares, o estudo e avaliação dos casos mais relevantes e a disseminação de informações para as organizações públicas e civis que conduzem iniciativas. Alocando recursos significativos da quota federal do Salário-Educação e do Componente de Inovações do Projeto Nordeste de Educação, o programa permite financiar projetos selecionados por sua criatividade e potencial de reprodução e por suas contribuições à melhoria da qualidade e à universalização da educação básica.

O Programa inclui ainda o fortalecimento e a ampliação da Coleção SEF/MEC intitulada "Textos Básicos para uma Reforma Educacional", que tem o objetivo de colocar ao alcance de todos os Estados e Municípios textos considerados fundamentais para o desenvolvimento da educação básica, no que se refere à divulgação tanto de experiências inovadoras quanto de atualidades pedagógicas oriundas de autores nacionais e estrangeiros.

6 - Desenvolvimento da Leitura e da Escrita

Tendo como pressuposto básico que o domínio da leitura e escrita constitui a base para se assegurar o êxito dos alunos no ensino fundamental e, conseqüentemente, o exercício pleno de sua cidadania, ações vêm sendo desenvolvidas pelo MEC, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, com vistas à promoção da lecto-escritura na escola, de forma articulada à Política Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, coordenada pela Fundação Biblioteca Nacional.

Neste sentido, cabe destacar, ao lado dos programas sistemáticos da Fundação de Assistência ao Estudante – Programas Nacional do Livro Didático, de Salas de Leitura e de Biblioteca do Professor – a implantação pela Secretaria de Educação Fundamental, com a cooperação do Governo Francês, do Projeto Pró-Leitura na Formação dos Professores para a Educação Fundamental, que objetiva elevar a qualidade da formação profissional dos docentes, mediante a estreita integração entre a sua formação teórica e prática.

Para desenvolver a prática diária do ler, do escrever e do dizer, o Pró-Leitura busca instrumentalizar professores e alunos de instituições de formação de professores de nível médio e superior e de escolas de aplicação (pré-escolar e ensino fundamental), mediante a realização de seminários, oficinas de trabalho, reuniões técnicas e, sobretudo, através do apoio à organização e dinamização das salas de leitura e bibliotecas escolares

7 - Expansão e melhoria da Educação Infantil

Considerando que a Educação Infantil é a primeira etapa do processo educativo e é integrante da Educação Básica, o MEC vem desenvolvendo ações de articulação com os sistemas de ensino e outros órgãos envolvidos no atendimento das crianças de zero a seis anos, visando à definição e execução de estratégias de expansão e melhoria da qualidade deste segmento da educação.

Destacam-se, como ações prioritárias na área, o desenvolvimento de propostas pedagógicas e curriculares para a educação nessa faixa etária e a implementação de ações de formação inicial e continuada de profissionais que nela atuam. Constitui preocupação especial a promoção da função educativa da creche (crianças até quatro anos), segmento que tem se caracterizado por atendimento predominantemente assistencial, deficitário no aspecto pedagógico.

A atuação do Ministério na área da Educação Infantil, em articulação com os órgãos executores, visa a favorecer o desenvolvimento infantil, nos aspectos físico, motor, emocional, intelectual e social; promover a ampliação das experiências e conhecimentos da criança pequena; e contribuir para que sua interação e convivência na sociedade sejam produtivas e marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

8 - Sistema Nacional de Educação a Distância

Encontra-se em fase de estruturação o Sistema Nacional de Educação a Distância que, conforme previsto no Protocolo de Cooperação assinado pelo MEC e o Ministério das Comunicações, com a participação do CRUB, do CONSED e da UNDIME, deverá aprimorar e ampliar o programa de capacitação e atualização dos professores, monitorar e avaliar os programas e projetos de educação a distância, bem como desenvolver projetos de multimeios e de apoio à sala de aula. Estas ações abrangerão o ensino fundamental e pré-escolar, a educação especial, o ensino médio e tecnológico, além de prover suporte ao PRONAICA.

No âmbito do Sistema, está sendo instituído um consórcio de universidades, em articulação com o CRUB, visando a desenvolver programas de formação e educação continuada para discentes e docentes de todos os níveis de ensino, bem como a implementar ações de pesquisa e desenvolvimento para o uso de novas tecnologias de Telecomunicações e Informática na Educação. Programas de intercâmbio e de cooperação técnica deverão ser firmados com organismos nacionais e internacionais.

Buscar-se-á, ainda, ampliar e aprimorar a produção, edição e transmissão dos programas de educação a distância, por intermédio da Fundação Roquette Pinto, das emissoras que compõem o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), das emissoras de rádio e televisão educativos. O Sistema terá como suporte uma rede teleinformacional que se interligará à rede nacional de pesquisa e a uma rede teleinformacional de suporte ao desenvolvimento cultural. Esta rede poderá ser acionada desde um simples telefone público a um sistema avançado de computador, permitindo a qualquer cidadão o acesso ao conhecimento. Com o Sistema deverão ser incrementados projetos de alfabetização, formação inicial e continuada do cidadão brasileiro, constituindo prioridade o desenvolvimento dos recursos humanos do setor educacional.

9 - Programa de Integração da Universidade com a Educação Fundamental

Tem por objetivo estimular o comprometimento e apoiar a participação das instituições de ensino superior na implementação das políticas de melhoria da qualidade e do desempenho dos sistemas estaduais e municipais de ensino fundamental.

A capacitação e a atualização de professores, por meio de variados processos e estratégias, concebidos e executados por equipes universitárias qualificadas e articuladas às administrações educacionais locais, tem sido sua principal forma de atuação. Ademais, experimentos e estudos para desenvolvimento de processos de ensino e de livros e meios didáticos estão sendo estimulados.

A continuidade desta cooperação entre instituições de ensino superior e sistemas de ensino deverá conduzir, primordialmente, à melhoria do domínio dos conteúdos básicos pelos alunos do ensino fundamental, em particular os das séries iniciais, contribuir para um equacionamento mais decisivo de questões como a repetência e evasão e apoiar os esforços para o desenvolvimento da educação básica de jovens e adultos.

A coordenação do programa está a cargo da Secretaria de Educação Superior (SESu) em articulação com a Secretaria de Educação Fundamental (SEF), e financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10 - Descentralização dos Programas de Assistência ao Estudante

Buscando integrar seus esforços aos dos Estados e Municípios, no objetivo de universalização da educação, O MEC, através da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE), vem descentralizando seus programas de assistência ao estudante, especialmente os relativos à merenda e ao livro didático.

O regime de colaboração estabelecido entre União, Estados e Municípios, em que cada instância assume responsabilidades e custos, tem possibilitado maior eficiência na oferta dos serviços, evitando-se superposição de ações e desperdícios de recursos.

11 - Eficiência, Equalização e Agilização do Sistema de Financiamento

As contribuições do Salário-Educação constituem um vigoroso instrumento de financiamento da educação fundamental brasileira, aportando mais de dois bilhões de dólares aos orçamentos da União e das unidades federadas. Os recursos da Quota Federal – correspondente a um terço de sua arrecadação – são aplicados segundo critérios redistributivos, de modo a reduzir as desigualdades regionais de capacidade de financiamento educacional, destinando-se não menos de 25% a programas municipais de ensino.

Para contrabalançar os efeitos da crise fiscal, várias medidas estão em curso, sob a coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), gestor desse sistema. Visam a tornar mais eficiente a arrecadação, aperfeiçoando seu processamento e procurando eliminar os focos de sonegação, bem como para modernizar e agilizar seus métodos de gestão, tornando mais rápidos e oportunos os repasses de recursos aos projetos apoiados pelo Fundo.

Faz-se necessário, em função de sua importância para o estímulo às inovações educacionais, à descentralização da gestão e ao aumento da eficiência dos sistemas de ensino, desenvolver seu potencial compensatório das diferenças sociais e regionais, reduzindo a concentração de seus benefícios nas áreas mais ricas do País, e aprimorar os mecanismos de definição e alocação de recursos através de uma “quota municipal”, fortalecendo-se, assim, a gestão local de ensino.

Esforços adicionais são feitos, também, para tornar mais rentável o gerenciamento financeiro dos recursos do Fundo, incrementando, deste modo, as suas disponibilidades e inovando suas fontes de captação, de modo a atender às necessidades postas pelo Plano Decenal de Educação.

No exercício de sua função equalizadora e de correção das disparidades educacionais entre regiões, Estados e Municípios, o MEC formulou e vem implementando uma sistemática de financiamento de projetos na área de educação básica. Essa sistemática adota novos procedimentos e critérios de equalização para a concessão de recursos provenientes do Tesouro Nacional e do Salário-Educação, destinados aos sistemas estaduais e municipais de ensino.

Protocolos de cooperação entre o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação são firmados, visando a assegurar padrões básicos de oferta de serviços educacionais e redução de índices de repetência e evasão. A sistemática permite que Estados e Municípios mais pobres recebam maior volume de recursos, compensando deficiências de arrecadação e corrigindo, em parte, as desigualdades existentes.

COMPROMISSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS*

O período de aguda crise social e econômica que vive a Nação brasileira exige redobrados esforços para a consolidação da democracia e da cidadania. Nosso sistema escolar, de baixa qualidade e produtividade, não consegue responder às exigências de uma sociedade democrática e cidadã.

Apesar do avanço quantitativo do ensino fundamental observado na década de 80, o direito de todos à Educação, consagrado na Constituição de 1988, permanece ainda um desafio para o presente e o futuro.

Os compromissos assumidos necessitam, portanto, de uma reafirmação efetiva pela ação do Poder Público e de todos os segmentos da sociedade. Não podemos mais tolerar: de cada 1.000 crianças que ingressam na primeira série, apenas 45 concluem o ensino fundamental em 8 anos e sem repetência; da população de 15 anos e mais, 18,3% são ainda analfabetos.

A conquista de um padrão de escolarização de melhor qualidade, que permita inserir o Brasil em novo patamar de desenvolvimento, depende de ampla mobilização da sociedade. Neste sentido, os participantes da Semana Nacional de Educação para Todos, reunidos em Brasília - DF, de 10 a 14 de maio de 1993, decidiram propor a seguinte agenda de compromissos para orientar o Plano Decenal de Educação para Todos e, assim, responder aos reclamos da democracia e da cidadania no Brasil.

- 1 - Institucionalizar as políticas públicas de ensino com perspectivas de médio e longo prazo, para superação da transitoriedade e descontinuidade de gestão e a articulação cooperativa dos outros setores, de modo a tornar a Educação, de fato, a prioridade política demandada pela sociedade ao Poder Público.
- 2 - Assegurar eficiente e oportuna aplicação dos recursos constitucionalmente definidos, bem como outros que se fizerem necessários, nos próximos 10 anos, para garantir a conclusão do ensino fundamental para, pelo menos, 80% da população em cada sistema de ensino.
- 3 - Elevar a qualidade do ensino fundamental, reconhecendo a escola como espaço central da atividade educativa, dotado de estrutura material, pedagógica, organizacional e financeira capaz de oferecer à comunidade escolar condições de realizar o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem das crianças e adolescentes.
- 4 - Atribuir às unidades escolares, nos sistemas de ensino, crescente autonomia organizativa e didático-pedagógica, propiciando inovações e sua integração no contexto local.
- 5 - Valorizar social e profissionalmente o magistério, por meio de programas de formação permanente, plano de carreira, remuneração e outros benefícios que estimulem a melhoria do trabalho docente e da gestão escolar.

* Transcrito da obra *Plano Decenal de Educação para Todos, 1993-2003*, p. 85-87, editada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

- 6 - Definir as competências e responsabilidades das diferentes instâncias e setores do Poder Público, em regime de colaboração, incorporando a participação de entidades, grupos sociais organizados e da família no processo de gestão das políticas educacionais e da escola.
- 7 - Engajar os mais amplos segmentos sociais na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade do ensino fundamental, instituindo um organismo permanente de mobilização, assessorado por grupo técnico de acompanhamento do Plano Decenal de Educação para Todos.

**ANAIS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PARA TODOS 1994**

**PLANO DECENAL
DE EDUCAÇÃO PARA TODOS
1993-2003
Sínteses dos Estados
REGIÃO NORTE**

(Documento de subsídio II)

APRESENTAÇÃO

O debate ocorrido nas escolas sobre o Plano Decenal constituiu a primeira etapa da Conferência Nacional de Educação para Todos. Em 1993, ele tinha sido discutido no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de educação, sem, no entanto, ter chegado às instituições escolares, a não ser em alguns poucos exemplos. Nas reuniões, tanto do Comitê Consultivo quanto do Grupo Executivo do Plano, havia a nítida consciência de que ele precisava ser debatido pela comunidade escolar.

Com o apoio da iniciativa privada, fez-se uma grande edição do Plano (200.000 exemplares), remetendo, em seguida, para cada uma das 45.000 maiores escolas do País (acima de 100 alunos), 3 (três) exemplares, acompanhados de roteiro-sugestão para orientar a discussão.

Cada unidade federada, a partir da compatibilização progressiva do relatório-síntese da escola, elaborou o seu relatório, que foi posteriormente sintetizado, por Região, e apresentado na Conferência.

Em todo esse processo, contou-se com a participação e apoio do CONSED e da UNDI-ME, além de outras entidades representativas da sociedade civil.

Ao debater o Plano, a comunidade escolar teve duplo objetivo: colher críticas e sugestões, oriundas do interior da escola, e dar início a um conjunto de ações para o fortalecimento institucional da escola, a fim de adquirir condições e meios de fazer o seu projeto pedagógico e definir os seus compromissos no marco do Plano Decenal.

A existência de um plano referencial, em nível da União, e de planos correspondentes em nível dos estados e dos municípios não é suficiente para garantir uma educação de qualidade para todos. O engajamento da escola é condição imprescindível e insubstituível. Cada escola precisa ter o seu plano, isto é, o seu projeto pedagógico, em parceria com a comunidade.

Plano Decenal de Educação para Todos

Relatório-Síntese*

ACRE

APRESENTAÇÃO

A discussão, nas escolas, do Plano Decenal de Educação para Todos, embasada por orientação do MEC à Comissão Tripartite, sob a coordenação da SEC, na integração com a comunidade e com as instituições educacionais: CEE, DEMEC, UFAC, SINTEAC, SENAI, entidades outras representativas da sociedade, notadamente as prefeituras, suscitou idéias a respeito da realidade educacional do Acre, que originaram este documento.

É condição para o êxito do Plano Decenal de Educação para Todos a definição de competência e responsabilidade na coordenação e execução das políticas educacionais. Trata-se de uma responsabilidade compartilhada entre a União, os estados, os municípios e a sociedade civil, o que implica redefinir a distribuição e alocação do dinheiro público com equidade, com vistas ao fortalecimento da instituição escolar.

- A esperada melhoria socioeconômica, cultural e espiritual do povo a que se destina, nesse raciocínio, deverá ser um instrumento capaz de assegurar o direito constitucional à educação básica com qualidade, a definitiva conquista da cidadania e a progressiva construção da soberania política com a participação de todos os concidadãos.

A problemática socioeducacional está assim configurada, conforme o PQE/1992/1995; COORDEE/1992:

- de 1.000 crianças que nascem, 154 morrem no 1º ano de vida;
- elevado número de menores abandonados;
- baixo perfil educacional apontado pela taxa de analfabetismo (41,5% de 15 a 19 anos) e de escolarização (15% a 17% das crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola);
- os índices mais altos de reprovação (38%) e de evasão (32%) correspondem à 1ª série do 1º grau, perfazendo uma perda de 70%;
- 35,5% dos professores, sem habilitação para o magistério; somente 24% possuem nível superior com licenciatura curta.

Destacam-se como principais causas dessa situação: desemprego, subemprego, emprego de baixo salário, carência de serviços de saúde e saneamento básico, utilização de crianças no trabalho doméstico ou fora de casa, desajustes familiares, falta de habilitação, carência alimentar, entre outros.

Esse quadro social muito espera da ação do poder central, nos níveis nacional, estadual e municipal, para que se modifique. As ações educacionais no Acre defrontam-se, de um lado, com o sério desafio das peculiaridades, notadamente nas zonas rurais, onde a extensão

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.45-53, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

geográfica, a rarefação demográfica, o êxodo, as dificuldades econômicas, a impraticabilidade das vias de acesso e o isolamento dificultam a tarefa do ensino para uma clientela bem significativa, que constitui as raízes históricas da economia acreana, e, de outro lado, com um sistema educacional inerte.

As considerações até aqui evidenciadas reforçam a necessidade de que o Governo adote políticas sociais e econômicas que garantam a superação dos problemas da sociedade acreana e priorizem ações concretas, assegurando a dinâmica desse plano no decorrer dos próximos dez anos.

APRENDIZAGEM E SUCESSO ESCOLAR

Problemas:

- Prática pedagógica inadequada.
- Currículos e programas inadequados e, por isso, ineficazes.
- Existência de salas multisseriadas.
- Política deficiente de avaliação e recuperação da aprendizagem.
- Insuficiência de material bibliográfico, escolar e pedagógico, o que leva à evasão e repetência.
- Falta de compromisso político dos professores com seus deveres profissionais.
- Falta de assistência técnica e sistemática, por insuficiência de supervisores e orientadores na rede escolar, e falta de uma política de assessoramento técnico.
- Fragmentação do ensino de 1º grau em escolas de 1ª a 4ª série e escolas de 5ª a 8ª série.
- Discriminação na sala de aula.
- Insuficiência de merenda escolar.

Sugestões:

- Programas de reciclagem para os envolvidos com a educação, de maneira permanente e progressiva.
- Adequação dos currículos e programas no tocante à ordenação, seqüência, integração dos conteúdos e à dialética com a realidade do educando, com ênfase cognitivista, construtivista e significativista.
- Implantação de centros de qualificação e capacitação para o magistério da zona rural, inclusive adotando procedimentos de incentivo de bolsas de estudo aos recicláveis.
- Aprofundamento teórico-prático sobre avaliação, com vista a mudanças dos critérios e métodos até então adotados pela escola.
- Descentralização do Programa Nacional do Livro Didático e dinamização de bibliotecas escolares.

- Construção de espaços adequados à prática esportiva e educação física, bem como racionalização do uso, pelas escolas, dos espaços já existentes.
- Implantação de um sistema permanente de acompanhamento e avaliação do professor.
- Condições favoráveis aos trabalhos de supervisão escolar.
- Modernização das escolas com inovações pedagógicas de tecnologia educacional.
- Redefinição do papel dos especialistas em educação no âmbito do sistema.
- Política de fixação dos professores na zona rural.
- Respeito à individualização a às características etnoculturais do educando e/ou de grupos minoritários.
- Distribuição regular e suficiente de merenda escolar.
- Dinamização de projetos de pesquisa científica, especialmente nas áreas de alfabetização e preservação do meio amazônico.

ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR

Problemas:

- Condições socioeconômicas da família.
- Insuficiência quantitativa de salas e má distribuição das redes municipal e estadual.
- Precariedade dos prédios e equipamentos escolares e instalações deficientes, ocasionadas, fundamentalmente, pela falta de manutenção e segurança.
- Participação pouco efetiva do estado e do município quanto ao atendimento à clientela de 4 a 6 anos, no ensino especial e educação de adultos.
- Ensino rural restrito às séries iniciais do 1º grau.
- Processo migratório.
- Falta de consciência dos pais do valor social da educação.
- Falta de integração das políticas de governo no planejamento de expansão das redes de ensino.

Sugestões:

- Ampliar, revisar e agilizar os serviços de assistência ao educando nos aspectos que apresentam carências de origem socioeconômica, a fim de proporcionar melhores condições para o aluno.
- Construção de novas escolas e ampliação das existentes, para atendimento à clientela pré-escolar e do ensino básico das periferias urbanas, obedecendo ao plano diretor das cidades ou outros mecanismos de planejamento urbano.
- Formação de aliança entre o estado e as prefeituras, com a participação das associações de moradores, visando otimizar a utilização da rede física e evitar o paralelismo de ações.

- Definição de atribuição e competência das esferas do poder público com relação à educação.
- Dinamização do setor responsável pela manutenção dos prédios escolares.
- Promoção de campanhas educativas de preservação dos prédios e equipamentos escolares, com premiação às unidades escolares que mais se destacarem.
- Expansão da oferta do ensino pré-escolar na rede pública.
- Implantação e implementação de programas de escolarização de jovens e adultos analfabetos, garantindo-lhes o acesso e a permanência.
- Implantação, em caráter experimental, da terminalidade antecipada para a clientela de 14 a 16 anos, da zona rural, que estiver cursando a 5ª série no ano base.
- Aceleração do processo de reforma agrária na região, como forma de resolver as questões fundiárias e de fixação do homem à terra e, em consequência, a geração de novas relações sociais e econômicas.
- Ação educativa mais efetiva junto às famílias dos alunos, para que os pais se conscientizem da importância da educação na vida dos filhos e do papel que a escola exerce nesse sentido.
- Adaptar, em escolas localizadas estrategicamente na zona rural, hospedagem para professores, a fim de oferecer o ensino de 5ª a 8ª série através do sistema de organização modular.
- Implantar centros educacionais rurais por zoneamentos, a fim de oferecer ensino de 5ª a 8ª série e de 2º grau em regime de semi-internato, com o transporte escolar compatível com a realidade rural.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Problemas:

- Deficiência na formação do professor, em face da falta de equilíbrio entre ciência técnica e cultura, educação e política, o que influi, de forma evidenciada, na qualidade e produtividade do ensino de 1º e 2º graus.
- Ausência de profissionais qualificados em áreas específicas do ensino de 1º e 2º graus, como ensino especial, educação pré-escolar, educação de adultos, química, física, etc., em face da precariedade na relação entre as licenciaturas de formação do magistério e o perfil do professor adequado à realidade.
- Elevados índices de professores não titulados no ensino de 1º e 2º graus do estado.
- Falta de condições materiais para o trabalho docente.
- Indefinição do piso salarial no Estatuto do Magistério, especialmente no que tange a planos de cargos e salários.
- Professor com mais de um vínculo empregatício.
- Falta de pessoal de apoio na escola.

Sugestões:

- Reformulação e dinamização dos cursos de formação do magistério secundário e superior, visando à melhor qualidade acadêmica.
- Promoção de cursos de reciclagem para os professores que atuam no sistema.
- Priorização, pela universidade e pelo sistema, para a formação e qualificação de profissionais das áreas específicas de 1º e 2º graus.
- Elaboração de uma proposta emergencial de capacitação dos professores não titulados que atuam no sistema de ensino de 1º e 2º graus, através do CEFAM e universidade.
- Valorização de experiências que ensejam a formação de recursos humanos destinados à educação escolar nas comunidades indígenas e nas reservas extrativistas.
- Adoção de metas e programas de apoio aos professores com recursos e orientação à pesquisa como ponto significativo ao trabalho docente.
- Definição do piso salarial dos professores e profissionais do ensino.
- Cumprimento integral da lei que institui o Regime Jurídico Único do Estado.
- Criação da jornada única de trabalho, com salário compatível à função de professor.

GESTÃO E CIDADANIA NA ESCOLA**Problemas:**

- Falta de um projeto político-pedagógico na escola.
- Falta de planejamento escolar.
- Administração centralizadora.
- Ingerência político-partidária na educação e na escola.
- Conflitos internos gerados por falta de bom relacionamento e de comunicação entre gestor, subordinados e alunos.
- Despreparo emocional e profissional de diretores.
- Ausência de interação entre a escola e a comunidade, evidenciada pela inconsistência das associações de pais e mestres e pela não participação comunitária no planejamento das ações escolares.
- Analfabetismo acentuado, notadamente nas comunidades rurais.
- Seletividade no ato da matrícula (falta de vagas nas escolas) e marginalização dos alunos através da reprovação e insucesso escolar.
- Marginalização de alunos.

Sugestões:

- Elaboração do projeto político-pedagógico da escola, com o envolvimento da comunidade.
- Planejamento, com a participação de toda a comunidade, da gestão escolar e da ação pedagógica.
- Autonomia da escola na gestão pedagógica, administrativa e financeira.

- Conscientização dos políticos do seu papel fiscalizador (e não facilitador) do desempenho dos dirigentes e dos gastos com a educação.
- Estabelecimento de canais de comunicação, em suas diversas formas, envolvendo diretores, a fim de fortalecer as relações interpessoais e institucionais.
- Escolha de diretores obedecendo critérios de liderança, experiência e qualificação comprovadas.
- Desenvolver ações que visem atacar o elevado índice de reprovação escolar.
- Garantir o acesso à demanda excedente, ampliando, reformando ou construindo escolas.
- Incentivar a organização de grêmios estudantis, associação de pais e mestres, lideranças de classes e associação de moradores, para o debate e encaminhamento de reivindicações e propostas.
- Criar situações de acesso aos bens culturais e possibilitar aos alunos o conhecimento de seus direitos e deveres, como cidadãos, relativamente ao meio social e ao meio físico em que se inserem.
- Integração com a comunidade, buscando o relacionamento que ultrapasse os bloqueios ideológicos e restabelecendo a escola como um espaço do debate social e do desenvolvimento.
- Realização, com a participação comunitária, do recenseamento dos analfabetos, visando a realização de cursos de alfabetização e de outros de caráter profissionalizante, de que a comunidade necessita, adotando-se sistema de mutirão e horários adequados à realidade da clientela.
- Mobilização da comunidade para lutas de conquistas sociais na área da educação.

FINANCIAMENTO E GASTOS COM A EDUCAÇÃO

Problemas:

- Não observância dos pré-requisitos legais, dificultando a concessão e/ou atraso no repasse de recursos federais para o estado e municípios.
- Baixo nível de desempenho do sistema, em relação à aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Falta de autonomia da escola para administrar recursos financeiros.
- Diminuta aplicação de recursos próprios em educação.

Sugestões:

- Cumprimento da legislação específica.
- Maximização da aplicação dos recursos como forma de atingir o maior número possível de beneficiários.
- Aumento da receita, resultante de impostos, para manutenção e desenvolvimento do ensino básico.
- Adoção de mecanismos descentralizadores de administração de recursos para a educação.

- Repasse de recursos às escolas para manutenção de despesas básicas.
- Maior rigor na fiscalização da aplicação dos recursos do SE/QE.
- Gerenciamento descentralizado dos recursos federais destinados à educação, pela própria SEDUC, sem intermediação da Secretaria de Transporte e Obras Públicas (no caso de construção, ampliação e reforma das unidades escolares).

Rio Branco AC, 9 de agosto de 1994

Discussão na Escola – Comissão Tripartite

Secretário Estadual

Prof. Carlos Alberto Simão Antônio

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Presidente Estadual da UNDIME-AC

Prof. Arnóbio Marques de Almeida Júnior

Delegada Estadual do Ministério da Educação e do Desporto

Prof^a Irene Dantas do Nascimento

Coordenação:

Diretora Geral da SEC-AC

Prof^a Maria de Fátima Lopes Santos

Entidades Participantes:

Universidade Federal do Acre

Conselho Estadual de Educação

Prefeituras municipais

Inspetores de ensino

Secretarias Municipais de Educação - SEMEC

Serviço Nacional da Indústria - SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR

Comissão Pró-Índio - CPI

Centro dos Trabalhadores da Amazônia - CTA

Comissão de Educação da Assembléia Legislativa

Comissão de Educação da Câmara Municipal de Rio Branco

Conselho de Diretores Escolares

Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTEAC

Casa do Estudante Acreano

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

AMAPÁ

APRESENTAÇÃO

Discutir o Plano Decenal de Educação para Todos nas escolas foi, para uma parcela significativa da comunidade escolar, uma experiência inusitada, mas sumamente enriquecedora. Os resultados, porém, das decisões e alternativas propostas pelo grupo de escolas da rede pública e particular de ensino aqui estão devidamente compatibilizados e compondo este relatório do Estado do Amapá, que deverá ser apresentado e discutido na Conferência Nacional de Educação para Todos.

Todos se fizeram presentes aos debates: dirigentes, professores, técnicos, pessoal de apoio, alunos e representantes de instituições intra e extra-escolares. O esforço foi integrado na elaboração das propostas, e as críticas e alternativas que surgiram durante as discussões contribuíram para retratar a realidade educacional do estado com vistas à elaboração do seu nível de qualidade.

Da sistematização dos trabalhos participaram integrantes dos quadros dirigentes e técnicos da Secretaria Estadual e das secretarias municipais de educação e representantes da Delegacia do MEC/AP, com o fim precípuo de ampliar discussões e elaborar o presente relatório estadual - documento final, consonante com o Plano Decenal de Educação para Todos em nível nacional, apresentado pelo Ministério da Educação, e o Plano Decenal de Educação do Estado do Amapá (versão preliminar).

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE EDUCACIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ

O Estado do Amapá, situado ao norte da região amazônica, com uma extensão de 140.276 km², correspondente a 3,92% da Região Norte e 1,65% da área nacional, possui uma extensão fronteiriça de 2.390 km, sendo que, dessa grandeza, 707 km são fronteiras internacionais. Hoje, o estado conta com 15 municípios e uma população estimada de 320.000 habitantes.

A população do Estado do Amapá destaca-se, principalmente, pelo elevado nível de crescimento, a par de uma irregular distribuição espacial, onde se observam áreas com elevada concentração (sedes municipais) e outras com populações rarefeitas (zona rural dos municípios) e/ou constituindo imensos vazios demográficos.

Dados indicam que a população do Amapá triplicou entre 1950 e 1970, passando de 37.477 habitantes para 114.350 habitantes, enquanto em 1980 passou para 175.257 habitantes, chegando em 1992 com 299.305 habitantes.

Ao lado do crescimento vegetativo, há de considerar-se o movimento migratório ocorrido nos últimos anos, em razão da transformação do Amapá em Estado, da exploração das riquezas minerais e, ultimamente, da implantação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, que constitui um componente muito importante para o crescimento populacional do estado e, conseqüentemente, para o aumento da população escolarizável.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.63-72, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

Esse desordenado crescimento demográfico não constituiria um problema, em função da densidade demográfica insignificante - menos de 2 habitantes por km²; entretanto, o fenômeno da urbanização, caracterizado pela concentração de infra-estrutura econômica e social, especialmente nos municípios de Macapá e Santana, fez degenerar o problema, transformando estes dois municípios em pólos de atração populacional, enquanto os demais sofreram esvaziamento demográfico.

Assim sendo, apesar dos esforços em todas as esferas governamentais, o sistema público educacional do Amapá apresenta déficit de atendimento à população escolarizável, notadamente na faixa etária de 4 a 6 anos (pré-escolar) e de 15 a 17 anos (2º grau).

A maioria das escolas estaduais e municipais, na zona urbana e rural (só algumas escolas da zona rural permanecem em condições físicas precárias), passaram, nos últimos 3 anos, por significativas reformas, ampliações e adaptações, mas, ainda assim, o número de salas de aula continua insuficiente para atender à sempre crescente demanda escolar, pelos fatores acima mencionados. Há ainda a considerar que algumas modalidades de ensino precisam ser expandidas, tais como: pré-escolar, supletivo e educação especial. Ressaltam-se as mesmas dificuldades com relação ao ensino de 2º grau, principalmente na zona periférica e rural do estado, fazendo com que os educandos procurem unidades escolares em bairros distantes daqueles em que residem e que possibilitem o atendimento de suas expectativas educacionais, o que, muitas vezes, provoca interrupção de estudos, até mesmo concorrendo para o não acesso a esse grau de ensino.

A heterogeneidade da população estudantil do estado, constituída, em sua maior parte, pelas populações das periferias urbanas e zonas rurais dos municípios, povos indígenas e migrantes, inserida nas camadas de baixo poder aquisitivo, força os educandos a ingressarem precocemente no mercado de trabalho, o que vem evidenciar um número elevado de sucessivas repetências e evasões ainda no 1º grau, transformando o sucesso escolar num grande desafio para o sistema educacional amapaense.

Nesse contexto, devem ser considerados ainda outros fatores: adoção de prática pedagógica distanciada da realidade de vida do educando; avaliação educacional ainda voltada, em grande parte, para os aspectos quantitativos; intensa rotatividade de docentes, especialmente na zona rural; atendimento específico nas áreas de assistência médico-odontológica, lazer e sociocultural; turnos intermediários e superlotação de salas de aula; falta de local apropriado para aulas de atividades práticas; quantidade ainda insuficiente de merenda escolar. É tanto que, por esses motivos, a exemplo das escolas públicas do País, as existentes no Amapá também têm sido alvo de críticas, denúncias e discussões.

Ensinar é, sem dúvida, uma prática complexa, nas condições de desigualdade social que o profissional enfrenta ante seus alunos e as diferentes condições de escolarização com que tem de lidar no sistema. Na escola, o recurso humano é elemento importante, daí por que sua formação e constante atualização devem ser questões fundamentais, objetivando oferecer um ensino que instrumentalize o cidadão para o seu tempo. Entretanto, no Estado do Amapá, a importância da qualificação dos profissionais do ensino como ação das secretarias de educação, em geral, necessita ser implementada.

É fora de dúvida que, só a partir de uma ação comprometida com a verdadeira gestão democrática, se pode depreender a importância de unir esforços em direção às mudanças advindas do fazer articulado com outras instâncias sociais. No entanto, no Estado do Amapá, os dirigentes escolares ainda são indicados por interferência político-partidária e, entre esses, uma parcela reduzida é comprometida com a educação e poucos administram com a participação da comunidade escolar, utilizando-se de um planejamento participativo. O que se necessita é que o sistema educacional do estado abrigue a modernidade, possibilitando a todos (alu-

nos, pais, professores e técnicos) condições de opinar, avaliar, redefinir e executar o projeto pedagógico da escola, de forma crítica. Tal iniciativa só abriria e ampliaria a esfera da ação política e ensejaria o desenvolvimento de práticas coletivas, envolvendo, numa participação democrática e igualitária, outras organizações, grupos e movimentos comunitários de grande vigor, no trabalho da educação. A escola deve ser, por isso, um espaço aberto à comunidade.

Mesmo considerando as adversidades e limitações orçamentário-financeiras, já que ainda existe grande dependência das transferências federais, pois o Amapá não conta com uma política tributária e de arrecadação definida, a administração pública estadual tem procurado de todas as formas assistir aos diversos setores, maximizando os objetivos do Poder Público e os anseios da população. Dessa forma, de 1991 para 1993, observa-se um crescimento dos recursos aplicados na educação; ainda que não tão significativo, demonstra, porém, o esforço da ação governamental no sentido de investir cada vez mais nesse componente, cumprindo com as diretrizes emanadas pelos organismos nacionais e previstas nas Constituições Federal e Estadual.

Portanto, em termos gerais, o Estado do Amapá tem aplicado, em custeio e investimento na educação, entre 20% e 27% dos recursos orçamentários, ainda que se considere as dificuldades e limitações. No entanto, existe toda uma preocupação em aumentar o volume de recursos destinados à educação para que sejam alcançados os objetivos propostos pelos governos estadual e municipal, ampliando o acesso à escola, sem distinções, e melhorando qualitativamente o ensino, de uma forma geral.

Dos recursos vinculados à educação, cerca de 60% destinam-se ao custeio do ensino fundamental, onde está a maior clientela educacional e o maior número de unidades escolares. Os 40% restantes são aplicados na viabilização do ensino médio e demais componentes, com exceção do ensino superior, que, no âmbito estadual, existe em nível federal e da iniciativa privada.

METAS

1. Acesso

- Expandir a rede física, através da construção, ampliação, reforma e adaptação das escolas, bem como a devida utilização dos espaços ociosos, para o atendimento da demanda escolar, garantindo ambientes físicos específicos e adequados que propiciem o desenvolvimento de projetos pedagógicos das unidades escolares, em seus diversos graus e modalidades de ensino.
- Garantir a manutenção do número máximo de alunos em sala de aula, por modalidade de atendimento (CBA com 25 alunos, 3ª e 4ª séries com 30 alunos, 5ª a 8ª com 35 alunos e 2º grau com 35 alunos), obedecendo o que preceituam as normas de matrícula.
- Garantir a expansão e implementação do atendimento especial aos alunos com problemas de repetência.
- Implantação de projetos especiais para atendimento, no terceiro turno, do primeiro segmento do 1º grau.
- Garantir, no projeto arquitetônico dos estabelecimentos de ensino, condições que permitam o acesso aos alunos portadores de deficiências físicas.
- Construção de auditórios, dotados de recursos audiovisuais para crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais, em todos os municípios.

2. Sucesso escolar

Para que o aluno obtenha o sucesso escolar, a escola propõe as seguintes metas:

- Reestudo, para reformulação da atual sistemática de avaliação, da metodologia e das grades curriculares, para que sejam utilizadas de forma pertinente à realidade do educando e compatíveis com as necessidades básicas de aprendizagem.
- Implantação e implementação de bibliotecas técnicas, salas de leitura, projetos especiais e oficinas pedagógicas, que viabilizem a elevação da qualidade do ensino.
- Criação de mecanismos de fortalecimento dos serviços educacionais, através da integração escola, empresa e instituições para-educacionais (SENAI, SENAC, SESI, SESC, centros educacionais, fundações, oficinas comunitárias), assegurando a participação dos educandos em estágios e cursos profissionalizantes voltados para as necessidades do educando e da sociedade.
- Assegurar o atendimento da merenda escolar aos alunos do 3º turno, bem como a sua regionalização.
- Garantia de transporte para alunos e profissionais do ensino que atuam em zona rural de difícil acesso, através da aquisição de veículos terrestres e marítimos.
- Implementação de programas que valorizem a prática desportiva e recreativa nas unidades escolares.

3. Aprendizagem

- Estímulo à pesquisa escolar, visando diagnosticar as reais dificuldades que interferem no processo ensino-aprendizagem.
- Criação de equipe técnica composta de assistente social, fonoaudiólogo, médico, pedagogo, psicólogo, sociólogo, para, em conjunto, prevenir e superar as dificuldades que interferem no processo da aprendizagem.
- Atendimento com material didático-pedagógico de qualidade e em quantidade suficiente para alunos, professores e técnicos do ensino fundamental.
- Implementação do currículo quanto ao desenvolvimento das atividades práticas e na área específica de informática.
- Garantia da aquisição e impressão de livros e confecção de materiais didático-pedagógicos em braile, visando ao atendimento de alunos portadores de deficiência visual.
- Definição de uma política para aquisição de livro didático, que assegure o desenvolvimento do senso crítico do aluno e da socialização do saber, observando a diversidade cultural.
- Articulação permanente entre o ensino regular e o especial.
- Valorização da avaliação permanente do ensino regular e do especial.
- Valorização da avaliação pedagógica como indispensável ao encaminhamento de alunos para atendimento especializado.

4. Professores e profissionais do ensino

- Valorização da carreira do magistério, especificamente a do professor e especialista de educação, pela formulação de uma política que recupere a dignidade profissional do educador com relação a melhor salário, compatível com sua habilitação e titulação, através da criação de mecanismos que estimulem e assegurem a oferta e a participação do profissional da educação em cursos de atualização, especialização, mestrado, encontros, seminários, palestras, simpósios, no estado e em outras unidades federadas, para todos os graus e modalidades de ensino, objetivando o aprimoramento do conhecimento e a revisão crítica da sua práxis pedagógica.
- Inclusão das disciplinas de educação especial, educação pré-escolar e educação indígena no currículo dos cursos de formação para o magistério, bem como garantia de estágio específico nessas áreas.
- Equiparação salarial, isonomia de vencimento entre os poderes do estado, de acordo com o art. 280, parágrafo III, da Constituição Estadual.
- Cumprimento do Estatuto do Magistério do Estado e dos municípios, na sua totalidade.
- Assegurar a permanência, na unidade escolar, de no mínimo 2 anos, do profissional da educação, impedindo o desvio de função do mesmo, respeitando sua opção e a aceitação da comunidade escolar, a fim de evitar a rotatividade de recursos humanos.
- Construção e equipamento de um centro de treinamento para aperfeiçoamento dos profissionais da educação.
- Implementação do quadro curricular dos cursos de formação para o magistério, objetivando melhor preparação desses profissionais.
- Assegurar estágio remunerado e/ou bolsa de trabalho para os alunos dos cursos de magistério, a partir do 2º ano.
- Cumprimento dos preceitos legais quanto à admissão de professores.
- Expansão de programas e experiências educacionais a distância, com utilização da tecnologia e informática, assim como a extensão e pesquisa com instituições de nível superior, visando à capacitação permanente de recursos humanos para o magistério.

5. Gestão

- Promoção ou eleição direta para diretores, como forma de consolidar a democratização do ensino.
- Garantir a implantação de padrões de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica.
- Garantia de funcionamento de um órgão representativo (delegacias regionais) do setor educacional nos municípios, com a finalidade de coordenar, acompanhar, controlar e avaliar as ações, visando à descentralização e desburocratização.
- Criação de mecanismos, com a participação da escola e de segmentos da sociedade, que permitam avaliar o comprometimento das autoridades da área educacional nos níveis federal, estadual e municipal, atuantes na unidade federada, na execução das ações que envolvam a gestão educacional.
- Viabilização de ações que garantam, no projeto pedagógico da escola, o acesso e a participação efetiva dos pais no acompanhamento da aprendizagem dos filhos.

6. Relacionamento com a comunidade

- Garantia de participação de representantes da comunidade escolar na elaboração e execução do projeto arquitetônico das unidades escolares, bem como na identificação de necessidades que subsidiem a elaboração de propostas orçamentárias.
- Implantação de programas que viabilizem a conscientização das famílias quanto à importância da escola, da sua responsabilidade na educação, da participação no processo ensino-aprendizagem, bem como acerca do trabalho desenvolvido com os alunos portadores de necessidades especiais.
- Realização periódica de encontros e palestras com a comunidade escolar e Conselho Tutelar, para avaliação e discussão da metodologia, mecanismos de combate à evasão e reprovação, sistemática de avaliação, visando à solução de problemas intra e extraclasse.
- promoção de campanhas educativas voltadas para a preservação do patrimônio público, bens culturais, etc.
- Sensibilização da comunidade para implantação de núcleos de trabalho para pessoas portadoras de necessidades especiais que não têm mais condições de se beneficiarem com programas escolares.

7. Cidadania

- Garantia de atendimento igualitário, por parte do macrossistema, às escolas da zona urbana localizadas nas periferias, bem como às da zona rural.
- Dinamização de programações, através de projetos educativos, com sessões de vídeo, palestras e debates, a fim de conscientizar a comunidade escolar dos seus direitos e deveres, assegurando-lhe o pleno exercício da cidadania.
- Garantia de livre participação de alunos e profissionais do ensino em associações, sindicatos e conselhos comunitários, para articular, acompanhar e avaliar a integração dos órgãos que atuam na comunidade.
- Participação coletiva da prática essencialmente democrática, com a preocupação de instituir uma forma de organização escolar que separe os conflitos, através das sínteses resultantes das convergências e sintonias dos diferentes grupos que integram a escola.

8. Financiamento e gastos com educação

- Maior investimento, por parte dos governos federal, estadual e municipal, nos programas de apoio às escolas e maior fiscalização na aplicação dos recursos, para que estes sejam devidamente executados em benefício da comunidade escolar.
- Cumprimento dos preceitos legais, dando autonomia às escolas quanto ao repasse e gerenciamento dos recursos destinados a suprir as necessidades imediatas e/ou emergenciais relacionadas à manutenção e conservação do patrimônio público.
- Distribuição, de maneira eqüitativa, de recursos financeiros para as escolas, de acordo com sua tipologia.

- Financiamento de projetos inovadores na área da educação.
- Incentivo à pesquisa na área das ciências humanas e sociais.
- Ajustes na legislação vigente, que possibilitem a desburocratização das ações em relação aos gastos e financiamento da educação.

CONCLUSÃO

A educação só encontra ressonância no meio se for encarada como um processo contínuo de aperfeiçoamento pessoal e social do ser humano, se viabilizar a concretização da democratização do ensino.

Só com o conhecimento dos anseios da comunidade, advindos do compromisso livre e responsável de cada cidadão para com a educação, pode o poder público estabelecer uma política educacional que enseje uma verdadeira gestão democrática, com resgate da credibilidade e qualidade do ensino, através da execução dinâmica do projeto pedagógico da escola.

Foi nessa perspectiva, transformadora e realista, e a partir da avaliação crítica da prática educativa vivenciada em nossas escolas, que surgiram as proposições deste relatório, que, unidas às proposições dos outros estados, integrarão o compromisso nacional de oferecer a cada cidadão brasileiro uma educação básica de qualidade.

Governador

Anníbal Barcellos

Delegado do MEC/AP

Carlos Guilherme de Oliveira Melo

Secretária de Estado da Educação e Cultura

Maria Neusa Carmo de Sousa

Secretário Municipal de Educação de Macapá

Kleber Magalhães

Secretário Municipal de Educação de Santana

Redimilson Anselmo Nobre

Comissão Tripartite Estadual

Prof^a Maria Neusa Carmo de Sousa - Coordenadora Estadual - SEEC-AP

Prof. Carlos Guilherme de Oliveira Melo - DEMEC-AP

Prof. Kleber Magalhães - SEMED - Macapá

Prof. Redimilson Anselmo Nobre - SEMED - Santana

Comissão de Elaboração do Relatório Estadual

Rosalda Ivone Oliveira Custódio - DTPE/SEEC

Graça Maria de Lima Redig - SEMED/PMM

Ivanilde Sacramento Barbosa - DIAP/DTPE

Maria Lúcia Teixeira Borges - SEMED/PMM

Josendina do Livramento Melo - NSP/SEEC

Raimunda das Graças Viana Jucá - DEB/SEEC

Luis de Almeida Montoril - DEMEC/AP

Lourdes dos Santos Martins - DIRHM/SEEC

Alda Maria Lucas Magalhães - SEMEC/SNT

Liana Rodrigues Sardinha - SEMEC/SNT

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

Seguindo as diretrizes das políticas educacionais traçadas pelo MEC/SEF, contidas no Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado em 1993, para ser um instrumento-guia na luta pela recuperação da educação básica do País, com vistas a atingir a universalização do ensino fundamental com qualidade e equidade, apresentamos o relatório-síntese estadual/AM, compatibilizado na Conferência Estadual de Educação para Todos, realizada no período de 3 a 5 de agosto de 1994, nesta cidade de Manaus/AM.

Com o detalhamento do Plano Decenal em nível da escola, onde efetivamente o processo educativo se concretiza, foi possível extrair de cada localidade, respeitando-se as suas características, propriedades e grau de desenvolvimento, o projeto pedagógico real e fortalecido, pois contou com a participação de toda a comunidade escolar em sua discussão e formulação.

O roteiro-sugestão com oito itens, apresentado como critério para o desenvolvimento do trabalho na escola (o qual pôde ser enriquecido), possibilitou estabelecer as metas, identificar os obstáculos e discutir os recursos de que dispomos e de que precisaremos dispor para superar essas dificuldades nos próximos dez anos.

Objetivamos apresentar este relatório-síntese como subsídio para a Conferência Nacional de Educação para Todos, a ser realizada, no período de 29/8 a 2/9/94, em Brasília, mas o objetivo maior desse trabalho de ampla mobilização da sociedade é a conquista de um padrão de escolarização de melhor qualidade, com metas claras para a efetiva valorização e reconhecimento público do magistério, permitindo a inserção do País em um novo patamar de desenvolvimento e, assim, responder aos reclamos da democracia e da cidadania no Brasil.

1. Acesso

- Cobrir no mínimo 90% da demanda escolarizável.
- Garantir a gratuidade do ensino.
- Construir e equipar prédios para o pré-escolar, 1º e 2º graus, com auditório, diretoria, secretaria, sala de professores, biblioteca, laboratório, refeitório, depósito de merenda escolar, ginásio esportivo, escritório modelo, etc.
- Construir e equipar salas para o atendimento aos deficientes visuais, auditivos e mentais.
- Construir e adquirir prédios para o alojamento de alunos vindos da zona urbana e zona rural.
- Adquirir transporte fluvial e terrestre para estudantes e professores da zona rural e zona urbana em áreas de difícil acesso.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.73-82, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

- Criar pólos de ensino de 5ª a 8ª série na zona rural.
- Estender aos municípios o supletivo equivalente ao 1º e 2º graus.
- Dar apoio às escolas que têm possibilidade de ministrar cursos profissionalizantes, respeitando a vocação econômica local.
- Ampliar o número de bolsas de estudo, via MEC, provenientes do pagamento do salário-educação, advindo das empresas privadas.
- Criar centros de triagem e diagnóstico nas unidades médicas do interior, para atendimento da clientela deficiente.
- Ampliar e implementar o Centro de Triagem e Diagnóstico de Educação Especial - CETRIDE/SEDUC, para atendimento à demanda dos educandos deficientes.
- Criar mecanismos legais que obriguem a SEDUC/SEMED a proceder, periodicamente, ao mapeamento escolar, a fim de detectar as áreas de maior concentração da população escolarizável que justifique a necessidade da edificação de prédios escolares.

2. Sucesso escolar

- Incluir, nas leis orgânicas dos municípios, o livre acesso do educando ao transporte coletivo até os 14 anos.
- Reformular o currículo, adaptando-o às peculiaridades locais, com a participação dos profissionais da educação, antropólogos, lingüistas e outros profissionais que conheçam as práticas culturais dos diversos povos existentes em cada região.
- Criar mecanismos legais que estabeleçam o número máximo de alunos por turma em cada nível de ensino, evitando a superlotação das salas de aula.
- Repensar o processo de avaliação escolar, redimensionando a prática educativa com vistas à minimização da repetência e evasão.
- Implantar centros lingüísticos e centros de artes, dotados de equipamentos adequados ao funcionamento e distribuídos geograficamente.
- Implementar as bibliotecas escolares com equipamentos e acervos atualizados, para suporte ao trabalho educacional e cultural da escola e da comunidade.
- Promover ações que dêem condições ao educando de ter um desenvolvimento amplo quanto ao esporte, lazer, cultura e trabalho.
- Garantir a merenda escolar suficiente e de qualidade, com distribuição regular e contínua, utilizando produtos de cada região.
- Implantar e/ou implementar gabinetes médico-odontológico e oftamológico, bem como programas de assistência social e psicológica, com recursos humanos qualificados para o atendimento da clientela escolar, da capital e interior.
- Garantir o fornecimento de material didático-pedagógico, adequando-o às necessidades escolares e ao desenvolvimento tecnológico.
- Dotar as escolas, principalmente as do interior do estado, de um quadro técnico para atendimento às necessidades pedagógicas e administrativas.

- Garantir a execução do calendário escolar que atenda às necessidades pedagógico-administrativas e culturais da capital e do interior do estado.
- Remeter materiais didáticos adequados à região e aos níveis de ensino, antes do início do ano letivo.
- Cumprir o dispositivo legal que determina a inserção de educação ambiental, de forma interdisciplinar, nas atividades, disciplinas ou áreas de estudo do currículo.
- Desenvolver ações inerentes à questão ambiental, objetivando a conservação e manutenção do patrimônio público, como praças, logradouros, bosques, praias, parques, rios, igarapés, reservas indígenas e ecológicas.
- Implantar e/ou implementar projetos que viabilizem a melhoria da qualidade de vida, especificamente no que se refere à questão alimentar, habitacional, sexual e de consumo de drogas.

3. Aprendizagem

- Regionalização do livro didático.
- Definir um sistema de avaliação global, estabelecendo critérios e instrumentos de avaliação contínua para docentes, técnicos, pessoal administrativo, dirigentes e discentes, considerando toda a produção construída por esses no decorrer do processo ensino-aprendizagem, bem como o reestudo, quando não houver aprendizagem de maneira satisfatória.
- Revisar as propostas curriculares em nível de 1º e 2º graus, priorizando os conteúdos significativos.
- Estender os cursos profissionalizantes para 4 anos ou 8 semestres, sendo os dois últimos semestres para aperfeiçoamento técnico.
- Otimizar a ação pedagógica, com vistas à redução anual de 10% do nível atual de reprovação.
- Propor a reformulação curricular dos cursos de formação de professores e técnicos em educação, tendo em vista a melhor formação desses profissionais.
- Implantar um sistema de multimeios que viabilize a modernização das estratégias de ensino.
- Elaborar e operacionalizar propostas metodológicas para a intervenção nas séries cujo rendimento seja insuficiente.
- Incluir autores regionais na Ciranda do Livro.
- Adquirir material esportivo suficiente para a prática da educação física e desportiva.
- Adotar programas que visem reduzir a distorção idade-série.
- Implementar o processo educativo de jovens e adultos, através da adoção de metodologia apropriada e materiais compatíveis com essa clientela, possibilitando a terminalidade antecipada do 1º grau.
- Conceber um modelo de escola com padrões arquitetônicos definidos que obedeçam às exigências pedagógicas e às peculiaridades geoambientais.

- Criação de um centro integrado de educação especial, dotado de equipe interdisciplinar, que desenvolva atividades de estimulação essencial, provido de equipamentos e recursos didáticos específicos, para atender aos alunos portadores de necessidades educativas especiais.
- Fornecer material didático para os alunos da zona urbana e da zona rural.
- Aproveitar, de forma construtiva e educativa, as experiências das crianças, além de promover, com os pais, discussões, encontros culturais e debates.
- Adotar uma proposta pedagógica voltada para os interesses e necessidades das classes populares.

4. Professores e profissionais do ensino

- Promover concursos para professores que atendam às necessidades da área rural, visando à extinção de classes multisseriadas.
- Reciclar professores em novos métodos e técnicas de avaliação escolar, visando à minimização da evasão escolar e da repetência.
- Valorizar o profissional da educação, mediante cumprimento do dispositivo constitucional referente ao Plano de Cargos e Salários.
- Capacitar e dar condições para o aperfeiçoamento dos recursos humanos envolvidos no processo escolar.
- Designar uma comissão tripartite - município, estado e universidade - para estudo e reformulação dos currículos das áreas técnicas e de docência, de nível médio, superior e extensão universitária, nos municípios, para atendimento às novas exigências político-sociais do momento.
- Criar, instalar e equipar centros de treinamento nos pólos, para reciclagem, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal da área de educação.
- Reformular e efetivar o cumprimento do Plano de Carreira, Cargos e Salários, para proporcionar, à categoria do magistério, usufruto de vantagens compatíveis com o seu desempenho, tempo de serviço, titulação e, principalmente, que assegure o seu poder aquisitivo.
- Criar mecanismos legais estabelecendo a periodicidade nunca superior a 3 anos, para realização de concursos públicos, com fins de ingresso no magistério estadual e municipal, evitando as contratações a título de prestação de serviço e de regime especial.
- Fazer cumprir o piso salarial garantido pela Constituição Estadual e pelas leis orgânicas dos municípios.
- Propor uma emenda na Constituição Federal e na Estadual que assegure à categoria do magistério o direito a salário-férias integral.
- Oportunizar ao professor e profissional em educação a participação em encontros pedagógicos e seminários.
- Propiciar estágio remunerado aos estudantes do curso de magistério, através de bolsas de estudo.

- Proporcionar vantagens de gratificação de localidade e giz aos professores da zona rural.
- Proporcionar vantagem de insalubridade aos professores.
- Respeitar e valorizar a organização dos trabalhadores da educação, como forma de assegurar seus direitos institucionais já conquistados.
- Reformular e divulgar o Estatuto do Magistério, para que os professores possam conhecer seus direitos e deveres.
- Realizar cursos de relações humanas para professores e alunos.
- Proporcionar isonomia para os profissionais da educação e/ou qualquer tipo de ação vinculada à educação, no que se refere a direitos e salários.
- Propor a dedicação exclusiva do professor, com 50% de carga horária dedicada ao atendimento do aluno e ao aperfeiçoamento técnico.
- Criar um fundo especial (municípios) para incentivar a capacitação em nível superior dos profissionais da educação.
- Revisar o sistema que aplica o desconto de 50% do salário-base, em apenas um dia de falta, implicando também na perda da licença especial.
- Implantar o curso de piscicultura em nível de 2º grau, no interior, com profissionais qualificados.
- Oferecer cursos extra-curriculares de agropecuária com assistência técnica.
- Fortalecer e estender ao interior as ações sindicais nas escolas (representantes por turno).
- Realizar oficinas jurídicas relativas a matérias legais concernentes ao exercício profissional (Estatuto do Magistério, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases, Conselho Federal, Conselho Estadual e Lei Orgânica do Município).
- Construir moradia para os professores urbanos e rurais oriundos de outras localidades.
- Capacitar profissionais para atuarem na alfabetização de jovens e adultos.
- Capacitar e aperfeiçoar recursos humanos envolvidos no processo escolar.
- Adquirir material para horta escolar, bem como proporcionar cursos para os profissionais de técnicas agrícolas.
- Providenciar material para as práticas esportivas, em apoio aos professores de educação física.
- Garantir aos profissionais da educação atendimento médico-odontológico especializado e de qualidade, oferecidos pelos institutos de previdência.
- Evitar a influência partidária no processo educacional.

5. Gestão

- Garantir os cumprimentos dos dispositivos legais relacionados ao ensino.
- Adquirir material didático-pedagógico, de expediente, limpeza e permanente suficiente para atender às necessidades da escola, professores e alunos.

- Elaborar um projeto global da escola a partir das metas, objetivos, linhas de ação e estratégias traçadas no Plano Decenal de cada município.
- Garantir a autonomia administrativa, financeira e pedagógica para as unidades educacionais e secretarias municipais de educação com maior poder na tomada de decisão.
- Fazer cumprir o dispositivo legal referente ao regimento interno da escola.
- Criar o Conselho Municipal de Educação, com funções consultivas, normativas, fiscalizadora e deliberativa, para zelar pela qualidade do ensino no município.
- Realizar o planejamento participativo com envolvimento de pais, alunos, técnicos e diretores de escola.
- Criar conselhos de escola com a finalidade de acompanhar e avaliar as atividades administrativas, financeiras e pedagógicas, garantindo a participação da comunidade na gestão educacional.
- Garantir a todos os envolvidos no processo educacional a participação na análise e aprovação do calendário escolar.
- Assegurar a organização do trabalho de parceria entre a escola, outros órgãos e entidades que possam colaborar para a melhoria educacional.
- Organizar fórum de debate na escola para refletir, analisar e avaliar a prática pedagógica.
- Incentivar a criação de grêmios estudantis como instrumento de ação na escola.
- Promover eleição direta para diretores de escolas e de unidades com a participação da comunidade.

6. Integração com a comunidade (relacionamento)

- Criar meios que motivem a comunidade a participar das atividades escolares, criando também opções extra-classe (clubes, exposições de ciências, concursos literários, exposição de trabalhos de arte, excursões, torneios, gincanas e oficina de arte).
- Oferecer à comunidade cursos alternativos que contribuam para a renda familiar.
- Criar mecanismos que viabilizem a aquisição de documentos a alunos carentes.
- Possibilitar a criação de centros esportivos integrados (comunidade/escola).
- Promover campanhas para sensibilizar e valorizar a comunidade, utilizando os meios de divulgação existentes, visando a uma participação mais efetiva: escola/comunidade.
- Buscar junto à comunidade alternativas para atendimento de jovens e adultos sem escolarização.
- Enfatizar a importância da participação da família na escola, para que se consiga o tão almejado sucesso escolar.
- Implementar as associações de pais e mestres, as comunitárias, grêmios estudantis e conselhos escolares para o fortalecimento das atividades educacionais desenvolvidas na escola.

- Conscientizar os pais da importância de sua participação no contexto educacional, levando-os a refletir e agir efetivamente através das associações de pais e mestres.

7. Cidadania na escola

- Cumprir os direitos e deveres estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual, bem como nas leis orgânicas dos municípios.
- Trabalhar os conteúdos de forma crítica, favorecendo, assim, o processo de independência e autonomia do indivíduo.
- Sensibilizar a família da importância da educação na vida do indivíduo.
- Possibilitar o exercício da cidadania na escola, através de esporte e lazer, programas culturais, campanhas educativas, sanitárias e ética profissional e de relações humanas, conduzindo as crianças, os adolescentes e os jovens ao processo cultural e à ênfase na miscigenação de nosso povo.
- Criar casas da cultura nos municípios.
- Inserir nos currículos das escolas conteúdos de filosofia, a partir da pré-escola, a exemplo de experiências positivas realizadas em outros estados.
- Criar organismos internos nas escolas, tais como: associações de pais, mestres e comunitárias, grêmios estudantis ou centro cívico e conselho escolar.
- Combater qualquer tipo de discriminação.
- Criar programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de necessidades especiais, bem como de integração social do adolescente.
- Implantar um trabalho democrático transparente e de parceria na relação alunos-trabalhadores da educação-comunidade.
- Garantir às escolas indígenas uma educação diferenciada, com base nas diretrizes inerentes à educação indígena do Estado do Amazonas.
- Implantar um fórum permanente de debates, sobre assuntos educacionais, com o objetivo de analisar, refletir e apresentar propostas relativas à melhoria da qualidade da educação pública no estado.
- Adquirir instrumentos (bandas marciais) para que as escolas voltem a comemorar os dias cívicos, enfatizando cada vez mais o civismo e o patriotismo.
- Implantar programas voltados para o atendimento da terceira idade.
- Implementar centros interescolares nas unidades educacionais, embasados em cursos profissionalizantes alternativos, como carpintaria, marcenaria, datilografia, corte e costura, em horários diferentes da sala de aula, propiciando o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

8. Financiamento

- Assegurar verbas para a ampliação, reforma, construção e manutenção das escolas, levando em consideração o espaço físico, posição geográfica e climática.

- Garantir a descentralização do gerenciamento dos recursos financeiros, ficando o Conselho Escolar responsável pela fiscalização de sua aplicação.
- Criar um sistema de repasse de verbas às escolas, com o objetivo de viabilizar pequenos reparos e custeio das atividades educacionais, até que se efetive a descentralização solicitada.
- Planejar, criteriosamente, o correto emprego dos recursos públicos, evitando os gastos desnecessários.
- Cumprir o que estabelecem as leis orgânicas dos municípios, no que diz respeito aos gastos com a educação (25% do orçamento), fiscalizando a aplicação, pelos estados e pela União, de seus respectivos percentuais.
- Garantir o acesso às planilhas, projetos e gastos alocados para a educação.
- Evitar paralelismo e pulverização de ações e verbas.
- Estimular empresas estrangeiras no cumprimento do salário-educação no Estado do Amazonas (Zona Franca/Distrito Industrial).
- Garantir um maior empenho e agilização do MEC, no que se refere ao repasse de recursos financeiros às unidades federadas.
- Garantir recursos financeiros suficientes para compra de materiais esportivos; capacitar professores, técnicos e pessoal administrativo; comprar geradores de energia para a zona rural; construir poços artesianos, comprar fardamento escolar e complementar a merenda destinada aos alunos.
- Garantir a transparência nas prestações de contas da educação, de maneira que todos tenham acesso, como, por exemplo, publicação em jornais de grande circulação.
- Apoiar as escolas agrotécnicas existentes, em seu efetivo funcionamento, além de auxiliar os alunos de outros municípios com bolsas de estudo.
- Garantir recursos para a aquisição de material didático e equipamentos, materiais permanentes, de expediente e de consumo para as escolas.

Comissão Tripartite do Estado do Amazonas

Secretaria de Educação, Cultura e Desporto - SEDUC/AM

Delegacia do MEC no Amazonas - DEMEC/AM

Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED

Plano Decenal de Educação para Todos

Relatório-Síntese*

PARÁ

No sentido de viabilizar o desdobramento das atividades de implementação do Plano Decenal de Educação para Todos, e objetivando o engajamento do maior número possível do pessoal dos órgãos de execução direta da educação e sob a coordenação da Comissão Executiva do Plano Decenal de Educação para Todos, a Secretaria de Estado da Educação, a Universidade Federal do Pará, a Secretaria Municipal de Educação de Belém e a Delegacia do MEC realizaram atividades de natureza interna, para discussão e estudo do Plano, tendo atingido no momento um universo de 270 pessoas.

Neste sentido, a Secretaria de Estado da Educação promoveu discussão com todas as chefias da sede do órgão e com os diretores de URE (Unidade Regional de Educação), envolvendo técnicos com representação de todas as suas áreas de atuação.

A Universidade Federal do Pará encaminhou documentos e orientou os coordenadores de 8 (oito) *campi* localizados nos municípios, organizando em parceria com a UNDIME grupos de multiplicadores para atuação junto às lideranças educacionais, enquanto que a DEMEC realizou reunião, com a participação de todos os 67 funcionários, para análise, debates e esclarecimentos quanto à participação da Delegacia na Comissão Executiva Permanente do Plano Decenal de Educação para Todos no Estado, como órgão articulador e membro da Comissão Tripartite.

A seguir, foi desencadeado o processo de preparação de agentes multiplicadores para a ação dentro da escola, possibilitando a orientação e o acompanhamento da elaboração dos projetos pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, a partir da concepção filosófica, proposições e encaminhamentos do Plano Decenal de Educação para Todos.

Desta forma, na grande Belém reuniram-se representantes de 200 escolas de ensino fundamental – estaduais, municipais, particulares e conveniadas –, distribuídas em 6 pólos-escola, para discutir a trajetória do Plano Decenal de Educação, a construção do Projeto Pedagógico na escola e o pacto das parcerias, atingindo um total de 583 participantes, com significativa representação da equipe técnica e administrativa das escolas, docentes, discentes e representantes de pais de alunos, bem como da sociedade civil.

Paralelamente, ocorreu a interiorização da ação orientadora por técnicos da Comissão Permanente do Plano Decenal de Educação para Todos e outros agentes multiplicadores, num trabalho de assistência técnica em 7 pólos, congregando representantes dos sistemas educacionais de 46 municípios, e assistência técnica, *in loco*, em 15 municípios, perfazendo um total de 61 municípios atendidos.

Acrescentando-se mais 28 representantes municipais que participaram de reunião técnica realizada na DEMEC, consideram-se atingidos diretamente 89 municípios na ação de sensibilização e orientação para as discussões do Plano Decenal de Educação na Escola.

Quanto ao desdobramento ocorrido no interior das escolas, é impossível ser mensurado; porém, a Conferência Estadual do Plano Decenal de Educação para Todos, enquanto um espa-

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.201-218, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

ço democrático, obteve a mais ampla discussão e consolidação das idéias emergidas em todo o processo, e aponta para o alto grau de seriedade e comprometimento de que se revestiram os debates nas escolas, na medida em que congregou 1.414 profissionais de educação, 50 instituições, 76 municípios, 39 representantes de entidades não-governamentais, 100 discentes, 55 representantes sindicais, 6 políticos, 3 representantes de 2 estados (Maranhão e Rondônia) e 1 do Distrito Federal, totalizando 1.618 pessoas que, durante 25 horas em 3 dias, num pensar coletivo, exercitaram dialeticamente a arte de recriar uma educação que dignifique e forme cidadãos capazes do exercício pleno da cidadania.

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS

1. Aspectos físicos

Para atender à demanda escolar no ensino fundamental, dispõe o Estado do Pará de aproximadamente 11.200 prédios escolares, cerca de 85% na zona rural, dos quais 50% com uma só sala de aula e 25% com duas a seis. As de uma só sala predominam na zona rural. Das escolas rurais, somente 2% oferecem ensino fundamental completo; das urbanas, 43%.

Grande parte dessas escolas, entre 40% e 50%, são inadequadas a uma aprendizagem de qualidade, considerando-se, entre outros fatores, os equipamentos e as instalações prediais. Há um número considerável de escolas da rede pública que não dispõe de abastecimento de água nem de eletricidade. Acrescente-se, ainda, que grande parte da rede física não oferece condições de segurança.

2. Recursos humanos

No tocante a recursos humanos, o quadro é desalentador, começando pela carência de procedimento e da estruturação de uma sistemática permanente de avaliação, a partir do levantamento de dados estatísticos que possibilitem o diagnóstico que instrumentalize, efetivamente, uma intervenção do poder público, adequada às reais necessidades.

Por conta de tais deficiências, somente foi possível um levantamento do quadro docente.

São 40.777 professores, dos quais 15.422 atuando na zona rural, sendo 11.559 leigos, cerca de 75%. Dos 25.355 professores que atuam na zona urbana, 4.031 são leigos, correspondendo a 16,4%.

ESTADO DO PARÁ
Ensino Regular de 1º Grau
Docentes por Grau de Formação e Zona de Localização - 1992

| Zona de localização | DOCENTES POR GRAU E LOCALIZAÇÃO | | | | | | | | |
|---------------------|---------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| | 1G. INC | 1G. COM | 2G. FMI | 2G. FMC | 2G. OFC | 3G. LIN | 3G. LCP | 3G. CSL | TOTAL |
| URBANA | 327 | 1076 | 998 | 14890 | 1630 | 1267 | 4920 | 247 | 25355 |
| RURAL | 6306 | 4139 | 714 | 3585 | 400 | 67 | 200 | 11 | 15422 |
| TOTAL | 6633 | 5215 | 1712 | 18475 | 2030 | 1334 | 5120 | 258 | 40777 |

Fonte: SEDUC/ASPLAN GEAV/SUBGRUPO DE ESTATÍSTICA

3. Quadro discente

QUADRO I
ESTADO DO PARÁ
Ensino de 1º Grau - Matrícula inicial por Série e Localização
1992 - 1993

| SÉRIE | MATRÍCULA INICIAL | | | | | |
|-------------|-------------------|--------|--------|---------|--------|--------|
| | 1992 | | | 1993(1) | | |
| | TOTAL | URBANA | RURAL | TOTAL | URBANA | RURAL |
| 1º (NOVOS) | 265746 | 127930 | 137816 | 278267 | 133958 | 144309 |
| 1º (REP.) | 97099 | 45312 | 51787 | 101674 | 47447 | 54227 |
| 2º | 197965 | 117777 | 80188 | 207282 | 123326 | 83966 |
| 3º | 161349 | 108493 | 52856 | 168951 | 113605 | 55346 |
| 4º | 127233 | 93398 | 33835 | 133228 | 97798 | 35430 |
| 5º | 107655 | 98885 | 8770 | 112727 | 103544 | 9183 |
| 6º | 70270 | 65418 | 4852 | 73581 | 68500 | 5081 |
| 7º | 46061 | 43198 | 2863 | 48231 | 45233 | 2998 |
| 8º | 34797 | 33016 | 1781 | 36436 | 34572 | 1864 |
| não seriado | 34135 | 33813 | 322 | 35746 | 35407 | 339 |
| total | 1142310 | 767240 | 375070 | 1196133 | 803390 | 392743 |

Fonte: SEDUC-PA/ASPLAN

(1) Estimativas

(2) Os dados tratados referem-se ao total das Redes de Ensino

QUADRO II
ESTADO DO PARÁ
Ensino de 1º Grau - Número de Alunos Matriculados
Segundo Grupo Etário 1992/1993

| GRUPO ETÁRIO | ALUNOS MATRICULADOS | |
|--------------|---------------------|---------|
| | 1992 | 1993(1) |
| < 7 anos | 17393 | 17573 |
| 7 -14 anos | 892328 | 943887 |
| > 14 anos | 232589 | 234673 |
| TOTAL | 1142310 | 119133 |

Fonte: SEDUC-PA/ASPLAN

(1) Estimativas

(2) Os dados tratados referem-se ao total das Redes de Ensino

4. Desempenho

Do total de alunos matriculados, cerca de 386.336 em 1989, somente 33,19% chegaram à 4ª série. Estes números vão se tornando mais claros, evidenciando o baixo desempenho

do sistema escolar, quando comparados com as taxas históricas de matrícula na 8ª série. Por exemplo, na rede da Prefeitura Municipal de Belém, do total de matriculados, somente 3,11% correspondem à 8ª série, no período 85/92. Observando-se as taxas de permanência na escola e as taxas de repetência dos alunos que ingressaram na 1ª série, resultou uma taxa de sobrevivência de 11,49%.

Quanto às taxas médias de rendimento dos alunos por disciplina, a maioria não consegue atingir 50% de aproveitamento em Português e Matemática; na 5ª série, as taxas mantêm-se muito mais baixas em Matemática e Ciências.

Os números relativos às matrículas por série evidenciam, também, o fraco desempenho do sistema, através das baixíssimas taxas de sobrevivência.

Por exemplo, em 1992, matriculou-se um total de 1.142.310, dos quais 849.392 nas classes de 1ª a 4ª série, o que corresponde a 74%, e apenas 292.918 nas classes de 5ª a 8ª série, cerca de 26%, somente.

No tocante à evasão e repetência, dados mais recentes têm demonstrado, lamentavelmente, persistência das taxas históricas, e apontam, por exemplo, números bastante elevados na 1ª e 5ª séries, girando em torno de 20% a 30%. É preciso acrescentar que a persistência dos turnos intermediários tem sido um importante complicador que dificulta a reversão deste quadro.

5. Gestão

O diagnóstico do Estado do Pará confirma o Nacional, ou seja:

1. Prática centralizadora.
2. Ausência de políticas e diretrizes claramente definidas, que facilitem a integração das instituições educativas de vários graus, dentro do próprio setor político.
3. Inexistência de políticas que definam claramente a concepção da sistemática de ensino, principalmente quanto às competências gerenciais específicas dos responsáveis pela gestão dos vários níveis administrativos e da unidade escolar.
4. Elevada rotatividade de dirigentes.
5. Elevado coeficiente de inércia. Inexiste disposição para melhorar, salvo casos isolados, agir cooperativamente, adotar inovações e incorporar avanços cognitivos e tecnológicos nos processos de ensino e de gestão escolar.
6. Inexistência de conselhos escolares e associações.

6. Programa e projetos

6.1 - Programas

1. Programa Estadual “Educação Ambiental e Cidadania” (PEEAC)
 - Objetivo: promover uma leitura crítica do meio ambiente, através de uma estratégia pedagógica de mudança da mentalidade de professores, alunos, pais, dirigentes e técnicos das escolas estaduais, visando à formação da consciência ecológica e da cidadania.

- Clientela: professores, alunos, pais, dirigentes e técnicos das escolas estaduais.
- Projetos do PEEAC:
 - Escola e Meio Ambiente
 - Ensino e Contextualização Ambiental
 - Bosques Escolares
 - Intercâmbio Cultural
 - O IARA - Educação Ambiental e Produção de Material de Ensino
 - Circuito de Arte nas Escolas
 - LUAMIM - Exposição itinerante
 - Caravana nas escolas
 - Livro Didático para a Amazônia.

2. Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)

- Objetivo: alfabetizar jovens e adultos maiores de 15 anos, com base na proposta construtivista de Paulo Freire.
- Clientela: escolas, centros comunitários, empresas, indústrias, canteiros de obras, associações de bairros, clubes de mães e municípios.
- Abrangência: 1993
 - 190 classes
 - 4.098 alunos alfabetizados

3. Programa “Sala de Leitura”

- Objetivo: estimular o gosto pela leitura, de maneira descontraída e lúdica.
- Clientela: alunos de 1º e 2º graus da rede estadual.
- Abrangência: 1993
 - 132 escolas

4. Programa “A Escola Pede Paz”

- Objetivo: combater a violência nas escolas e na comunidade, num trabalho integrado com a Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar, Departamento Estadual de Trânsito e Fundação do Bem Estar Social do Pará.
- Abrangência: 1993
 - 180 escolas (capital e interior)

6.2 - Projetos

1. Centros de Ensino Básico (CEB)

- Objetivo: combater os altos índices de evasão e repetência nas séries iniciais do ensino básico, através de alternativas pedagógicas e com profissionais capacitados, garantindo condições satisfatórias de aprendizagem.

- Abrangência: 1993

Interior do Estado

- 439 escolas

- 111 municípios

- 120.000 alunos

Capital

- 42.040 alunos

- 471 salas de aula

- 87 unidades escolares

2. Projeto “Vídeo-Escola”

- Parceria: Fundação Roberto Marinho e SEDUC

- Objetivo: utilizar o vídeo como recurso didático, possibilitando aos alunos maior domínio dos mecanismos de comunicação e expressão.

- Abrangência: 14 núcleos (URES e Escolas-Pólo)

- Clientela:

- unidades escolares

- comunidades

3. Projeto “Escola Aberta”

- Objetivo: oferecer atendimento socioeducacional aos meninos(as) de rua, menores trabalhadores, na faixa de 7 a 17 anos, visando seu ingresso no ensino regular.

- Abrangência: 1993 - Atendimento a 320 crianças

02 postos

- Bairro de São Brás

- Ceasa

4. Projeto “Papel Reciclado”

- Objetivo: reaproveitamento de papéis usados, fibras (bananeira e aninga), pétalas de flores, casca de cebola, alho, fraldas descartáveis, fabricação de papéis, cartões e vasilhames para mesa.
- Clientela: professores, alunos, familiares da comunidade.

5. Projeto “Plantas da Amazônia no Contexto Escolar - Experiência para Auto-Gestão do Laboratório”

- Objetivo: promover experiência extracurricular em benefício da comunidade, através da produção de medicamentos, utilizando recursos da flora medicinal da Região Amazônica.
- Clientela: alunos da Escola Estadual “Visconde de Souza Franco”.
- Participação: Globo Ciência, em parceria com a UFPA.

6. Projeto “Uma Experiência com Autistas em Belém do Pará”

- Objetivo: oferecer uma dimensão mais ampla ao desenvolvimento das potencialidades dos portadores da síndrome de autismo infantil precoce.
- Abrangência: 10 turmas - 05 escolas (ensino regular)

7. Projeto “Educação Indígena”

- Parceria: SEDUC/FUNAI/CVRD (Companhia Vale do Rio Doce)
- Abrangência: Reservas
 - Mãe Maria (Bom Jesus do Tocantins)
 - Sororó (São Geraldo do Araguaia)
 - Trokorá (São Domingos do Araguaia)

8. Projeto “Informática Educativa”

- Abrangência: 4 escolas estaduais

9. Projeto “Hortas Escolares e Comunitárias”

- Orientação técnica: técnicos da EMATER.
- Abrangência: 3 escolas estaduais dos municípios: Marabá, Bom Jesus do Tocantins e Abel Figueiredo.

10. Projeto “Iniciação Musical” (canto e instrumento)
 - Parceria: Fundação Casa da Cultura de Marabá e SEDUC.
 - Clientela: alunos da Rede Oficial de Ensino.

11. Projeto Gavião I e II
 - Objetivo: capacitar e habilitar professores leigos da rede oficial de ensino.
 - Parceria: UFP/SEDUC-URES/SEMEC

QUADRO DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS NO ESTADO

1. Principais problemas

- A escola não vem atendendo satisfatoriamente à demanda da comunidade onde está inserida, visto que ainda há um grande número de crianças, jovens e adultos sem oportunidade de vagas, especialmente nas séries iniciais da educação fundamental, na educação infantil e média, nos bairros periféricos e populosos dos centros urbanos e zona rural, persistindo, assim, o turno intermediário, as classes multisseriadas e as salas de aula superlotadas.
- Inadequação do planejamento da rede física escolar e desorganização na distribuição das vagas escolares, que impedem o atendimento à comunidade onde a escola está inserida.
- A prática pedagógica está dissociada da construção do conhecimento que a realidade requer, contribuindo para o fracasso escolar por falta de um processo de avaliação contínuo e da competência/compromisso dos segmentos que constituem a comunidade escolar.
- Práticas de avaliação escolar inadequadas, incapazes de proporcionar uma visão globalizada das dificuldades e dos progressos do aluno e de subsidiar corretas e oportunas revisões no planejamento do ensino.
- Insuficiência e/ou inexistência de material escolar e didático-pedagógico para uso do aluno e do professor, bem como de equipamentos e materiais permanentes que viabilizem com qualidade o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.
- A alimentação escolar é insuficiente para atender ao alunado durante todo o ano letivo, visto que, em 1993, o programa supriu as escolas do estado com alimentação escolar durante apenas 45 dias. Além disso, as escolas enfrentam a falta de infraestrutura que o processo requer e, ainda, a merenda está em desacordo com os hábitos alimentares da região.
- Inexistência de transporte nas escolas estaduais e municipais, o que agrava o problema do deslocamento de crianças para as escolas, devido às grandes distâncias, principalmente na zona rural.
- A maioria das escolas não possui condições infra-estruturais para a prática de educação física, desporto e lazer.
- Condições de trabalho do profissional de educação inadequadas para o bom desempenho de sua função, devido:

- à necessidade de jornada dupla de trabalho, motivada pelos baixos níveis salariais;
 - à falta de uma carga horária destinada especificamente ao planejamento das atividades docentes ao longo do período letivo; e
 - às dificuldades para articulação do trabalho do professor com a equipe técnica e administrativa da escola.
- Indefinição de ações alternativas no trabalho de conscientização das famílias como participantes do processo pedagógico, gerando descompromisso dos pais com a educação dos filhos.
 - Falta de um plano de capacitação permanente, que atenda de forma satisfatória os recursos humanos do sistema educacional.
 - Baixos padrões de remuneração do pessoal envolvido no sistema educacional.
 - Inexistência de política e de comprometimento mais amplo com as questões do magistério, haja vista a persistência de problemas de desempenho, elevado número de professores leigos e baixos salários. Não há definição e estruturação do sistema de formação e capacitação docente.
 - Falta de incentivos e condições que desenvolvam a auto-estima do profissional de educação, propiciando a busca permanente do aperfeiçoamento do trabalho e a melhoria da qualidade de vida.
 - Na escola pública do estado reflete-se alto grau de corporativismo e clientelismo, próprios de uma administração centralizada e burocrática, oriunda do sistema central, que a torna incapaz de assumir sua verdadeira identidade como agência formadora do homem enquanto cidadão e sujeito histórico.
 - Inexistência de conselhos escolares e associações que possam intervir na gestão da escola.
 - Desarticulação entre escola e comunidade, pela ausência de atividades promovidas pela escola e que favoreçam a participação/integração na construção de um projeto pedagógico que responda aos anseios da comunidade.
 - Nas escolas do estado ainda é vivenciada a discriminação e o tratamento diferenciado a alunos portadores de necessidades educativas especiais, de origens sociais e culturais mais humildes, de diferentes credos e raças, etc. Algumas direções de escola não aceitam a implantação de classes de educação infantil, educação especial ou de projetos e programas que beneficiem analfabetos e professores leigos; tampouco concordam em ceder os espaços da escola para o desenvolvimento dessas atividades.
 - Gerenciamento ineficiente dos recursos financeiros destinados à educação sem o devido controle por parte da sociedade.

2. Estratégias

- Realizar recenseamento educacional, por bairro, nas áreas urbanas, e por distritos, na zona rural, dos principais municípios do estado, a partir de agosto de 1994.
- Realizar recadastramento do pessoal docente, por modalidade de ensino, bem como dos especialistas em educação, em 1995.

- Expandir, manter e adaptar espaços físicos, articulando ações com os diversos setores governamentais, não-governamentais e a comunidade, adequando-os às condições climáticas locais e regionais.
- Realizar o mapeamento da rede física escolar, através do microplanejamento, a partir de 1995, para o aproveitamento mais efetivo da capacidade física das escolas para melhor oferta de vagas.
- Garantir a criação de cursos profissionalizantes nos municípios do estado, observando-se as exigências da economia local.
- Promover a educação da criança de 0 a 6 anos de idade, assegurando o componente pedagógico, além do assistencial, compreendendo processos reeducativos da família e da comunidade, utilizando programas institucionais, de modo a iniciar sua aprendizagem formal antes do seu ingresso na educação fundamental.
- Realizar ações integradas com a comunidade indo à escola, para torná-la co-participante do processo educativo.
- Integrar as ações dos órgãos públicos com a dos segmentos organizados da sociedade e empresas privadas, para o desenvolvimento de um programa eficaz de alfabetização de jovens e adultos.
- Implantar classes e postos de alfabetização de adultos em todas as escolas da educação fundamental e média, em sedes de entidades de classes, movimentos comunitários, presídios, igrejas e associações de moradores.
- Expandir as ações do Sistema Nacional de Educação a Distância a todos os municípios do estado.
- Garantir, no calendário escolar, um dia no mês para discussão, reflexão, análise e avaliação, em sala de aula, de questões educacionais, tais como: conteúdos x metodologia, avaliação do processo ensino-aprendizagem, relação professor x aluno x comunidade escolar, gestão, estrutura administrativa, infra-estrutura física, financiamento da educação, valorização profissional, num espaço aberto à comunidade extra-escolar.
- Manter um plano de capacitação permanente de professores, técnicos e especialistas em educação, observando as características e especificidades de cada modalidade de ensino, evidenciando-se o atendimento aos profissionais de áreas indígenas.
- Ampliar a carga horária diária do aluno na escola.
- Manter fóruns permanentes de educação, a fim de promover discussões sobre a problemática educativa nas diversas regiões do estado, além de viabilizar o intercâmbio de experiências.
- Avaliar, planejar, discutir e elaborar calendários e programas pedagógicos, de acordo com as necessidades, peculiaridades, potencialidades e atividades agrícolas.
- Contextualizar os conteúdos curriculares, redefinindo os indicadores pedagógicos em todas as modalidades do ensino público, privilegiando as realidades socioeconômicas e político-culturais do indivíduo, sem perder a noção da globalidade do conhecimento, através da instrumentalização técnico-pedagógica dos órgãos gerenciadores do sistema.

- Modificar o sistema de avaliação escolar atual, tornando-o mais adequado e capaz de avaliar o aluno em todos os aspectos, bem como o conteúdo programático, trabalhando o desempenho do professor e a relação professor/aluno.
- Implementar a Rede Integrada de Bibliotecas Escolares (RIBE), em articulação com as ações do Programa Salas de Leitura.
- Implantar e/ou implementar ações pedagógicas sistematizadas voltadas para o conhecimento das questões do meio ambiente.
- Assegurar recursos financeiros que possibilitem a aquisição efetiva de recursos materiais que satisfaçam, principalmente, às necessidades básicas da escola.
- Dotar a escola de recursos pedagógicos e tecnológicos para atender à diversificação das forças produtivas no campo do trabalho, em consonância com as demandas da sociedade.
- Garantir a criação de uma infra-estrutura ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, de modo a atingir, plenamente, os objetivos da escola: salas ambientes, bibliotecas, laboratórios, refeitórios, depósitos de merenda (em condições de preservar a qualidade dos alimentos), etc., devidamente equipados, com efetivo plano de manutenção.
- Municipalizar a alimentação escolar, com serviços de qualidade e quantidades nutricionais, para atender às necessidades calóricas do aluno e em quantidade suficiente, de forma que o alunado seja atendido nos 200 dias do ano.
- Viabilizar o deslocamento dos alunos, utilizando os meios de transporte existentes no município, racionalizando os recursos existentes, através da articulação interinstitucional e comunitária, assim como pela aquisição do transporte escolar. Considera-se essa medida paliativa e temporária, enquanto não se implementam, nas comunidades, escolas suficientes para atender sua demanda.
- Criar espaços adequados (áreas de lazer com quadras de esporte cobertas, pólos esportivos polivalentes), por bairro, na capital e centros urbanos de municípios de porte médio, além da utilização dos espaços existentes na comunidade, para a prática de educação física, do desporto e do lazer.
- Desenvolver uma política educacional que contemple os aspectos da cultura popular, do desporto e do lazer, fontes indispensáveis para o despertar da consciência crítica capaz de tornar o homem agente de sua própria história.
- Garantir carga horária específica e suficiente para o planejamento das atividades docentes durante todo o ano letivo.
- Garantir a participação de todos os segmentos da escola na elaboração, execução e acompanhamento do projeto pedagógico.
- Promover o aproveitamento dos recursos humanos da própria comunidade ou das comunidades mais próximas.
- Propiciar articulações entre as instituições nas esferas federal, estadual, municipal e particular, no sentido de conjugação de recursos humanos, para o desenvolvimento do processo contínuo e permanente de capacitação dos profissionais da educação.
- Garantir o cumprimento dos dispositivos legais já existentes que contemplem a implantação de planos de cargos e salários e piso salarial.

- Propiciar ao educador condições de desenvolvimento da saúde físico-mental, garantindo a esse o pleno exercício da cidadania.
- Promover a mobilização da comunidade escolar e demais segmentos, para que seja viabilizada a autonomia da gestão pedagógica e financeira da escola, democratização da escolha dos dirigentes educacionais: diretores de escola e unidades regionais de educação.
- Assegurar o cumprimento da lei que rege os estatutos do magistério e planos de carreira, permitindo ao docente condições satisfatórias e salários dignos com o papel que desenvolve na sociedade.
- Criar mecanismos que possibilitem a integração entre a educação básica e educação superior, visando à formação de profissionais capazes, especialmente na valorização do curso de magistério, suprimindo de forma eficiente as necessidades do ensino e da pesquisa educacional.
- Redimensionar a estruturação curricular do magistério, conferindo flexibilidade para a inclusão dos conteúdos programáticos que possibilitem a implementação de práticas pedagógicas eficazes, visando a habilitar o futuro profissional de educação para o trabalho com classes multisseriadas, educação ambiental, educação sexual, alfabetização de jovens e adultos e educação pré-escolar.
- Promover um processo de conscientização visando a uma mudança de postura no sentido de tornar a escola aberta à comunidade, transformando-se em espaço de formação de cidadãos competentes para agir numa sociedade moderna.
- Promover a integração de ações educativas no âmbito federal, estadual, municipal e particular, no sentido de racionalizar esforços e recursos, visando ao atendimento das necessidades do educando.
- Incentivar a criação do Conselho Municipal de Educação, para funcionar como órgão normalizador, fiscalizador e consultivo da educação pública.
- Viabilizar a autorização e o reconhecimento do funcionamento das escolas públicas estaduais e municipais, a curto prazo.
- Modernizar a estrutura administrativa e financeira dos órgãos centrais, facilitando os procedimentos burocráticos, a fim de que haja melhor aproveitamento dos recursos destinados à educação, com maior transparência na sua aplicabilidade.

METAS

- Assegurar a melhoria do fluxo escolar, de modo a garantir a 95% do alunado a conclusão do ensino fundamental, com qualidade.
- Elevar os níveis de atendimento da população em idade escolar de 77,47% para, no mínimo, 94%, eliminando-se progressivamente os déficits existentes no estado, na faixa etária obrigatória.
- Ampliar o atendimento de jovens e adultos, priorizando a faixa de 15 a 29 anos, de modo a oferecer oportunidades de educação básica a cerca de 285 mil analfabetos e 354 mil subescolarizados.
- Oferecer atendimento a cerca de 30% das crianças de 0 a 3 anos, especialmente as do segmento social mais pobre.

- Ampliar o atendimento da população infantil de 4 a 6 anos, que, atualmente, representa 37%, para 97%, no espaço de 10 anos.
- Eliminar gradativamente a figura do professor leigo no estado.
- Oferecer cursos de formação pedagógica para 100% dos professores atuantes na educação básica.
- Atualizar, no período de dez anos, todos os profissionais da educação.
- Fortalecer a gestão democrática da escola, mediante a constituição e aperfeiçoamento de conselhos de pais e membros da comunidade escolar que participem da elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico da escola.

MOÇÕES APROVADAS NA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

A Conferência Estadual de Educação para Todos, tendo em vista a urgente necessidade de um ordenamento jurídico, em consonância com os anseios da sociedade brasileira e a exigência de adequação e atualidade, de acordo com as realidades contemporâneas, configurado no atual Projeto da LDB, ora em tramitação no Senado Federal, faz um veemente apelo aos senhores senadores para que, sensíveis às legítimas reivindicações de seus representados, votem imediatamente o referido projeto.

A Conferência Estadual de Educação para Todos, considerando que as ações, objetivos e metas previstas no Plano Decenal de Educação para Todos só se concretizarão caso seja aprofundada e ampliada a participação da sociedade no processo de discussão e elaboração do plano, e adotados mecanismos de controle social na sua execução, propõe:

1. Que, além dos conselhos municipais de educação, sejam criadas comissões permanentes, regionais, municipais e zonais, para discussão e acompanhamento da execução do Plano Decenal de Educação para Todos.
2. Que essas comissões sejam representativas da sociedade civil.
3. Que, como exigência do exercício desse controle, todos os órgãos governamentais do setor educacional possibilitem o acesso às informações que viabilizem o acompanhamento do Plano Decenal de Educação para Todos.

CONSIDERAÇÕES DA COMISSÃO TRIPARTITE

O Plano Decenal de Educação para Todos do Estado propõe estratégias que levam em conta uma questão fundamental: as dimensões continentais do nosso estado. De pouco adiantaria a proposição de ações educativas relevantes, tecnicamente, sem considerar os condicionantes espaciais, as enormes dificuldades de comunicação e acesso, as diferenças e diversidades microrregionais.

Eis por que as ações educativas em nosso estado têm de estar adequadas às semelhanças, diferenças e peculiaridades locais. Somente adequando-as às distancias, às dificuldades de acesso e de comunicação e aos isolamentos culturais, podem alcançar seus objetivos. Daí, portanto, evidenciarem a busca da parceria, a indispensabilidade da integração das ações e das responsabilidades compartilhadas entre as diversas esferas do poder público e da sociedade civil organizada.

A palavra chave é responsabilidade, que, sem excluir nenhum dos atores, só faz aumentar a necessidade de uma ampla reformulação da gestão no sistema educacional.

Conscientes de que vivemos novos tempos e de que este é um momento crucial para toda a humanidade, principalmente em face da essencialidade do processo educativo para a nova era que se descortina, urge construirmos as mais amplas e sólidas parcerias, para, através de ações efetivamente integradas, estarmos em consonância com a contemporaneidade.

Foi assim que começamos a construir o novo tempo educacional em nosso estado. A responsabilidade, no tocante às ações para o processo de construção do Plano Decenal, tem sido sofridamente compartilhada no conjunto das três esferas da gerência educacional em nosso estado: SEDUC, UNDIME e DEMEC. Teve a Comissão Tripartite, desde o primeiro momento, o cuidado de envolver, a partir do próprio ato de constituição da Comissão Executiva Estadual Permanente do Plano Decenal, todos os segmentos organizados da sociedade paraense, juntamente com as instituições governamentais.

Esta concepção baseou-se na crença, que vem sendo confirmada a cada dia, de que somente ações amplamente compartilhadas dão resultado. Foi justamente pela ação integrada de todos os segmentos da sociedade paraense, em ação conjugada com os órgãos governamentais, que conseguimos fortalecer o processo de construção do Plano Decenal de Educação para Todos e a consolidação de suas estratégias e metas. Isso fez aumentar a consciência da necessidade de construirmos uma escola pública de qualidade, competente e democrática, e a determinação de eliminarmos o centralismo administrativo perverso, a insuficiência e má distribuição espacial da rede escolar, o currículo inadequado, o calendário rígido e outros obstáculos que desrespeitam as diversidades regionais.

Tudo isto dá a certeza de que o compromisso que ora assumimos, de universalização do ensino fundamental com qualidade e de erradicação do analfabetismo, só poderá ser cumprido com a competente participação e integração de todos os atores.

Com o amplo processo de discussão em todo o território paraense e a realização da magnífica Conferência Estadual de Educação para Todos, do Plano Decenal, temos a consciência de estar assumindo, com responsabilidade e competência, as suas metas e prioridades, na certeza de que contaremos com uma política efetiva de investimentos, a partir de hoje, na construção do futuro do povo paraense e cidadão brasileiro.

Comissão Tripartite

Secretária de Estado de Educação

Maria da Glória Oliveira Santos

Delegada do MEC no Estado do Pará

Rute Maria Castro da Costa

União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

David Maria de Amorim Sá

Equipe de Sistematização

Antônio Cláudio dos Reis (IDESP)
Hilda de Nazaré Queiroz (SEDUC)
Maria da Graça Nunes Nabiça (SEDUC)
Maria de Fátima Miranda Rodrigues (DEMEC)
Maria Ludetana Araújo (UFPA)
Maria Olinda Bastos da Costa (DEMEC)
Sílvia Mara Ferreira Abinader (SEDUC)
Vera Lúcia da Silva Lopes (SEDUC)
Walter José de Andrade Pinheiro (DEMEC)

Revisão

Antoinette Francês Brito (SEDUC)

Apoio Gráfico

Francisco Ewerton José Oliveira de Andrade (DEMEC)
José Raimundo Bahia da Silva (DEMEC)
Franklin Gomes de Freitas (DEMEC)

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

RONDÔNIA

APRESENTAÇÃO

O trabalho que apresentamos é resultado das discussões realizadas nas escolas e demais segmentos da sociedade.

Os debates ocorridos levaram a uma reflexão sobre a prática educacional, ora apresentada, e das propostas previstas para o decênio 1993/2003.

Na solução dos problemas identificados, procurou-se levar em conta a realidade do nosso contexto socioeconômico, as prioridades educacionais ditadas pelas nossas aspirações de desenvolvimento e as possibilidades oferecidas pelos recursos possíveis de mobilização.

Assim, traçaram-se as propostas a serem desencadeadas por entidades governamentais e não-governamentais, com vistas à obtenção gradativa de competências que levem à prestação de um serviço de educação de qualidade para todos.

Para atendimento a esse alunado, o sistema conta com 13.726 docentes, dos quais 9.380 (68,3 %) são habilitados; a seguir, ilustramos melhor essa situação:

Número de docentes por nível de ensino e habilitação

Rondônia - 1993

| SITUAÇÕES | NÚMERO DE DOCENTES | | | | | | | |
|-----------|--------------------|----------|------------|----------|---------|----------|---------|----------|
| | EM GERAL | | PRÉ-ESCOLA | | 1º GRAU | | 2º GRAU | |
| | TOTAL | HAB. (%) | TOTAL | HAB. (%) | TOTAL | HAB. (%) | TOTAL | HAB. (%) |
| Urbana | 9.713 | 81,0 | 1.115 | 72,7 | 7.138 | 84,5 | 1.460 | 70,2 |
| Rural | 4.013 | 37,7 | 95 | 61,1 | 3.887 | 36,9 | 31 | 64,5 |
| Total | 13.726 | 68,3 | 1.210 | 71,8 | 11.025 | 67,7 | 1.491 | 70,1 |

Fonte: SEDUC

Quanto ao rendimento do sistema, no ensino fundamental, verificam-se duas etapas bem definidas, onde a quinta série é o início da segunda etapa. O índice da 1ª e 5ª séries são os mais baixos, respectivamente, 72,1% e 75,7% na zona urbana, e 58,2% e 79,5% na zona rural.

A eficiência do sistema, medida a partir do rendimento bruto, tem a relação 363/1.000, ou seja, para cada grupo de 1.000 alunos que passam pelo corte, 363 concluem o ensino fundamental, sendo que 110, sem nenhuma repetência.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.299-307, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

A seguir, desenvolvemos a situação atual dos diversos segmentos do sistema, na visão dos diretores de escolas, professores, especialistas da educação e comunidade em geral.

Quanto ao acesso:

- oferta irregular de vagas à clientela da pré-escola;
- atendimento do 1º grau incompleto na zona rural;
- população rarefeita em determinadas áreas rurais e sem acesso ao transporte;
- escolas com modalidade de ensino polarizada na zona urbana;
- horário incompatível em determinadas escolas rurais;
- número significativo de escolas que não funcionam no turno noturno, dificultando o acesso à escola a jovens e adultos que trabalham; e
- número reduzido de estabelecimentos que prestam atendimento a educandos com necessidades especiais.

Quanto ao sucesso escolar e à aprendizagem:

- currículo inadequado à realidade atual;
- salas superlotadas;
- interferência político-partidária na educação;
- falta do ensino supletivo na zona rural;
- espaço físico, destinado à prática pedagógica, inadequado e mal aparelhado;
- predominância da aula expositiva;
- merenda escolar insuficiente;
- número elevado de profissionais não habilitados;
- livro didático inadequado ao currículo;
- método inadequado ao desenvolvimento da criança;
- falta de participação e envolvimento dos pais na escola;
- projeto de alfabetização para classes populares;
- projeto de reconstrução de escolas; e
- projeto de reestruturação do ensino da língua portuguesa.

Quanto aos professores e profissionais do ensino:

- professores habilitados com contrato de agente;
- falta de professores habilitados nas áreas de Química, Física, Matemática, Inglês, Português, Biologia e para a zona rural de 1ª a 4ª série (magistério);

- falta de pessoal administrativo;
- falta de um sistema de avaliação dos recursos humanos e de política de valorização da carreira e desigualdades salariais;
- desvio de funções na pasta da educação para outros órgãos;
- disciplinas diversificadas para um professor;
- falta de espaço para aulas práticas: laboratórios, escritórios-modelo, bibliotecas, quadras de esporte; e
- falta de atualização do corpo docente.

POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O DECÊNIO - 1992/2003

Concepção de política

A Secretaria de Estado da Educação, em parceria com as secretarias municipais e a Delegacia do MEC/RO, desencadeou uma ampla discussão junto às unidades escolares, envolvendo educadores, alunos, pais e comunidade em geral, para debater o Plano Decenal de Educação para Todos, no sentido de estabelecer uma política educacional que tenha como princípio fundamental a democratização da escola, como eixo principal, o resgate da credibilidade da escola pública, através da redefinição de sua função social e política, e como estratégia, a participação da sociedade na reabilitação da dimensão coletiva do trabalho educativo.

Para transformar essas intenções em ações concretas, tornou-se necessária a definição de diretrizes que nortearão os rumos da educação no Estado de Rondônia para os próximos dez anos:

- 1) Universalização da educação básica de boa qualidade, garantindo o acesso da população independentemente de idade e de condições físicas, psicológicas e sociais, com a progressiva melhoria dos níveis de permanência.
- 2) Valorização do magistério, através do resgate do seu papel em termos de competência técnico-pedagógica, consciência social e valorização profissional.
- 3) Implantação de uma administração democrática que tenha a escola como eixo das preocupações educacionais, mediante um processo global de administração co-responsável assumida a partir da própria escola.

Pressupostos básicos

Para consolidação das diretrizes estabelecidas no debate do Plano Decenal, definiu-se, ainda, alguns pressupostos que expressam as orientações políticas para o desenvolvimento do plano - referenciando-se à universalização da educação, valorização do magistério e implantação de uma administração democrática -, tais como:

1. Consideração da escola como suporte de uma educação democrática, reconhecendo a sua autonomia na definição de prioridades e gerenciamento de seu próprio orçamento.

2. Universalização do ensino básico, garantindo o acesso e a permanência da população.
3. Valorização do magistério, desenvolvendo uma política de pessoal correspondente à relevância dos serviços prestados à sociedade.
4. Democratização da gestão de ensino, em seus aspectos políticos, pedagógicos e financeiros.
5. Consideração da educação como prioridade, assumindo-se uma política de captação e aplicação de recursos em sintonia com as aspirações populares por um ensino de qualidade.

Propósitos e estratégias de ação

Considerando as diretrizes estabelecidas e os pressupostos básicos acima mencionados e visando caminhar rumo à permanência e sucesso do aluno na escola, numa visão qualitativa onde a democratização do acesso não venha desvinculada da democratização do saber, tornou-se necessária a proposição de estratégias gerais de trabalho com as seguintes ações:

Quanto ao acesso escolar

Sabe-se que uma política para assegurar a entrada e a permanência do aluno na escola pode defrontar-se com a carência de unidades escolares e a falta de recursos para mantê-las, dentre outras questões - tais como o aspecto pedagógico desenvolvido na escola e a mobilidade espacial da população - que exigem posicionamento em nível de SEDUC e secretarias municipais.

Assim, é necessário:

- definir critérios e objetivos para expansão da rede de ensino de 1º e 2º graus, de acordo com as necessidades da clientela, de forma a evitar a existência de espaços físicos ociosos;
- privilegiar, na abertura de novas escolas, o atendimento às populações de baixa renda;
- realizar a chamada escolar junto à população, de forma a replanejar a abertura de novas escolas e a ocupação de espaços ociosos, em conformidade com a necessidade de cada comunidade escolar;
- implantar e reorientar o ensino noturno na zona urbana e rural para atendimento à educação de jovens e adultos, dentro de uma linha popular de educação, beneficiando aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na faixa etária regular;
- aplicar os recursos destinados à construção, ampliação, recuperação e manutenção das escolas, exclusivamente, da rede estadual e municipal;
- dar prioridade às formas de construção de prédios escolares que absorvam a mão-de-obra local e aproveitem os recursos naturais existentes no estado, envolvendo a comunidade, em geral, no acompanhamento de execução das obras;
- ampliar a oferta de vagas para o atendimento das crianças de 4 a 6 anos;
- eliminar a interferência político-partidária na definição da localização das escolas, aplicando uma metodologia rigorosa de planejamento escolar organizada;

- adequar o calendário às atividades agrícolas da comunidade rural e estações do ano, de forma que se ampliem as oportunidades de frequência do aluno à escola;
- implantar projetos que facilitem o acesso do aluno à escola, por ser a distância um dos fatores que mais contribuem para o seu insucesso; e
- reformular a legislação escolar, especificamente no que se refere ao atendimento de jovens e adultos, de maneira a facilitar a abertura do acesso escolar a essa clientela.

Quanto ao sucesso e à aprendizagem escolar

A Educação e a sociedade situam-se num processo de relações recíprocas. Assim, se a escola depende da influência histórico-social mais ampla, ao mesmo tempo é centro difusor de um saber universal e, por isso, tem um papel a cumprir no processo de transformação da sociedade, não vista apenas como oferta de vagas para atender à população, mas que também permaneça na escola a forma de assegurar o domínio de conhecimentos sistematizados que permitam ao aluno elevar o seu nível de compreensão da realidade para uma atuação efetiva e consciente.

Nessa perspectiva, é preciso:

- valorização do aluno, situando-o como ponto de convergência de toda e qualquer ação que se pretenda educativa e de qualidade, adotando procedimentos que assegurem a sua permanência na escola;
- implantação de uma política permanente de capacitação de recursos humanos que atenda às necessidades dos profissionais que atuam em todos os níveis do setor educacional, de forma a superar as dificuldades que interferem no processo ensino-aprendizagem;
- implantação de projetos pedagógicos que atendam de forma específica o planejamento de ensino, assegurando, assim, um melhor desenvolvimento do desempenho do professor em sala de aula;
- implantação e implementação de programas e projetos diferenciados de apoio ao educando, tais como bibliotecas, merenda escolar adequada à região, saúde escolar, equipamentos, material didático, livro didático e de literatura em geral, salas de leitura;
- implantação e implementação de projetos pedagógicos, a fim de atender à real necessidade do ensino-aprendizagem do educando, tais como:
 - a. renovação da avaliação do ensino na escola, caminhando para uma avaliação mais participativa e diagnóstica;
 - b. renovação da prática pedagógica em sala de aula, por atividade de ensino e disciplinas, oficinas, conscientização ambiental e renovação curricular, de forma participativa, atendendo às peculiaridades locais, e acompanhamento de atividades extra-classe;
 - c. revisão do sistema de avaliação escolar em nível da legislação federal;
 - d. implantação do programa de acompanhamento da municipalização da merenda escolar;
 - e. implantação e implementação de programas e projetos que favoreçam o crescimento sociocultural do educando, incentivando a permanência do aluno na escola, tais como teatro, esporte, música e lazer;

- f. implantação de programas e projetos que atendam a cursos específicos, de conformidade com as especificidades da zona rural;
- g. implantação e implementação de projetos pedagógicos que subsidiem o trabalho de conscientização educacional integrada escola/família;
- h. implantação e projetos para estruturação da escola em nível administrativo-pedagógico, a fim de ampliar a carga horária de ensino;
- i. implantação de projetos pedagógicos de acompanhamento de avaliação do ensino;
- j. implantação de projetos especiais de pesquisa para elaboração de materiais de ensino, voltados às peculiaridades da região, favorecendo, dessa forma, a melhor compreensão do meio;
- l. implementação do projeto itinerante de assistência à saúde do educando (Projeto Bandeirante);
- m. implementação do projeto itinerante na zona rural de ensino modular regular, em nível de 1º e 2º graus (Projeto Castanheira);
- n. implementação do projeto de capacitação permanente com o Salto para o Futuro; e
- o. implementação de projetos diferenciados de ensino na zona rural, tais como Pró-Linhas, Pró-Campo, Educampo e Escola Polarizada, que funciona em nível de semi-internato, calendário específico e currículo diferenciado.

Quanto aos professores e profissionais de ensino

Os níveis de qualidade do ensino só serão resgatados na medida em que se promova uma significativa valorização e melhoria no desempenho dos professores.

Percebe-se, ao mesmo tempo, que o “professor precisa ser político, isto é, um cidadão que pensa e age politicamente para ser um bom professor, entendendo-se, também, que a socialização do saber na sala de aula só se efetivará se as vozes do professor, profissionais da educação e dos alunos alcançarem o timbre da voz do falar coletivo da sociedade”.

Isso reporta-nos à questão de que o compromisso político exige, necessariamente, a competência técnica, que indique uma ação eficiente do professor, traduzida no ensinar de fato conteúdos que auxiliem a todos os alunos a compreenderem a realidade sociopolítica e econômica, a terem acesso à cultura letrada, aos instrumentos mínimos indispensáveis ao trabalho e à transformação da realidade.

Dessa forma, torna-se extremamente importante:

- a viabilização de uma política de valorização de pessoal, a partir da garantia de salários justos, de condições mínimas de trabalho e constante atualização;
- privilegiar a formação do professor de 1ª a 4ª série (habilitação magistério), recuperando a especificidade das escolas normais; e
- a implantação do plano de acompanhamento e avaliação de carreira dos profissionais da educação, com vantagens financeiras pela produtividade e aperfeiçoamento.

Quanto a gestão educacional

“A gestão educacional precisa ser democrática, para que, dessa forma, possa cumprir um papel de extraordinária importância para o aprofundamento da democracia e para contribuir na construção da cidadania.”

E nesse contexto é preciso:

- criação do conselho de magistério, com caráter deliberativo e consultivo, para o ingresso de profissionais na educação;
- implantação de uma política administrativa de qualidade total da escola;
- implantação de programas e projetos de democratização de gestão do ensino, tendo a participação da comunidade escolar;
- criação dos conselhos municipais de educação e dos conselhos deliberativos comunitários escolares;
- reformulação do Projeto de Polarização da Escola Urbana;
- redefinição de uma política que direcione os critérios para a escolha dos dirigentes escolares;
- redefinição de uma política de descentralização do processo decisório e dos recursos financeiros nas diversas instâncias do sistema;
- definição de mecanismos eficientes do gerenciamento, no que diz respeito a verbas destinadas à educação, com transferência de ações e prestação de contas periódicas à comunidade escolar e à sociedade geral;
- estimulação de uma política de conscientização para que a escola produza coletivamente, a partir de suas necessidades e características, seu próprio projeto político-pedagógico;
- redefinição de uma política administrativo-pedagógica de atendimento à clientela da pré-escola, ensino especial e indígena.

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

RORAIMA

INTRODUÇÃO

Para realização dos debates foram convocadas todas as escolas da capital do estado, as das sedes de todos os municípios e as demais de 1º grau completo do interior.

Foi repassado a cada uma delas o material indicado para leitura e feitas recomendações sobre a necessidade de cumprir, pelo menos, o roteiro sugerido, em vista da objetividade requerida pelo trabalho.

Pelo fato de o município de Boa Vista ser o único do estado a ter uma rede própria de ensino, apenas esse apresentou um relatório-síntese das escolas municipais. As demais secretarias municipais de educação engajaram-se nos debates das escolas das respectivas cidades sedes.

Realizados os debates, cada unidade encaminhou seu relatório à comissão, para elaboração desta síntese.

Cabe aqui o registro de que o objetivo proposto para esse momento não foi inteiramente alcançado, resultando as contribuições, em sua grande maioria, na repetição das propostas gerais que já haviam sido anteriormente apresentadas, sem que uma proposta de ação pedagógica em nível de estabelecimento de ensino pudesse ser delineada.

Essa situação resulta de fatores diversos, dentre os quais pode-se destacar:

1. O relativo isolamento que Roraima ainda vive em relação ao restante do País.
2. A existência muito recente de instituição de ensino superior em Roraima, não havendo ainda entrosamento nem contribuição significativa para o ensino fundamental.
3. Mais de quarenta anos de território federal deixaram entre suas heranças uma estrutura administrativa centralizada.
4. A grande evasão de pessoal habilitado, a partir da transformação do território federal em estado, com o conseqüente processo de redistribuição dos servidores da União.
5. O grande contingente de pessoal técnico e docente não habilitado que ainda subsiste, além da, notadamente, deficiente formação dos habilitados.
6. A falta de hábito de discutir as questões básicas da educação, especialmente pela história dos últimos 30 anos.
7. A sensível redução dos investimentos do MEC com relação ao financiamento de projetos de capacitação docente.

Ainda assim, foi possível enfeixar as discussões das escolas em algumas linhas de ação, a serem desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino, e também elencar al-

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.309-323, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

gumas propostas para ação governamental no estado, de modo a garantir-se o alcance das metas estabelecidas no Plano Decenal de Educação para Todos.

SITUAÇÃO DA ESCOLA E LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES

1) Aspectos físicos

A rede física escolar do estado encontra-se numa situação considerada “boa”.

De um total de 457 escolas, 51 estão localizadas na capital, 31, nos centros urbanos do interior, 128, em áreas indígenas e 247 são escolas isoladas e multisseriadas (Quadro nº 1).

Na capital não há vagas disponíveis para toda a demanda escolar, no entanto, devido a fatores tais como localização da escola, segurança social (noturno), crescimento além da expectativa de alguns bairros e transporte escolar, o sistema vem enfrentando problemas de superlotação em algumas escolas, contrastando com espaços ociosos em outras.

Tanto no interior quanto na capital, a rede física do estado dispõe de prédios novos, em ótimo estado de conservação, e também de estruturas inadequadas, obsoletas e antifuncionais.

Isso implica a necessidade de adequação da rede física, com reformas e ampliações de unidades escolares, bem como a necessidade de reorientação da matrícula escolar.

Em nível municipal, somente a capital, Boa Vista, possui rede escolar própria, com um total de 14 escolas: oito oferecendo o ensino do pré-escolar à 4ª série do 1º grau e seis com atendimento em nível pré-escolar.

O município de Boa Vista mantém também uma creche e um centro de educação especial (Quadro nº 2).

Há necessidade de ampliação da rede física municipal com novas salas de aula e adaptação de outros ambientes necessários à expansão e melhoria do atendimento.

Tanto em nível estadual quanto municipal, há a necessidade de reequipar os prédios escolares com mobiliário e outros recursos pedagógicos que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela escola.

2) Recursos humanos

O estado conta, para atender ao sistema educacional, com um contingente de profissionais composto por servidores da União, regentes de ensino, serviços prestados e cooperativados (Quadro nº 2). Tal situação decorre da transformação do antigo território federal em estado, cujo plano de cargos e salários, recentemente aprovado, terá sua implantação iniciada a partir do concurso público a ser proximamente realizado. Além da grande evasão de pessoal, pela redistribuição dos servidores da União, o crescimento natural da demanda exigiu as soluções emergenciais adotadas.

A grande maioria do pessoal docente não é habilitada ou possui habilitação apenas em nível de 2º grau e magistério (Quadro nº 3).

Há uma carência muito grande de profissionais de nível superior, principalmente nas áreas específicas, como Português, Matemática, Química, Física, Educação Artística, Educação Física, Educação Especial e outras.

No interior do estado esse quadro se agrava, fazendo com que o sistema seja obrigado a contar, para exercício do magistério, com pessoas que possuem apenas o 1º grau e, em alguns casos, que não possuem nem o primeiro grau completo.

A carência de profissionais habilitados para a educação é um fato que certamente permanecerá presente no sistema ainda por algum tempo, apesar do advento da Universidade Federal de Roraima, que representa efetivamente uma opção para, a médio e longo prazos, suprir essa carência.

Isso porque, a curto prazo, os concluintes dos cursos de licenciatura daquela instituição são, na sua grande maioria, profissionais já engajados no sistema de ensino, onde muitos são servidores da União.

A perspectiva de solução, a curto prazo, para deficiência de pessoal vem com a realização do concurso público para o magistério e a implantação do Plano de Cargos e Salários do Serviço Público Estadual.

Espera-se que essas medidas possam servir de estímulo e motivação para a vinda de profissionais habilitados de outras unidades federadas, uma vez que passa a haver a garantia da estabilidade funcional e o acesso ao plano de carreira.

As necessidades com relação a recursos humanos podem ser aglutinadas em duas linhas de ação:

a) Necessidade de melhoria do perfil profissional dos integrantes do sistema.

Nessa linha, é preciso dar continuidade e organicidade às ações de habilitação, capacitação, atualização e formação continuada, atualmente desenvolvidas pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério - CEFAM.

Também é necessário e urgente o estabelecimento de uma política de valorização de recursos humanos que possa garantir, inclusive, incentivos e estímulos aos profissionais que atuam no interior do estado, particularmente nas escolas isoladas e/ou de difícil acesso.

Ainda com relação à melhoria do profissional, é preciso atentar para a localização geográfica do estado em relação aos grandes centros e às condições de acesso, o que dificulta a participação dos profissionais em eventos realizados em outros estados.

Nesse sentido, é preciso que o MEC esteja atento para a necessidade de um tratamento diferenciado de apoio ao estado nas ações de capacitação de recursos humanos.

b) Necessidade de aumento da quantidade de profissionais habilitados engajados no sistema.

Nesse sentido, as ações de implantação do Plano de Cargos e Salários e a realização do concurso público podem significar o início da solução.

3) Quadro discente

A rede escolar do estado registra, em 1994, uma matrícula inicial de 73.291 alunos do pré-escolar ao 2º grau, nas modalidades de ensino regular, supletivo seriado, supletivo modular e educação especial.

A rede de ensino do município de Boa Vista atende a um total de 2.754 alunos, sendo 1.683 em educação pré-escolar, 852 no ensino regular de 1ª a 4ª série do 1º grau, 68 na modalidade de ensino supletivo e 151 na educação especial (Quadro nº 4).

O alto índice de imigrantes, a desativação do garimpo, o êxodo rural e a falta de desenvolvimento industrial do estado são fatores determinantes da baixa condição econômica da maioria da população.

O aluno trabalhador é uma realidade para a qual a escola ainda não está preparada.

Considerando as características gerais da população, é necessário que o sistema pense em metodologias alternativas de atendimento ao aluno, fazendo com que a escola tenha uma ação mais direta também, muito embora não seja sua obrigação, com relação à alimentação do aluno. Nesse sentido, a escola de horário integral - ou o centro de atenção integral à criança - pode representar uma alternativa.

Torna-se necessário que a União atente para as condições de infra-estrutura do estado, no que se refere à receita, e constitua parceria para a implantação e manutenção dessas alternativas de atendimento.

4) Desempenho acadêmico

O índice do aproveitamento escolar é muito baixo.

Os maiores entraves têm sido: falta de pessoal habilitado, falta de definição de proposta pedagógica da escola, desarticulação entre questões administrativas e pedagógicas, distanciamento entre teoria e prática e entre prática e realidade.

Esse distanciamento entre prática e realidade, já descrito em outras circunstâncias como escola desvinculada da realidade ou inadequação de currículo, revela o descompasso entre a função da escola e a diversidade sociocultural das populações a que ela atende, especialmente no caso de Roraima, onde a imigração tem as mais variadas origens.

Para reverter esse quadro são necessárias medidas que viabilizem a reformulação do currículo, que instrumentalizem o corpo técnico-administrativo e pedagógico da escola a conceber o seu projeto pedagógico e que garantam, nesse projeto, a inclusão de ações voltadas para a busca de metodologias que proporcionem um melhor aproveitamento do aluno e estratégias que estimulem o envolvimento e a participação da comunidade.

Nesse processo de revisão do papel e da função da escola, é necessário também a revisão dos critérios de avaliação da aprendizagem e do aproveitamento do rendimento escolar do aluno.

A parceria das instituições de nível superior e a garantia de programação de assessorias nas áreas técnica e pedagógica são alternativas para o atendimento dessas necessidades.

Vale salientar que, no que diz respeito à educação especial, já houve um avanço, no sentido de ter havido, nos dois últimos anos, um aumento considerável de alunos portadores de deficiência, integrados em classes comuns, de ensino regular, principalmente deficientes sensoriais.

5) Gestão

A gestão escolar na rede estadual ainda é executada com a predominância do critério de indicação, sem maiores preocupações com a “competência técnica” do indicado.

Há uma grande carência de pessoal habilitado para o exercício de funções técnicas e administrativas nas escolas (Quadro nº 5).

A falta de compromisso com a função social e pedagógica da escola tem sido o grande empecilho para a da qualidade do ensino.

Via de regra, há na organização escolar espaço para a associação de pais e mestres, porém essa não funciona, mesmo quando “organizada no papel”.

Em nível estudantil existem seis grêmios funcionando nas escolas, além da existência das entidades de âmbito estadual e municipal.

Desenvolver estudos visando à implantação da forma de “gestão colegiada” é uma necessidade tão urgente quanto o é a preocupação com critérios que priorizem a valorização do profissional, do ponto de vista da competência técnica, para o preenchimento de cargos de confiança, tanto na escola quanto no sistema de uma maneira geral.

Um passo no sentido da democratização da gestão escolar pode ser a implantação dos conselhos deliberativos escolares.

Criar formas de estímulos à organização estudantil e à participação efetiva dos pais é desafio que pode ter como consequência a melhoria da qualidade do trabalho escolar.

6) Programas de apoio

O sistema estadual mantém, com recursos próprios e convênios com o MEC, os seguintes programas de apoio ao estudante:

- Merenda escolar
- Livro didático
- Fardamento escolar
- Saúde escolar
- Bolsa de estudos e/ou de trabalho

Os recursos recebidos da FAE, para merenda escolar, são muito reduzidos, fazendo com que o estado se obrigue a arcar com um volume de recursos que sufoca o orçamento estadual. Isso faz com que, ocasionalmente, faltem alguns gêneros, provocando interrupções temporárias no atendimento escolar. Também, a quantidade de livros didáticos, distribuídos pela FAE, é insuficiente para atender ao número de alunos existentes. Para suprir essa deficiência, o governo do estado promove a aquisição de livros didáticos, com recursos próprios, para distribuição aos alunos da rede pública estadual.

O programa de fardamento escolar é mantido pelo Governo do Estado e visa minimizar os custos de manutenção do aluno por parte da família.

O programa de saúde escolar vem funcionando com a parceria do MEC/FAE, porém sua ação efetiva é muito tímida em relação ao universo de alunos.

Todos esses programas são importantes para melhoria da qualidade do ensino e precisam ser fortalecidos com a garantia de recursos para sua manutenção, implementação e expansão.

Nesse sentido, a perspectiva de parceria com o MEC é fator determinante para o sucesso desses programas.

Torna-se necessário, também, no âmbito do estado, o desenvolvimento de ações integradas entre os vários órgãos do governo e desses com os municípios.

7) Projetos especiais

Estão em execução os seguintes projetos considerados especiais:

- Aceleração da Aprendizagem
- Integração do Aluno Portador de Necessidades Especiais ao Ensino Regular
- Professor da Pré-Escola
- Um Salto para o Futuro
- Magistério Parcelado
- Magistério Indígena
- Logos II

O projeto Aceleração de Aprendizagem está sendo executado em oito escolas da capital e visa atender a crianças com duas reprovações ou mais na 1ª série e que já estejam com idade superior a 9 anos.

O atendimento a essas crianças através de uma metodologia específica, que implica seu retorno à escola no outro turno, objetiva levá-las a superar as barreiras que impedem o seu progresso escolar.

Devido à carência de pessoal, esse projeto enfrenta algumas dificuldades com relação à disponibilidade de técnicos para o acompanhamento, tais como pedagogos, psicólogos, orientadores educacionais, etc.

O projeto Integração do Aluno Portador de Necessidades Especiais ao Ensino Regular tem como principal objetivo vencer as barreiras da segregação e promover a integração do aluno no ensino regular, com aceitação consciente, tanto por parte dos demais alunos como, e principalmente, por parte dos professores e da equipe técnico-administrativa da escola. Isso visa favorecer a melhoria das condições de convivência social, mais por parte dos “outros” do que por parte do aluno portador de necessidades especiais.

A falta de pessoal habilitado e o “desconhecimento” por parte da escola quanto à importância pedagógica e social desse trabalho são obstáculos que precisam ser vencidos.

Nesse sentido, a promoção de cursos e o assessoramento técnico são caminhos para essa superação.

Os projetos Professor da Pré-Escola e Um Salto para o Futuro são desenvolvidos pelo MEC com uma coordenação local.

Os cursos de magistério parcelado, de magistério indígena e do projeto Logos II são desenvolvidos pelo CEFAM e visam à habilitação dos professores leigos já atuantes no sistema.

A maior necessidade para esses projetos refere-se a problemas relacionados a material didático e pessoal habilitado para atuar nos mesmos.

LINHAS DE PROPOSTAS

1. Adoção, pelos estabelecimentos de ensino, de programas alternativos de capacitação, através de grupos de estudos ou outros mecanismos, visando, inclusive, à realização de pesquisas e experimentos, à produção e adequação de material didático-pedagógico, à adoção de metodologias e à formulação do projeto pedagógico da escola.
2. Reestudo dos regimentos escolares, visando estabelecer o processo de democratização da gestão com a participação da comunidade e elevar os níveis de exigência da aprendizagem.
3. Estudo de formas mais adequadas de utilização dos espaços escolares, inclusive com relação à limitação do número de alunos por sala de aula.

Em contrapartida, é necessário que o estado, comprometido com as metas estabelecidas no Plano Decenal de Educação para Todos:

1. Assegure a realização das reformas, ampliações e novas construções necessárias.
2. Descentralize gradativamente a administração, inclusive financeira.
3. Estabeleça mecanismos de integração com os municípios, no sentido do seu fortalecimento, com a criação de técnicas locais e assessoramento permanente a elas, de modo a proporcionar condições de acompanhamento ao trabalho das especificidades da zona rural.
4. Implante núcleos regionais específicos para orientação e acompanhamento do trabalho, já em desenvolvimento em escolas indígenas.
5. Viabilize a implantação de escolas profissionalizantes, tanto em áreas indígenas quanto em outras áreas da zona rural.
6. Defina e adote uma política de recursos humanos, com a implantação do Plano de Cargos e Salários, Estatuto do Magistério, realização de concurso público e programas sistematizados de capacitação e de incentivos.

Em nível federal, é imprescindível que o Ministério da Educação considere a possibilidade de tratamento diferenciado a estados como Roraima, tanto em termos de financiamento quanto, especialmente, de assistência técnica.

Comissão Tripartite:

Secretaria Estadual de Educação - Presidente

Profª Ilma de Araújo Xaud

Delegado do Ministério da Educação e do Desporto - DEMEC/RR

Dr. Samir Castro Hatten

Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/RR.

Profª Delacir de Melo

Comissão de Redação

Prof^a Assinete Melo Reis

Prof. Edvaldo Pereira da Silva

Prof. Laymerie de Castro Ramos

Prof^a Maria Antônia de Melo Cabral

Prof^a Rosana Roth Magalhães

Prof. Severino Gonçalo Gomes Cavalcante

Anexos

- Quadro nº 1 - Rede escolar no estado, por dependência administrativa, tipo e níveis de atendimento - dados de 1994.
- Quadro nº 2 - Pessoal docente, por nível de atuação na rede estadual e situação funcional - dados de 1993.
- Quadro nº 3 - Pessoal docente da rede estadual, por habilitação e nível de atuação - dados de 1993.
- Quadro nº 4 - Matrícula inicial - 1994.
- Quadro nº 5 - Pessoal técnico-administrativo, por função e formação acadêmica, capital - 1994.

QUADRO Nº 1

REDE ESCOLAR EXISTENTE NO ESTADO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA TIPOS E NÍVEIS DE ATENDIMENTO - DADOS DE 1994

| Dep. Administrativa Tipos e Níveis | FEDERAL | ZONA URBA- NA | ZONA RURAL | CAPITAL | ZONA URBA- NA | ZONA RURAL | INDÍ- GENA | PARTI- CULAR | TOTAL |
|---------------------------------------|-----------|---------------------|---------------|-----------|---------------------|---------------|---------------|-----------------|------------|
| Pré-Escolar | - | 08 | 03 | 06 | 04 | 02 | - | 03 | 26 |
| Pré-Escolar a 4ª série | - | 06 | 01 | 07 | 05 | 19 | - | 02 | 40 |
| Pré-Escolar a 8ª série | - | 01* | - | 10 | - | 11 | 12 | - | 34 |
| Pré-Escolar ao 2º grau | - | - | - | 03 | 05 | - | - | 02 | 10 |
| 1ª a 4ª série | - | - | - | 03 | 08 | 07 | 03 | - | 21 |
| 1ª a 8ª série | - | 01 | - | 08 | - | - | 01 | - | 10 |
| 1º e 2º graus | 01 | - | - | 10 | 04 | - | - | - | 15 |
| 5ª a 8ª série | - | - | - | - | 01 | - | - | - | 01 |
| 2º grau | 01 | - | - | - | - | - | - | - | 01 |
| Multisseriada | - | - | 01 | - | - | 208 | 112 | - | 321 |
| Educação Especial | - | 01 | - | 02 | 01 | - | - | - | 04 |
| C. de Estudos Supletivos | - | - | - | 02 | 03 | - | - | - | 05 |
| TOTAL | 02 | 17 | 05 | 51 | 31 | 247 | 128 | 07 | 488 |

Fonte: DEPARTAMENTO DE ENSINO-SECD/RR

QUADRO Nº 2
PESSOAL DOCENTE, POR NÍVEL DE ATUAÇÃO NA REDE ESTADUAL
E SITUAÇÃO FUNCIONAL - DADOS DE 1993

| TIPO E NÍVEL ENSINO | Nº DE PROFESSORES | SITUAÇÃO FUNCIONAL | | | |
|----------------------|-------------------|--------------------|--------------|-----------|-----------|
| | | QUADRO PERMANENTE | REGENTE | COOPERADO | MUNICIPAL |
| Educação Pré-Escolar | 250 | 142 | 87 | - | 21 |
| Ensino de 1º Grau | 2.263 | 1.312 | 887 | 17 | 47 |
| Educação Especial | 74 | 48 | 26 | - | - |
| Ensino de 2º Grau | 286 | 176 | 103 | 07 | - |
| Ensino Supletivo | 200 | 148 | 51 | 01 | - |
| TOTAL | 3.073 | 1.826 | 1.154 | 25 | 68 |

Fonte: DEPARTAMENTO DE ENSINO ESCOLAR

QUADRO Nº 3
PESSOAL DOCENTE DA REDE ESTADUAL, POR HABILITAÇÃO
E NÍVEL DE ATUAÇÃO - DADOS DE 1993

| TIPO E NÍVEL ENSINO | Nº DE PROFESSORES | PROF. HABILITADO | |
|--------------------------|-------------------|------------------|-------------|
| | | ABSOL. | % |
| 01. Educação Pré-Escolar | 250 | 156 | 62,4 |
| 02. Ensino de 1º Grau | | | |
| - 1ª a 4ª série | 1.498 | 1.024 | 68,3 |
| - 5ª a 8ª série | 765 | 209 | 27,3 |
| 03. Educação Especial | 74 | 71 | 95,9 |
| 04. Ensino de 2º Grau | 286 | 137 | 47,9 |
| 05. Ensino Supletivo | 200 | 182 | 41,0 |
| TOTAL | 3.073 | 1.679 | 54,6 |

Fonte: DEPARTAMENTO DE ENSINO SECD/RR

QUADRO Nº 4
MATRÍCULA INICIAL - 1994

| LOCALIZAÇÃO NÍVEIS | CAPITAL | | | INTERIOR | | TOTAIS | | | | |
|-----------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| | Estado | Municipal | Particular | Indígena* | NÃO INDÍGENA | | Estadual | Municipal | Particular | Geral |
| | | | | | Estadual | Municipal | | | | |
| Pré-Escolar | 3.706 | 1.495 | 1.274 | 508 | 2.059 | 188 | 6.273 | 1.683 | 1.274 | 9.230 |
| 1º Grau | | | | | | | | | | |
| 1ª a 4ª série | 19.166 | 806 | 347 | 4.445 | 12.848 | 46 | 36.459 | 852 | 347 | 37.658 |
| 5ª a 8ª série | 13.652 | - | 179 | 749 | 4.736 | - | 19.137 | - | 179 | 19.316 |
| TOTAL | 32.818 | 806 | 526 | 5.194 | 17.584 | 46 | 55.596 | 852 | 526 | 56.974 |
| 2º Grau | 6.095 | - | 98 | - | 851 | - | 6.946 | - | 98 | 7.044 |
| Educação Especial | 290 | 151 | - | - | 70 | - | 360 | 151 | - | 511 |
| Ensino Supletivo | 2.967 | 68 | - | - | 1.149 | - | 4.116 | 68 | - | 4.184 |
| TOTAL | 45.876 | 2.520 | 1.898 | 5.702 | 21.713 | 234 | 73.291 | 2.754 | 1.898 | 77.943 |

Fonte: NIE/DEPLAF/SEC/RR

* ESTIMATIVAS DAS DIVISÕES DE ENSINO DO INTERIOR E DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

QUADRO Nº 5
PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, POR FORMAÇÃO ACADÊMICA
CAPITAL - 1994

| CURSO | SUPERVISOR | | ORIENTADOR EDUCACIONAL | | DIRETOR | | VICE-DIRETOR | |
|-------------------------|------------|------------|------------------------|------------|-----------|------------|--------------|------------|
| | Nº ABS | % HABIL | Nº ABS | % HABIL | Nº ABS | % HABIL | Nº ABS | % HABIL |
| Lic. Plena Específico | 03 | 4,3 | - | - | 07 | 13,73 | 01 | 2,38 |
| Lic. Plena - Outros | 11 | 15,7 | 07 | 87,5 | 16 | 31,37 | 07 | 16,67 |
| Lic. Curta - Específico | 09 | 12,8 | - | - | 05 | 9,80 | - | - |
| Lic. Curta - Outros | 04 | 5,7 | 01 | 12,5 | 01 | 3,92 | 04 | 9,52 |
| Magistério | 41 | 58,6 | - | - | 20 | 39,22 | 29 | 69,05 |
| Superior - Outros | 02 | 2,9 | - | - | 01 | 1,96 | - | - |
| 2º Grau - Outros | - | - | - | - | - | - | 01 | 2,38 |
| TOTAL | 70 | 100 | 08 | 100 | 51 | 100 | 42 | 100 |

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

TOCANTINS

ROTEIRO DE ATIVIDADES

1º Ciclo de Estudo para operacionalização do Plano Decenal de Educação para Todos

Por ter havido atraso no recebimento do Fax-ofício nº 380 do MEC, a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto do Tocantins, precisou alterar o cronograma de atividades, que ficou assim definido:

23/05 - Reunião da Comissão Tripartite Estadual, composta por:

- Delegado do MEC
- Representante da UNDIME
- Diretor do Departamento de Ensino Básico e Tecnológico
- Delegados de Ensino
- Coordenadores

Na oportunidade, foi repassada cópia da Proposta do MEC, e ficou estabelecido o novo calendário de atividades.

Os presentes foram unânimes em constatar as inúmeras dificuldades de mobilização, participação e desenvolvimento dos envolvidos no processo, por se tratar de um estado recém-criado, que apresenta deficiências socioeconômicas até chegarmos ao despreparo de nossos professores e, conseqüentemente, a uma aprendizagem pobre em recursos pedagógicos.

Porém, o desafio e a participação de nosso estado nos leva a tentar superar os entraves.

10/05 - Após o recebimento do material publicitário, a Comissão Tripartite se reuniu definindo a distribuição dos mesmos: escolas, correios, prefeitura e demais órgãos públicos, bancos, hotéis, restaurantes, postos de gasolina, etc. Conseguimos a divulgação, ainda, em pequenos jornais locais. Aproveitando a ocasião, o atual secretário autorizou veiculação, na imprensa local, de um comunicado sobre o Plano Decenal, convocando a sociedade tocantinense a participar do mesmo.

19/05 - Houve o pronunciamento do Ministro; os professores estavam em greve, mas foram sensibilizados a participar do plano, através de negociação com as delegacias de ensino e o sindicato.

30/05 - Após os trabalhos de ampla divulgação na comunidade, novamente a Comissão Tripartite definiu os estágios de ação das delegacias juntamente com as secretarias municipais e escolas. Uma vez que cada delegacia engloba certo número de municípios, as mes-

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.369-373, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

mas realizaram seminários nas escolas com a participação de profissionais das áreas de educação, saúde, agricultura e infra-estrutura. Houve a orientação aos diretores, no sentido de envolver os alunos no projeto. Sugerimos debates, palestras e redações, visando conscientizar o alunado sobre a importância do Plano Decenal. Alguns municípios, através das prefeituras, confeccionaram cartilhas informativas.

15/06 - Através de pronunciamento do secretário, informou à sociedade sobre o desenvolvimento do projeto, já definindo a data de 30-06 como prazo final para a entrega dos projetos.

30/06 - Recebimento das últimas propostas. A Comissão Tripartite definiu como seria a forma de leitura e análise das mesmas, através de uma miniconferência a ser realizada no dia 11-07.

11/07 - Não foi possível realizar a miniconferência. A Comissão Tripartite convocou auxiliares desta Secretaria para procederem à leitura, análise e síntese das propostas que originaram o relatório anexo.

INTRODUÇÃO

Um povo mal educado terá conseqüentemente instituições e governos sem educação. O povo se torna alienado, despreparado, sem as mínimas condições e noções que possibilitem o seu convívio em sociedade, pois um povo mal educado relaciona-se mal consigo mesmo e com os outros: agride os menores, desrespeita os idosos, destrói o meio ambiente, os locais públicos e tudo aquilo que constituiria uma sociedade organizada, a continuação de seus próprios lares e vidas. Decorre desses fatos a necessidade de introdução de lições básicas para a integração dessa parcela da população dentro da sociedade.

[Para isto, precisamos de uma] escola pública gratuita e de boa qualidade que conjugue saber crítico e compromisso com a realidade social e sua transformação. Precisamos criar uma escola que resgate nossa herança cultural através de um projeto pedagógico coletivo.

PROPOSTAS

Acesso

- Construção e ampliação de escolas.
- No ato da matrícula, priorizar os alunos da comunidade.
- Envolver a comunidade na escolha do local da escola e curso oferecido.
- Priorizar a construção de escola de acordo com a necessidade da comunidade.
- Regime integral para o alunado das escolas.

Percebemos que nem sempre o que falta é a escola (parte física), mas uma estrutura organizacional-pedagógica como um todo.

Sucesso escolar

- Mudança na organização curricular, incluindo disciplinas profissionalizantes: carpintaria, sapataria, alfaiataria, serralheria, eletrotécnica.

- Reciclagem periódica de professores, com o objetivo de aperfeiçoamento da prática pedagógica.
- Obrigatoriedade do ensino noturno ou em horas vagas para operários da indústria.
- Incentivo à escola rural com horário, currículos e programas diferenciados, com o objetivo de atender à realidade.
- Incentivo ao programa de alfabetização de adultos no período noturno.
- Rodízio de atividades dentro de escolas, visando interagir os objetivos educacionais.
- Ampliação do programa de apoio ao estudante.
- Convênio com SEBRAE - SESI - SESC.
- Estimular o senso crítico do aluno através da interpretação socioeconômica na qual o mesmo está inserido.

Aprendizagem

- Respeito à realidade do aluno através da adequação de currículos e programas.
- Redução do número de alunos por turma.
- Incentivo à educação física como forma de desenvolver nos alunos o espírito participativo.
- Implantar novo sistema de avaliação.
- Conter a evasão através de aulas criativas condizentes com a realidade do aluno.
- Criação de conselhos, como forma de garantir a responsabilidade educacional entre pais e docentes, técnicos e alunos.

Gestão

- Autonomia administrativa, financeira e pedagógica.
- Redefinição de funções com vistas à descentralização da administração escolar.
- Extinção da influência político-partidária nas ações educacionais.
- Entrosamento com a comunidade.
- Desburocratização do sistema de ensino.
- Rodízio administrativo.

Relacionamento com a comunidade

- Romper a neutralidade existente entre escola e comunidade.

Plano Decenal de Educação para Todos Relatório-Síntese*

REGIÃO NORTE

APRESENTAÇÃO

O relatório-síntese que ora apresentamos corresponde ao compilamento de sete relatórios oriundos do debate nas escolas sobre o Plano Decenal de Educação para Todos, correspondentes aos sete estados da Região Norte, a saber: Amapá, Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Tocantins e Roraima.

Este documento traz números reveladores da urgência de se implantar um formidável projeto nacional de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino de qualidade, sem o qual, no caso da Amazônia, tornar-se-á impossível concretizar qualquer programa de desenvolvimento econômico e social.

Funcionando em mais de 24 mil prédios, nas zonas urbana e rural, as escolas da região defrontam-se com um enorme elenco de necessidades que devem ser imediatamente combatidas, com estratégias bem montadas e metas inadiáveis.

Escolas bem aparelhadas, onde alunos e professores tomem parte de um honesto projeto de ensino e aprendizagem, não podem se limitar aos sonhos, tantas são as exigências da realidade.

Esse é o caminho da educação para todos.

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS DA REGIÃO

1. Aspectos físicos

Conforme relatórios-síntese das unidades federadas da Região Norte, existem, aproximadamente, 24.727 prédios escolares, sendo 6.515 na zona urbana e 18.212 na zona rural. Cabe ressaltar que a maioria das escolas da zona rural é constituída de apenas uma sala de aula.

Na zona rural registra-se, também, a existência de escolas funcionando com classes multisseriadas em espaços improvisados cedidos pela comunidade.

Grande parte das escolas da Região, correspondente a mais de 60%, é inadequada para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade; entre outros fatores, merecem destaque os equipamentos e as instalações prediais. Na rede pública, um número considerável de escolas não dispõe de abastecimento de água, de esgoto, e inexistente rede elétrica.

* Transcrito dos *Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos*, p.377-404, editados pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC, em 1994.

REGIÃO NORTE

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES POR LOCALIZAÇÃO

| ESTADOS | ESTABELECIMENTOS POR LOCALIZAÇÃO | | |
|--------------|----------------------------------|--------------|---------------|
| | TOTAL | URBANA | RURAL |
| ACRE | 1.357 | 207 | 1.150 |
| AMAPÁ | 399 | 135 | 264 |
| AMAZONAS | 4.702 | 922 | 3.780 |
| RORAIMA | 483 | 57 | 426 |
| RONDÔNIA | 3.530 | 758 | 2.772 |
| PARÁ | 11.200 | 1.680 | 9.520 |
| TOCANTINS | 3.056 | 2.756 | 300 |
| TOTAL | 24.727 | 6.515 | 18.212 |

Fonte: Relatório-Síntese dos Planos Decenais de Educação para Todos das U.F. da Região Norte.

2. Recursos humanos

Na Região Norte, a situação dos recursos humanos apresenta um quadro desalentador, considerando-se, principalmente, três aspectos:

- carência de procedimentos e estruturação de uma sistemática permanente de avaliação do sistema de ensino fundamental, para subsidiar políticas, planos e projetos, possibilitando a eficiência e eficácia do poder decisório, conforme as necessidades reais;
- inexistência de uma política de capacitação permanente, fundamental para a otimização do desempenho profissional; e
- ausência de uma política de valorização dos profissionais da educação, através da implantação de planos de carreira.

De acordo com os dados disponíveis, do total de 99.413 docentes, ainda estão atuando no magistério cerca de 29.371 professores leigos, o que corresponde a 30% desse total. Convém lembrar que a maioria dos leigos atua na zona rural, onde os fatores de estimulação se apresentam bem menos perceptíveis, não havendo conclusão senão a de que muito mais grave do que qualquer levantamento estatístico possa denunciar é a situação do quadro de docentes e, conseqüentemente, das condições de aprendizagem na Região Norte.

3. Quadro discente

Registre-se as extremas dificuldades encontradas para uma análise fidedigna sobre o atendimento educacional, numa Região que oferece inúmeros obstáculos, em face da sua grande extensão e precariedade dos meios de comunicação e acesso, acrescidas da inexistência de mecanismos facilitadores da coleta e sistematização de dados, de modo a oferecer a realização de diagnóstico e planejamento integrado, com suficiente base científica para possibilitar processos de intervenção eficiente.

Diante do exposto, configura-se o quadro a seguir:

REGIÃO NORTE - 1993
ATENDIMENTO ESCOLAR - 7 A 14 ANOS

| ESTADOS | POPULAÇÃO ESCOLARIZAVEL | MATRÍCULA INICIAL | DÉFICIT - % |
|------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------|
| ACRE | 108.893 | 86.860 | 20,2 |
| AMAPÁ | 66.422 | 63.984 | 3,7 |
| AMAZONAS | 489.666 | 385.609 | 21,3 |
| RORAIMA | 65.521 | 52.318 | 20,2 |
| RONDÔNIA | 278.931 | 236.921 | 15,1 |
| PARÁ | 1.218.453 | 943.887 | 22,5 |
| TOCANTINS | 297.000 | 182.000 | 38,7 |
| T O T A L | 2.524.886 | 1.951.579 | 22,7 |

Fonte: Relatório-Síntese dos Planos Decenais de Educação para Todos das U.F. da Região Norte.

Conforme comparação entre a Tabela 4 e dados registrados na Tabela 7 do PEB (Plano de Educação Básica para as Regiões Norte e Centro-Oeste/1986), Anexo 1, estima-se que, no período de 1986 a 1993, houve relativo incremento do atendimento escolar. Dessa forma, em 1986, de uma população escolarizável de 2.067.586, houve o atendimento de 1.472.836, correspondendo a um déficit de 29%, enquanto que, em 1993, da população escolarizável de, aproximadamente, 2.524.886, ingressaram na escola 1.951.579, o que aponta para um déficit de 23%, demonstrando que de fato não há oferta organizada e consistente, de forma a cumprir o que preceitua a Constituição brasileira quanto à obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito para todos.

4. Desempenho

Os dados apurados em relação às taxas de evasão e repetência, ainda que precariamente, e a falta de um sistema regional integrado SEC/DEMEC para coleta, armazenamento, sistematização e análise de informações, apontam a persistência de taxas históricas, com tendência à elevação da evasão (Tabela 8, PEB, Anexo II), com destaque para o Estado do Acre, que possui a maior taxa (32%) em 1993, principalmente na 5ª série, cujos índices apresentam-se elevados em todas as unidades federadas (Tabela 9, PEB, Anexo III).

Os níveis de repetência confirmam e reforçam o fraco desempenho do sistema, continuando o Acre a deter o maior índice, com 38%, sendo o Estado de Tocantins o detentor do menor, cerca de 15,5%, registrando, nos outros estados, a média de 21,4%.

As taxas médias de rendimento dos alunos por disciplinas não chegam a atingir 50% de aproveitamento, sobretudo na 5ª série e nas disciplinas Português, Matemática e Ciências.

Quanto à evasão, não se registra reversão da taxa histórica, continuando o sistema com elevadas perdas de alunado, com baixíssimo índice de permanência, ressaltando-se, no Pará, a taxa de 11,49%.

REGIÃO NORTE
INDICADORES DO ENSINO DE 1º GRAU - 1993

| INDICADORES | ACRÉ | AMAPÁ | AMAZONAS | RORAIMA | RONDÔNIA | PARÁ | TOCANTINS |
|--------------------|------|-------|----------|---------|----------|--------|-----------|
| TAXA DE EVASÃO | 32% | 11,4% | 27,83% | 14,3% | 18% | 15,2% | 12% |
| TAXA DE REPETÊNCIA | 38% | 26,4% | 17,67% | 22,2% | 19,4% | 25,35% | 15,5% |

FONTE: Relatório-Síntese dos Planos Decenais de Educação para Todos das U.F. da Região Norte.

5. Gestão

Numa primeira aproximação com a realidade regional, constatam-se semelhanças com a situação nacional, ou seja:

- prática centralizadora;
- ausência de políticas e diretrizes claramente definidas, que facilitem a integração das instituições formais de educação nos sistemas e graus de ensino, no próprio setor público;
- inexistência de políticas que garantam a execução plena das competências gerenciais específicas dos vários níveis administrativos e da unidade escolar;
- práticas clientelísticas na nomeação dos dirigentes, provocando tanto a alta rotatividade como o continuísmo, extremamente prejudiciais ao processo educativo;
- descontinuidade na ação técnico-administrativo-pedagógica, pela falta de uma política que assegure o planejamento educacional, enquanto processo, amplamente democrático, com a participação do governo e setores organizados da sociedade civil;
- preenchimento de cargos de direção sem atendimento a critérios preestabelecidos ou através de processo seletivo viciado, com práticas manipulatórias e ausência, portanto, de critérios que garantam o aprofundamento do processo democrático, impedindo uma efetiva gestão democrática;
- inexistência de conselhos escolares e associações, na maioria das escolas;
- salvo casos isolados, inexistem disposição e motivação para promover melhorias, agir cooperativamente, adotar inovação e incorporar avanços pedagógicos e tecnológicos nos processos de ensino e gestão escolar;
- falta de mecanismos viabilizadores de participação da comunidade na gestão da educação.

6. Programas e projetos

São perceptíveis as iniciativas dos órgãos de educação, através do investimento em programas e projetos, com o propósito de reverter o quadro de desequilíbrios e distorções em que se encontra a educação na Região Norte, especialmente quanto à evasão e repetência nas primeiras séries do 1º grau, à alta taxa de analfabetismo e aos baixos índices de atendimento escolar, contemplando:

- a formação e capacitação de professores de 1ª a 4ª série;
- a capacitação e atualização dos demais profissionais;
- a oferta de alternativas metodológicas para atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem e com defasagem idade/série, especialmente de 1ª a 4ª série do 1º grau;
- a integração do aluno portador de necessidades educacionais especiais no ensino regular;
- a redefinição de currículo dos cursos de magistério;
- a articulação entre órgãos e demais segmentos da sociedade civil, para fortalecimento de ações com vistas à alfabetização de jovens e adultos, ressaltando-se o Amapá, com a implantação, em 1993, da política de alfabetização do estado, e o Estado do Pará, com o trabalho do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC, registrando, em 1993, 4.098 alunos alfabetizados, abrangendo atualmente 36 municípios, incluindo a capital, com atendimento em 190 classes;
- o desencadeamento do processo de municipalização da merenda escolar;
- o incentivo à educação ambiental e à educação para o trânsito; e
- iniciativa de modernização administrativa e pedagógica com implementação de sistemas de informática, aquisição de recursos audiovisuais e melhoria do acervo bibliográfico.

Destaca-se, no Estado do Pará, a implantação da Rede Integrada de Bibliotecas Escolares (RIBE), tendo, dentre outros, o objetivo de buscar a qualidade do ensino, através do acesso às informações, o incentivo à leitura e à prática da pesquisa escolar.

Porém, é oportuno observar, de modo geral, a persistência dos baixos índices de cobertura da demanda e rendimento escolar, sobressaindo a baixa qualidade do ensino, em consequência das condições inadequadas às atividades educacionais, resultando na oferta de uma educação defasada das necessidades sociais, culturais e tecnológicas contemporâneas, exigindo assim das autoridades uma política global de educação básica que lhes garanta o direito ao ensino fundamental de qualidade, levando em consideração que a natureza e o aprofundamento da problemática, ao lado de sua especificidade regional, têm dimensões nacionais.

QUADRO DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REGIÃO NORTE

1. Principais problemas

Acesso

- A escola pública não vem atendendo satisfatoriamente à demanda da comunidade onde está inserida devido à insuficiência quantitativa de salas de aula, visto que ainda há um grande número de crianças, jovens e adultos sem oportunidade de vagas, especialmente nas séries iniciais da educação fundamental, na educação infantil e média, nos bairros periféricos e populosos dos centros urbanos e zona rural, persistindo, assim, o turno intermediário, as classes multisseriadas e as salas de aula superlotadas.
- Acelerado crescimento populacional devido ao fluxo migratório nas áreas de fronteiras econômicas dos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, sul e sudeste do Pará e Amazonas (em Manaus, devido à Zona Franca).

- Precariedade dos prédios e instalações deficientes, ocasionadas, fundamentalmente, pela falta de manutenção e segurança, pela inadequação do planejamento da rede física escolar, além da desorganização na distribuição das vagas escolares, o que dificulta o atendimento à comunidade onde a escola está inserida.
- Ensino rural restrito às séries iniciais da educação fundamental, principalmente no Estado do Acre.
- Participação pouco efetiva dos estados e dos municípios quanto ao atendimento à clientela de 4 a 6 anos na educação especial e educação infantil, bem como à educação de jovens e adultos.
- Elevado índice de analfabetismo na Região, especialmente na zona rural.
- Existência de significativo número de escolas que não funcionam no horário noturno, dificultando o acesso a jovens e adultos que trabalham.
- Falta de integração das políticas dos governos no planejamento de expansão das redes de ensino.
- Número reduzido de estabelecimentos que prestam atendimento a educandos portadores de necessidades educativas especiais, bem como inexistência de planejamento arquitetônico adequado às necessidades do cotidiano desses cidadãos.

Sucesso escolar

- A prática pedagógica está dissociada da construção do conhecimento que a realidade requer, pelo distanciamento entre a teoria e a prática e entre a prática e a realidade, com currículos inadequados e ineficazes e fragmentação do ensino, contribuindo sobremaneira para o fracasso escolar por falta de um processo de avaliação contínuo e da competência/compromisso dos segmentos que constituem a comunidade escolar.
- Práticas de avaliação escolar inadequadas, incapazes de proporcionar uma visão globalizada das dificuldades e do progresso do aluno e de subsidiar corretas e oportunas revisões do planejamento de ensino.
- Número insuficiente de especialistas em educação, tanto no órgão central das secretarias estaduais e municipais de educação como nas escolas e órgãos ou unidades regionais de ensino, dificultando todo o processo de acompanhamento, assessoramento e avaliação da prática pedagógica nas escolas da Região.
- Insuficiência e/ou inexistência de material escolar, didático-pedagógico e esportivo para uso do aluno e do professor, bem como equipamentos e materiais permanentes adequados às necessidades escolares e às exigências do desenvolvimento tecnológico, que viabilizem com qualidade o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.
- A alimentação escolar é insuficiente para atender ao alunado durante todo o ano letivo e, além disso, as escolas enfrentam a falta da infra-estrutura que o processo requer, estando, também, os alimentos em desacordo com os hábitos alimentares em alguns estados da Região.
- Inexistência de transportes que viabilizem o deslocamento dos alunos das escolas estaduais e municipais, em face das dificuldades de acesso e das grandes distâncias, principalmente na zona rural de todos os estados.
- A maioria das escolas não possui condições infra-estruturais para a prática da educação física, do desporto e do lazer.

Aprendizagem

- Baixos níveis de aprendizagem dos conteúdos curriculares em todos os níveis e modalidades de ensino.
- A desatualização dos currículos dos cursos de formação de professores e técnicos em educação.
- Condições de trabalho do profissional de educação inadequadas para o bom desempenho de sua função, devido:
 - à necessidade de jornada dupla de trabalho, motivada pelos baixos níveis salariais;
 - à falta de uma carga horária destinada especificamente ao planejamento das atividades docentes ao longo do período letivo; e
 - às dificuldades para articulação do trabalho do professor com a equipe técnico-administrativa da escola.
- Falta de um plano de capacitação permanente que atenda de forma satisfatória os recursos humanos do sistema educacional.
- Falta do cumprimento do dispositivo legal que determina a inserção da educação ambiental, de forma interdisciplinar, nos currículos da educação básica e média.
- Ausência de profissionais qualificados em áreas específicas da educação fundamental e média, como educação especial, educação infantil, educação de jovens e adultos e nas disciplinas Física, Química, etc., em face da precariedade na relação entre as licenciaturas de formação do magistério e o perfil do professor adequado à realidade, especialmente nos estados do Acre e Rondônia.
- Indefinição de ações alternativas no trabalho de conscientização das famílias como participantes do processo pedagógico, gerando descompromisso dos pais com a educação dos filhos.
- Falta de definição de critérios para a aquisição do livro didático, que assegure o desenvolvimento do senso crítico do aluno e da socialização do saber, observando a diversidade cultural.
- Quantidade insuficiente de livros e materiais didáticos produzidos em Braille, visando ao atendimento de alunos portadores de deficiência visual.

Professores e profissionais de ensino

- Inexistência de uma política de valorização da carreira do magistério e avaliação de desempenho desses profissionais.
- Baixos padrões de remuneração dos profissionais que atuam no sistema educacional.
- Inexistência de política e de comprometimento mais amplo com as questões do magistério, haja vista a persistência de problemas de desempenho, elevado número de professores leigos e baixos salários. Não há definição e estruturação do sistema de formação e capacitação docente.
- Falta de incentivos e de condições que desenvolvam a auto-estima do profissional da educação, propiciando a busca permanente do aperfeiçoamento do trabalho e da melhoria da qualidade de vida.

- Professores fora da sala de aula desempenhando funções em outros órgãos, acarretando problemas no atendimento à demanda escolar.
- O não cumprimento dos estatutos do magistério.

Gestão

- Na escola pública dos estados reflete-se alto grau de corporativismo e clientelismo, próprio de uma administração centralizada e burocrática, oriunda do sistema central, que a torna incapaz de assumir sua verdadeira identidade como agência formadora do homem enquanto cidadão e sujeito histórico.
- Inexistência de conselhos escolares e associações que possam intervir na gestão da escola.
- Inexistência de um projeto político-pedagógico da escola, com envolvimento e comprometimento de todos os que fazem a comunidade escolar.
- Interferência político-partidária na escolha de dirigentes das unidades educacionais estaduais e municipais, reforçando o clientelismo e o nepotismo.
- Falta de reorganização, implementação e divulgação do regime escolar.
- Existência de grande número de escolas não autorizadas/reconhecidas pelos conselhos estaduais de educação.

Relacionamento com a comunidade

- Desarticulação entre escola e comunidade, pela ausência de atividades promovidas pela escola que privilegie a participação/integração na construção de um projeto pedagógico que venha em resposta aos anseios da comunidade.

Cidadania na escola

- Descaso e/ou desconhecimento dos direitos e deveres do cidadão preconizados nas Constituições Federal e Estaduais e nas leis orgânicas dos municípios.
- Persistência, nas escolas, de discriminações com relação às minorias.
- Dificuldade de acesso às informações de caráter educativo, no que diz respeito à formação de hábitos de higiene, saúde e alimentação, pelas comunidades ribeirinhas, áreas de garimpo e outras áreas de difícil acesso.

Financiamento e gastos com a educação

- Insuficiência de recursos financeiros destinados à educação por falta de uma prioridade nacional.
- Falta de verbas, para as escolas, que possibilitem a realização de pequenos reparos e custeios das atividades educacionais.

- Gerenciamento ineficiente dos recursos financeiros destinados à educação, sem os devidos controles por parte da sociedade.
- Estrutura administrativa burocrática e centralizadora dos órgãos financiadores da educação.
- Não observância dos pré-requisitos legais, dificultando a concessão e/ou atraso do repasse de recursos federais para estados e municípios.

2. Estratégias/soluções

Acesso

- Expandir, adaptar e manter espaços físicos, articulando ações com os diversos setores governamentais e não-governamentais e a comunidade, adequando-os às condições climáticas locais e regionais.
- Realizar a chamada escolar junto à população, de forma a replanejar a abertura de novas escolas e a ocupação de espaços ociosos, de acordo com a necessidade de cada comunidade.
- Criar mecanismos legais que obriguem as secretarias estaduais e municipais de Educação a procederem, periodicamente, ao mapeamento escolar, a fim de detectar as áreas de maior concentração da população escolarizável e justificar a necessidade da edificação de prédios escolares, através de recenseamento educacional, por bairro nas áreas urbanas e por distrito na zona rural, nos municípios de cada estado, contribuindo, também, para se eliminar o problema de interferência político-partidária na definição da localização das escolas.
- Eliminar gradativamente os turnos intermediários, de forma a garantir maior tempo de permanência da criança à escola, viabilizando a qualidade. Garantir a criação de cursos profissionalizantes nos municípios da Região, observando-se a vocação econômica local.
- Expandir e promover a educação da criança de 0 a 6 anos, assegurando o componente pedagógico, além do assistencial, compreendendo processos reeducativos da família e da comunidade, com a utilização de programas institucionais, concorrendo, assim, para sua aprendizagem formal antes do seu ingresso na educação fundamental.
- Estabelecer alianças e parcerias entre os estados e entre as prefeituras, com a participação de órgãos representativos da comunidade, visando otimizar a utilização da rede física, evitando o paralelismo de ações, de forma a expandir a educação fundamental, especialmente na zona rural.
- Ampliar o número de bolsas de estudo, via MEC, provenientes do pagamento do salário-educação advindo das empresas privadas, estabelecendo critérios rigorosos na triagem dos que se beneficiarão.
- Adaptar, em escolas estrategicamente localizadas na zona rural, hospedagem para professores, a fim de oferecer o ensino de 5ª a 8ª série, através do Sistema de Organização Modular - SOME, especialmente no Estado do Acre. Implantar centros educacionais rurais, por zoneamento, a fim de oferecer ensino de 5ª a 8ª série do nível fundamental e de nível médio, em regime de semi-internato, com transporte escolar compatível com a realidade rural, no Estado do Acre.

- Implantar pólos de ensino de 5ª a 8ª série da educação fundamental, especialmente na zona rural do Estado do Amazonas.
- Expandir a oferta de vagas através da construção de salas de aula, especialmente em áreas de expansão de fronteiras econômicas, onde o fluxo migratório é mais intenso.
- Implementar um programa de manutenção permanente dos prédios escolares nas secretarias de educação, que dinamizem o atendimento sistemático de sua conservação.
- Criar centros de triagem e diagnóstico nas unidades médicas do interior, bem como ampliar e implementar os existentes, para o atendimento à demanda dos portadores de necessidades educativas especiais.
- Viabilizar espaços nas escolas, adequando-os ao atendimento dos alunos portadores de necessidades educativas especiais.
- Expandir e implementar o atendimento a crianças, jovens e adultos portadores de necessidades educativas especiais em todos os municípios.
- Implantar e implementar programas de escolarização de jovens e adultos analfabetos, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola, assim como estender aos municípios o curso supletivo equivalente à educação fundamental e média, especialmente no Estado do Amazonas.
- Integrar as ações dos órgãos públicos com a dos segmentos da sociedade e empresas privadas, para o desenvolvimento de um programa eficaz de alfabetização de jovens e adultos.
- Implantar classes e postos de alfabetização de adultos em todas as unidades escolares da educação fundamental e média, em sedes de entidades de classe, movimentos comunitários, presídios, igrejas e associações de moradores.
- Implantar e implementar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC, com resultados positivos no Pará.

Sucesso escolar

- Contextualizar os conteúdos curriculares, redefinindo os indicadores pedagógicos em todas as modalidades de ensino público, privilegiando as realidades socioeconômicas e político-culturais do indivíduo, sem perder a noção da globalidade do conhecimento, através de instrumentalização técnico-pedagógica dos órgãos gerenciadores do sistema.
- Reformular a atual sistemática de avaliação da metodologia e das grades curriculares, para que sejam utilizadas de forma pertinente à realidade do educando e compatíveis com as necessidades básicas de aprendizagem.
- Repensar o processo de avaliação escolar, redimensionando a política educativa com vistas à minimização da repetência e evasão.
- Reformular o currículo, adaptando-o às peculiaridades locais, com a participação de profissionais de educação, antropólogos, lingüistas e outros profissionais que conheçam as práticas culturais dos diversos povos existentes na Região.
- Garantir no calendário escolar um dia no mês para discussão, reflexão, análise e avaliação, em sala de aula, de questões educacionais, tais como: conteúdos x

metodologias; avaliação do processo ensino-aprendizagem; relação professor x aluno x comunidade escolar; gestão; estrutura administrativa; infra-estrutura física; financiamento da educação; valorização profissional, com espaço aberto à comunidade extra-escolar.

- Manter fóruns permanentes de educação, a fim de promover discussão sobre a problemática educativa, além de viabilizar o intercâmbio de experiências. Construir um calendário escolar que atenda às necessidades pedagógico-administrativas e culturais, de acordo com as peculiaridades econômicas locais e regionais.
- Valorizar o aluno, situando-o como o ponto de convergência de toda e qualquer ação educativa de qualidade que se pretenda, adotando procedimentos que assegurem a sua permanência na escola.
- Implantar projetos pedagógicos que atendam, de forma específica, o planejamento do ensino, assegurando o melhor desenvolvimento do professor em sala de aula.
- Garantir a manutenção do número máximo de alunos em sala de aula, por modalidade de atendimento: ciclo básico, 25 alunos; 3ª e 4ª séries, 30 alunos; 5ª a 8ª, 35; ensino médio com 35, obedecendo o que preceituam as normas de matrícula.
- Implementar metodologias específicas para o atendimento a alunos com problemas de repetência.
- Implantar e/ou implementar projetos que viabilizem a melhoria da qualidade de vida, especificamente no que se refere às questões alimentares, de sexualidade, do uso indevido de drogas e das questões ambientais, como o Projeto PREVIDA e os Comitês Antidrogas no Pará.
- Implantar e implementar programas e projetos que favoreçam o crescimento sociocultural do educando e, ao mesmo tempo, incentivem a permanência do aluno na escola, tais como: teatro, esporte, música e lazer.
- Modificar o sistema de avaliação atual, tornando-o mais adequado e capaz de avaliar o aluno em todos os aspectos, bem como o conteúdo programático, trabalhando o desempenho do professor e a relação professor/aluno.
- Dotar as secretarias estaduais e municipais de educação, bem como as escolas e unidades regionais de ensino - URE, principalmente as do interior dos estados, de um quadro técnico pedagógico-administrativo capaz de suprir as necessidades de assessoramento, acompanhamento e avaliação do processo educativo.
- Implantar e/ou implementar gabinetes médico-odontológicos e oftalmológicos, bem como programas de assistência social e psicológica, através de equipes multidisciplinares (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, fonoaudiólogos, médicos), para o atendimento da clientela escolar, da capital e do interior dos estados da Região, em pólos de atuação, através de parceria com outras instituições.
- Assegurar recursos financeiros que possibilitem a aquisição efetiva de materiais de qualidade e em quantidade suficiente, que satisfaçam às necessidades básicas do aluno, do professor e da escola, no início e durante o período letivo.
- Dotar a escola de recursos pedagógicos e tecnológicos para atender à diversificação das forças produtivas, no campo do trabalho, em consonância com as demandas da sociedade.

- Garantir a criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, de modo a atingir, plenamente, os objetivos da escola: salas-ambientes, bibliotecas, laboratórios, refeitórios, depósito de merenda (em condições de conservar a qualidade dos alimentos), ginásios esportivos, escritórios modelos, auditórios, devidamente equipados, com efetivo plano de manutenção.
- Apoiar as escolas agrotécnicas existentes, em seu efetivo funcionamento, além de auxiliar os alunos de outros municípios com bolsas de estudos.
- Garantir a alimentação suficiente e de qualidade, com distribuição regular e contínua, com a regionalização de seus produtos.
- Municipalizar a alimentação escolar, com serviços de qualidade e quantidade nutricional, para atender às necessidades calóricas do aluno e em quantidade suficiente, de forma que o aluno seja atendido nos 200 dias do ano letivo.
- Implantar e implementar um programa de acompanhamento de municipalização da alimentação escolar nos estados.
- Garantia de transporte para alunos e profissionais do ensino que atuam na zona rural de difícil acesso, através da aquisição de veículos terrestres e fluviais.
- Incluir, na Lei Orgânica do Município, o livre acesso do educando ao transporte coletivo, até os 14 anos de idade.
- Viabilizar o deslocamento dos alunos, através da utilização dos meios de transporte existentes no município, racionalizando, dessa forma, os recursos existentes, através de articulação interinstitucional e comunitária.
- Criar espaços adequados (áreas de lazer, com quadras de esporte cobertas, e pólos esportivos polivalentes), por bairro, nas capitais e centros urbanos de municípios de porte médio, além da utilização dos espaços existentes na comunidade para a prática da educação física, do desporto e do lazer.
- Desenvolver uma política educacional que contemple os aspectos da cultura popular, do desporto e do lazer, fontes indispensáveis para o despertar da consciência crítica, capaz de tornar o homem agente de sua própria história. Viabilizar alojamentos nas sedes municipais do Estado do Amazonas para alunos oriundos da zona rural, por ocasião de sua participação em eventos educativos.

Aprendizagem

- Elaborar e operacionalizar propostas metodológicas para a intervenção nas séries cujo rendimento se apresenta insuficiente.
- Definir um sistema de avaliação global estabelecendo critérios e instrumentos de avaliação contínua para docentes, técnicos, dirigentes e discentes, considerando toda a produção constituída por estes no decorrer do processo ensino-aprendizagem, bem como o reestudo quando não houver aprendizagem satisfatória.
- Estimular a pesquisa escolar visando diagnosticar as reais dificuldades que interferem no processo ensino-aprendizagem.
- Ampliar a carga horária do aluno na escola.

- Incentivar a escola da zona rural com horário, currículo e programas diferenciados, com o objetivo de atender à realidade.
- Implementar projetos itinerantes, tais como de assistência à saúde do educando (Projeto Bandeirante) e de Ensino Modular Regular em nível de 1º e 2º graus, na zona rural (Projeto Castanheira), no Estado de Rondônia.
- Criar e/ou implementar centros integrados de educação especial, dotados de equipes interdisciplinares, que desenvolvam atividades de estimulação essencial, providos de equipamentos e recursos didáticos específicos para atender os alunos portadores de necessidades educativas especiais.
- Implementar projetos diferenciados de ensino na zona rural, tais como: Pró-linhas, Pró-campo, Educampo, Escola Polarizada que funcione em nível de semi-internato, calendário específico diferenciado, no Estado de Rondônia.
- Implantar e implementar centros lingüísticos e centros de artes, dotados de equipamentos adequados ao funcionamento e distribuídos, geograficamente, no Estado do Amazonas.
- Assegurar estágio remunerado e/ou bolsa de trabalho para os alunos do magistério, a partir do 2º ano.
- Adequar os currículos e programas no tocante à ordenação, seqüência, integração dos conteúdos e a dialética com a realidade do educando, com ênfase cognitivista, construtivista e significativa.
- Propor a reformulação curricular dos cursos de formação de professores e técnicos em educação, tendo em vista a melhor formação desses profissionais.
- Designar uma Comissão Tripartite - secretarias municipais de educação, secretarias estaduais de educação e universidades - para estudo e reformulação dos currículos das áreas técnicas e de docência, de nível médio, superior e extensão universitária nos municípios, para atendimento às novas exigências político-sociais do momento.
- Garantir carga horária específica e suficiente para o planejamento das atividades docentes durante todo o ano letivo.
- Promover o aproveitamento dos recursos humanos da própria comunidade ou das comunidades mais próximas.
- Propiciar articulações entre as instituições nas esferas federal, estadual, municipal e particular, no sentido da conjunção de esforços para o desenvolvimento do processo contínuo e permanente da capacitação dos profissionais da educação.
- Manter um plano de capacitação permanente de professores, técnicos e especialistas em educação, observando as características e especificidades de cada modalidade de ensino, evidenciando-se o atendimento aos profissionais das áreas indígenas.
- Implantar um sistema permanente de avaliação do desempenho do professor.
- Estabelecer uma política de fixação do professor na zona rural, através da interiorização dos cursos de licenciatura, em parcerias com as secretarias estaduais, prefeituras municipais e universidades nos estados da Região Norte, exceto no Pará, onde já existe essa política, desde 1982, em 12 *campi* e 8 Núcleos, atendendo todo o estado.
- Implantar e implementar centros de treinamento para aperfeiçoamento dos profissionais da educação, tanto nas capitais como nos municípios de médio porte.

- Expandir programas e experiências educacionais a distância, com utilização de tecnologia e informática, assim como a extensão e pesquisa com instituições de nível superior, visando à capacitação permanente de recursos humanos para o magistério.
- Expandir as ações do Sistema Nacional de Educação a Distância a todos os municípios do Estado.
- Adotar mecanismos que viabilizem o cumprimento do dispositivo legal quanto à inserção da educação ambiental nos currículos de educação básica e média, de forma interdisciplinar.
- Implantar e/ou implementar ações pedagógicas sistematizadas, voltadas para o conhecimento das questões do meio ambiente.
- Dinamizar projetos de pesquisas científicas, especialmente na área de alfabetização e preservação do meio amazônico.
- Implantar projetos especiais de pesquisa para elaboração de materiais de ensino voltados às peculiaridades da Região, favorecendo, desta forma, a melhor compreensão do meio (Rondônia).
- Criar mecanismos que possibilitem a integração educação básica e superior, visando à formação de profissionais capazes, especialmente na valorização do curso do magistério, suprindo de forma eficiente as necessidades do ensino e pesquisa educacional.
- Garantir a participação de todos os segmentos da escola na elaboração, execução e acompanhamento do projeto pedagógico.
- Realizar ações integradas, com a comunidade indo à escola, para torná-la co-participante do processo educativo.
- Aproveitar, de forma construtiva e educativa, as experiências das crianças, além de promover, com os pais, discussões, encontros culturais e debates.
- Viabilizar ações que garantam, no projeto pedagógico da escola, o acesso e a participação efetiva dos pais no acompanhamento da aprendizagem dos filhos.
- Regionalizar o livro didático, bem como incluir autores regionais no programa da “Ciranda do Livro”.
- Implementar as bibliotecas escolares com equipamentos e acervos atualizados para suporte ao trabalho educacional e cultural da escola e comunidade, e, no Pará, implementar a Rede Integrada de Bibliotecas Escolares - RIBE.
- Implantar um sistema de multimeios que viabilizem a modernização das estratégias de Ensino.
- Garantir a impressão e aquisição de livros e confecção de materiais didático-pedagógicos em braille.

Professores e profissionais de ensino

- Reformular e efetivar o cumprimento do plano de carreira, cargos e salários, para proporcionar à categoria do magistério o usufruto de vantagens compatíveis com seu desempenho, tempo de serviço, titulação e, principalmente, que assegure seu poder aquisitivo.
- Criar mecanismos legais estabelecendo a periodicidade, nunca superior a 3 anos, para realização de concursos públicos, com fins de ingresso no magistério estadual e municipal, evitando as contratações a título de prestação de serviços e de regime especial.

- Proporcionar a isonomia para os profissionais em educação e/ou qualquer tipo de ação vinculada à educação, no que se refere a direitos e salários.
- Viabilizar o cumprimento do estatuto do magistério dos estados e dos municípios, na sua totalidade, assim como sua divulgação entre o corpo docente das escolas para conhecimento dos seus direitos e deveres.
- Garantir aos profissionais da educação atendimento odontológico, especializado e de qualidade, oferecido pelos institutos de previdência, especialmente no Estado do Amazonas.
- Garantir carga horária específica e suficiente para o planejamento das atividades, durante todo o ano letivo.
- Valorizar experiências que ensejem a formação de recursos humanos, destinados à educação nas comunidades indígenas e nas reservas extrativistas.

Gestão

- Promover a mobilização da comunidade escolar e demais segmentos para que seja viabilizada a autonomia da gestão pedagógica e financeira da escola e a democratização da escolha dos dirigentes educacionais: diretores de escolas e de unidades regionais de educação.
- Incentivar a organização de conselhos escolares, grêmios estudantis, associações de pais e mestres, lideranças de classe, associações de moradores, para debates e encaminhamentos de reivindicações e propostas, assim como o acompanhamento e avaliação dos resultados desse processo democrático.
- Implantar e implementar uma política administrativa de qualidade total na escola.
- Criar os conselhos municipais de educação, com funções consultiva, normativa, fiscalizadora e deliberativa, para zelar pela qualidade do ensino no município.
- Estimular a escola, através de uma política de sensibilização, a produzir coletivamente, a partir de suas necessidades e características, seu projeto político-pedagógico.
- Garantir a todos os envolvidos no processo educacional a participação na análise e aprovação do calendário escolar.
- Promover ações que envolvam os políticos de forma a sensibilizá-los do seu papel de fiscalizador da ação dos dirigentes no gerenciamento didático-pedagógico e na utilização dos recursos financeiros destinados à educação.
- Viabilizar ação conjunta nas escolas e secretarias, visando à atualização, implementação e divulgação do regimento escolar, com a finalidade do seu cumprimento.
- Redefinir os critérios de funcionamento das escolas, quanto às questões de autorização e reconhecimento, a fim de evitar os sérios problemas enfrentados pelo alunado ao concluir um curso numa escola não autorizada.

Relacionamento com a comunidade

- Romper a neutralidade existente entre escola e comunidade, buscando um relacionamento que ultrapasse os bloqueios ideológicos, restabelecendo a escola como um espaço de debate social e de desenvolvimento.

- Mobilizar a comunidade para lutas e conquistas sociais na área de educação.
- Criar meios que motivem a comunidade a participar das atividades escolares, criando também opções extraclasse (clubes, exposições de ciências, concursos literários, exposição de trabalhos de arte, excursões, torneios, gincanas, oficinas de arte).
- Promover um processo de sensibilização, visando a mudanças de posturas, no sentido de tornar a escola aberta à comunidade, como um espaço de formação de cidadãos aptos à contemporaneidade.
- Viabilizar ações que promovam o respeito à individualização e às características etnoculturais do educando e/ou grupos minoritários.
- Promover campanhas educativas, em parceria com as entidades da comunidade, voltadas para a preservação do patrimônio público e bens culturais.
- Possibilitar a criação de centros esportivos integrados escola-comunidade.
- Garantir a autonomia administrativa de um órgão representativo do setor educacional (unidades/órgãos regionais de ensino, etc.) de modo a coordenar, acompanhar e avaliar as ações educativas no município, visando à descentralização e à desburocratização, com suporte financeiro (fundo especial) suficiente, que viabilize o desenvolvimento de suas atividades.

Cidadania na escola

- Promover na escola o estudo e os debates de assuntos pertinentes aos direitos e deveres dos cidadãos preconizados nas Constituições Federal e Estaduais e nas leis orgânicas dos municípios, com vistas ao fortalecimento de ações que viabilizem o cumprimento desses preceitos legais.
- Desenvolver na escola um trabalho democrático que envolva todos seus componentes, sem distinção de qualquer natureza, a fim de que seja combatida toda e qualquer discriminação no processo educativo.
- Integrar escola/comunidade, buscando um relacionamento que ultrapasse os bloqueios ideológicos e recuperando a função da escola como um espaço do debate e do desenvolvimento.
- Oportunizar situações de plena convivência entre setores diversificados: religioso, econômico, social e racial.
- Criar situações de acesso aos bens culturais, possibilitando aos alunos o conhecimento de seus direitos e deveres como cidadãos.
- Envolver, numa ação conjunta com os diversos órgãos da comunidade, o alunado, em campanhas educativas, preventivas e filantrópicas, tais como vacinação e ação da cidadania contra a fome, a favor das minorias.

Financiamento e gastos com a educação

- Garantir o cumprimento da legislação que determina o repasse de recursos federais para os estados e municípios.
- Maximizar a aplicação dos recursos como forma de atingir o maior número possível de beneficiários.

- Aumentar a receita resultante de impostos, para manutenção e desenvolvimento do ensino básico.
- Estimular empresas estrangeiras no cumprimento do salário-educação no Estado do Amazonas (Zona Franca/Distrito Industrial).
- Estabelecer parcerias com empresas para ajuda de custo, com direito a descontos no Imposto de Renda - Projeto “Adote uma Escola”, no Pará.
- Cumprir os preceitos legais, dando autonomia às escolas quanto ao repasse e gerenciamento dos recursos destinados a atender às necessidades imediatas e/ou emergenciais relacionadas à manutenção e conservação do patrimônio público.
- Garantir a descentralização do gerenciamento dos recursos financeiros, ficando o conselho escolar responsável pela fiscalização de sua aplicação.
- Planejar, criteriosamente, o correto emprego dos recursos públicos, evitando os gastos desnecessários.
- Gerenciar, descentralizadamente, os recursos federais destinados à educação, sem a intermediação da Secretaria de Transporte e Obras Públicas (no caso de construção, ampliação e reforma das unidades escolares), no Estado do Acre.
- Cumprir o que estabelece a Lei Orgânica dos Municípios, no que diz respeito aos gastos com a educação (25% do orçamento), fiscalizando a sua aplicação pelos estados e União, de seus respectivos percentuais.
- Assegurar verbas para ampliação, reforma, construção e manutenção das escolas, levando em consideração o espaço físico, posição geográfica e climática.
- Financiar projetos inovadores na área da educação.
- Distribuir de maneira eqüitativa os recursos financeiros para as escolas, de acordo com sua tipologia.
- Criar um fundo especial (municípios) para incentivar a capacitação em nível superior dos profissionais de educação.
- Modernizar a estrutura administrativa e financeira dos órgãos centrais, facilitando os procedimentos burocráticos, a fim de que haja melhor aproveitamento dos recursos destinados à educação, com maior transparência na sua aplicabilidade.

Metas

- Reduzir os índices de repetência, no ensino fundamental, sobretudo na 1ª e 5ª séries, implementando medidas técnico-pedagógicas e administrativas, consistentes e inovadoras, que garantam a melhoria do fluxo escolar, visando a que 80% das gerações escolares, no final do período, concluam a escola fundamental com qualidade.
- Incrementar os níveis de aprendizagem em cerca de 45%, de forma que os conteúdos mínimos do núcleo comum sejam apreendidos satisfatoriamente.
- Expandir e melhorar a infra-estrutura física, organizacional e técnica dos sistemas de ensino, visando elevar em 90% o índice de atendimento à população em idade escolar.

- Oferecer atendimento para cerca de 30% das crianças de 0 a 3 anos, especialmente as do segmento social de baixa renda.
- Ampliar o atendimento da população infantil de 4 a 6 anos, que atualmente representa 32%, para 90%, no espaço de dez anos.
- Ampliar o atendimento de jovens e adultos priorizando a faixa de 15 a 29 anos, de modo a oferecer oportunidades de educação básica a cerca de 504 mil analfabetos e 625 mil subescolarizados.
- Ampliar em 80% o atendimento ao ensino médio, expandindo e melhorando a infra-estrutura física, organizacional e técnico-pedagógica, a fim de que os cursos oferecidos atendam à realidade local e aos anseios da população.
- Capacitar 100% dos docentes das redes de ensino público, objetivando à melhoria do seu desempenho profissional e à conseqüente eficiência e eficácia do processo de ensino-aprendizagem.
- Ampliar o quadro de pessoal técnico e administrativo da rede pública de ensino, para atender de forma satisfatória aos sistemas escolares (estadual e municipal), através de concurso público ou de capacitação do pessoal existente.
- Elevar os percentuais de aplicação dos recursos financeiros no setor educacional, a fim de que sejam cumpridos os preceitos constitucionais.
- Eliminar gradativamente a figura do professor leigo.
- Fortalecer a gestão democrática da escola mediante a constituição e aperfeiçoamento de conselhos de pais e membros da comunidade escolar que participem da elaboração, execução e avaliação do Projeto Pedagógico na escola;
- Implementar um plano de valorização que venha beneficiar, a curto prazo, todos os profissionais de educação.

Moção

Considerando a necessidade da criação de estratégias de mobilização e mecanismos para a consolidação de ações sistemáticas entre as instituições educacionais da Região Norte para o acompanhamento em bloco do Plano Decenal de Educação para Todos.

Considerando a necessidade da criação de uma comissão executiva permanente em nível de estado e outra em nível de região, como forma de incrementar, integrar, viabilizar e compartilhar esforços, objetivando assegurar a política educacional proposta pelo País a partir da Conferência Nacional de Educação para Todos.

Considerando, ainda, os problemas técnicos administrativo-pedagógicos evidenciados nos relatórios-síntese das UF referente à Região.

O Grupo responsável pela compatibilização dos relatórios-síntese, composto por técnicos e professores das três esferas da gestão educacional dos estados do Acre /Amapá/ Amazonas/ Para/ Rondônia/ Roraima/Tocantins, propõe:

1. Criação da Comissão Permanente de Educação para Todos da Região Norte;
2. Implantação de um Centro de Coleta, Armazenamento e Processamento das Informações sobre Educação da Região Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - Planos Decenais de Educação para Todos dos Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

2- Relatórios-Síntese dos Estados da Região Norte.

3 - Plano de Educação Básica para Região Norte e Centro-Oeste, Educação: Uma Questão de Decisão Política - Goiânia, Gráfica e Editora Piloto, 1988.

4 - Anuário Estatístico do Brasil - 1991.

5 - Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993.